

07/10/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[USP é a melhor universidade do país; Unicamp ganha 2º lugar no RUF 2019](#)

[Como é feito o Ranking Universitário Folha](#)

[Um em cada dez professores de pós tem mestrado ou doutorado no exterior, mostra RUF](#)

[Entre universidades particulares, religiosas lideram ranking de pesquisas](#)

[Comparar universidades brasileiras a bilionárias de rankings globais é certo?](#)

[Sucesso da agropecuária faz crescer procura por curso superior de zootecnia](#)

[Primeira infância e o caminho da prosperidade](#)

[Exame da OAB é um dos critérios do RUF para avaliar cursos de direito](#)

[O que é o Ranking Universitário Folha](#)

[Como é feito o ranking de cursos do RUF](#)

[Quais cursos são avaliados no Ranking Universitário Folha](#)

[Como o Enade entra no Ranking Universitário Folha](#)

[Quem faz o Ranking Universitário Folha](#)

[Minoria dos cursos de direito consegue formar a maioria dos seus estudantes](#)

[Qualidade dos cursos de direito do país deixa a desejar, diz professora](#)

[Núcleos de inovação ajudam universidades a aumentar patentes](#)

[Demanda por cursos de filosofia e ciências sociais despensa no país](#)

[Cresce número de professores de ensino superior com mais de 50 anos](#)

[Universidade Federal de Sta. Catarina terá a menor verba dos últimos 10 anos](#)

[Universidade Federal do Mato Grosso sobe no RUF e entra no vermelho](#)

[Melhor universidade do Nordeste, UFPE sofre cortes em áreas estratégicas](#)

[Universidade Federal do Sul da Bahia vive de puxadinhos enquanto espera verba para acabar campus](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Empresas reveem estratégias em tempos de crise e era digital?](#)

O GLOBO - RJ

[SELVA DE AULA](#)

[Mais aprendizagem, menos desigualdade](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Estudante que acumulou duas bolsas por erro administrativo não é obrigado a ressarcir universidade, decide Tribunal](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Governo precisa vir para conversar, diz relatora do Fundeb na Câmara](#)

AGÊNCIA GLOBO

[O incerto futuro da Educação](#)

[Fim de contrato ameaça Fundo responsável por merenda e transporte escolares federais](#)

G1

[Nº de presos inscritos no Encceja na região de Campinas cresce 45%](#)

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[O governo tem uma postura bizarra na Educação](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Livro mostra face de Paulo Freire como gestor na Prefeitura de SP](#)

[O Brasil na contramão](#)

CLIPPING



O ESTADO DE S. PAULO - SP

[O futuro da educação e os futuros professores](#)
[Mercado ganha novas graduações em tecnologia](#)

O GLOBO - RJ

[Professores universitários sob a CLT](#)

Revistas

CARTA CAPITAL - SP

[A negação da ciência](#)

Imprensa Estadual

A TRIBUNA DE SANTOS - SP

[Regras privadas](#)

GAZETA DE LIMEIRA – SP

[Recursos desbloqueados vão para universidades e Capes](#)

GAZETA DE PIRACICABA

[Plástico de mandioca](#)

GAZETA DO PARANÁ

[MEC libera 679 bolsas](#)

O POVO - CE

[O futuro incerto do Fundeb e a preocupação que avança nos municípios](#)

Agências de notícias e sites

ENGEPLUS

[IFSC oferece especialização gratuita para professores de Ciências do ensino fundamental](#)

TODO DIA - SP

[Questão ideológica trava a pesquisa](#)

MIX VALE

[MEC divulga que o exame do ENEM passará a ser digital daqui a alguns anos, confira](#)

ND ONLINE

[MEC estuda punir aluno que tirar nota baixa no Enade](#)

O SUL - RS

[No Enade, só 3% dos cursos superiores privados têm nota máxima; universidades federais têm 29%](#)

Redes Sociais

TWITTER

[CAPES pagou minha amiga BRANCA...](#)

[mas isso não pode significar a redução nas demais áreas...](#)

[A felicidade do bolsista CAPES...](#)

[Sim. Vai levar muito tempo para voltarmos ao que era quando o pesadelo acabar...](#)

[Exportar pouco arroz não é preocupante...](#)

[E a própria CAPES que "qualifica" cada um dos periódicos...](#)

[Mas os critérios de internacionalização utilizados pela CAPES...](#)

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Ministro lamenta falta de empenho e punição](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Brasileiro destina fatia para dívida se tem menos dinheiro para investir](#)

[Só 3% dos cursos superiores particulares têm nota máxima em avaliação; federais têm 29%](#)

[Projeto desenvolve capacidade de liderança em diretores e coordenadores de escola](#)

[Tribunal de Justiça libera Doria para gastar verba de educação com aposentado](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Enade: MEC quer punir aluno com nota baixa](#)

[MEC estuda punição por nota baixa no Enade](#)

[Exame é visto com ressalvas até para avaliar cursos](#)

[ANÁLISE: Renata Cafardo](#)

[Memória curta](#)

O GLOBO - RJ

[Enade: 64% dos cursos das federais tiram notas mais altas](#)

Imprensa Estadual

A NOTÍCIA - SC

[Estudantes da UFSC decidem manter greve](#)

DIÁRIO CATARINENSE - SC

[Estudantes da UFSC decidem manter greve](#)

Agências de notícias e sites

PORTAL FATOR BRASIL

[Japão se prepara para ser o primeiro país do mundo a produzir aço carbono zero](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Memória curta](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Enem : leia redações de treineiros que tiraram nota 1000](#)

CORREIO WEB

[Prouni – Último dia para concorrer às bolsas remanescentes](#)

G1

[G1 lança ferramenta com informações de todas as escolas do Brasil](#)

[Ministério da Educação estuda punir alunos com nota baixa do Enade](#)

PODER 360 - DF

[Bolsonaro fez 75 críticas à imprensa no Twitter; Weintraub é o ministro que mais ataca](#)

PORTAL EXAME

[São Paulo adere ao programa de escolas militares do MEC](#)

PORTAL ISTOÉ

[Gestão Doria adere ao programa de escolas cívico-militares de Bolsonaro](#)

[Ministério da educação estuda punir aluno que tirar nota baixa no Enade](#)

PORTAL VEJA

[Doria decide aderir ao programa de escolas cívico-militares de Bolsonaro](#)

PRIMEIRA HORA

[Governo Federal libera mais 679 bolsas de pós-graduação](#)

R7

[Gestão Doria adere ao programa de escolas cívico-militares](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Ministério da educação estuda punir aluno que tirar nota baixa no Enade](#)

[Gestão Doria adere ao programa de escolas cívico-militares de Bolsonaro](#)

[Educação ao longo de toda vida é ferramenta para sucesso em todas as áreas](#)

Agências de notícias e sites

AGORA RN

[Pesquisador potiguar publica estudo sobre extinção de animais na revista Science](#)

DA HORA BATAGUASSU

[MEC libera 679 bolsas de pós-graduação](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[O CNPq foi o ponto de partida para o desenvolvimento da ciência no Brasil](#)

[Combinação inovadora de célula-tronco e impressão 3D produz tecido para transplante de fígado](#)

METRO-DF

[Capes tem edital aberto para pesquisas conjuntas entre Brasil e Portugal](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Nova técnica usa célula-tronco e impressão 3D em transplante de fígado](#)

AGÊNCIA ESTADO

[MEC estuda punição a aluno que tiver nota baixa no Enade](#)

CONGRESSO EM FOCO

[Rodrigo Maia se opõe a aumento para 40% de recursos da União no Fundeb](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Termina nesta sexta prazo para inscrição em bolsas remanescentes do ProUni](#)

[Quase metade dos concluintes de graduação recebeu bolsa ou financiamento](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

USP é a melhor universidade do país; Unicamp ganha 2º lugar no RUF 2019
Estaduais paulistas dividem o topo pela primeira vez, enquanto as federais UFRJ e UFMG perdem espaço

São Paulo

Pela primeira vez desde a criação do RUF (Ranking Universitário da Folha), em 2012, duas universidades estaduais paulistas estão no topo da lista de melhores escolas do país.

A Universidade de São Paulo (USP) é a melhor universidade brasileira no RUF 2019, seguida pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) —que avançou duas casas em relação ao ranking do ano passado.

Bases: Web of Science (de 2012 a 2016 para publicações e 2017 para citações), **Capex**, CNPq e agências federais de fomento (2017), SciELO (de 2012 a 2016)

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/usp-e-a-melhor-universidade-do-pais-unicamp-ganha-2o-lugar-no-ruf-2019.shtml>

topo 

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Como é feito o Ranking Universitário Folha

Avaliação usa dados nacionais e internacionais e pesquisas do Datafolha

São Paulo

O Ranking Universitário Folha é uma avaliação anual de todas as universidades ativas do país que usa dados nacionais e internacionais e duas pesquisas de opinião do Datafolha, em cinco aspectos (pesquisa, ensino, mercado, internacionalização e inovação).

Bases: Web of Science (de 2012 a 2016 para publicações e 2017 para citações), **Capex**, CNPq e agências federais de fomento (2017), SciELO (de 2012 a 2016)

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/como-e-feito-o-ranking-universitario-folha.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Um em cada dez professores de pós tem mestrado ou doutorado no exterior, mostra RUF

Intercâmbio ajuda a trazer novo olhar para ciência nacional, dizem instituições São Paulo

Um em cada dez professores de pós-graduação no Brasil estudou em universidades estrangeiras, indicam dados inéditos da plataforma Sucupira da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**.

O levantamento, que usa dados de 2017, aponta que 7.063 dos 59.145 professores que atuam na pós-graduação como permanentes fizeram o doutorado ou o mestrado integralmente fora do país, o que representa 11,94%.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/um-em-cada-dez-professores-de-pos-tem-mestrado-ou-doutorado-no-externo-mostra-ruf.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

**Entre universidades particulares, religiosas lideram ranking de pesquisas
Instituições tradicionais contratam professores em tempo integral e firmam parcerias internacionais**

São Paulo

O contingenciamento das verbas de educação pelo governo federal neste ano fomentou uma discussão sobre a produção científica das universidades privadas.

Em abril, o presidente Jair Bolsonaro colocou lenha na fogueira ao declarar que quem faz pesquisa no Brasil são as universidades privadas.

Os dados não embasam a declaração: mais de 95% das pesquisas do país são feitas por instituições públicas, segundo estudo da Clarivate Analytics para a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/entre-universidades-particulares-religiosas-lideram-ranking-de-pesquisas.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

**Comparar universidades brasileiras a bilionárias de rankings globais é certo?
Das 197 instituições de ensino do país, só 10% aparecem entre as melhores do mundo**

São Paulo

Cerca de 10% das 197 universidades brasileiras aparecem entre as mil melhores do mundo em rankings globais. Para especialistas, no entanto, não está claro como devem ser feitas comparações entre países —e, menos ainda, se o Brasil deve ter políticas para

estimular especificamente as escolas de "nível internacional".

É mais ou menos essa a lógica da avaliação de programas de pós-graduação brasileiros pela **Capes**, agência federal ligada ao MEC.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/comparar-universidades-brasileiras-a-bilionarias-de-rankings-globais-e-certo.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Sucesso da agropecuária faz crescer procura por curso superior de zootecnia Grande oferta de empregos ajuda a explicar aumento do interesse pelo estudo da criação de animais

São Paulo

A expansão da agropecuária brasileira e a grande oferta de empregos no setor fizeram aumentar a demanda pelo curso superior de zootecnia, que estuda tanto a criação produtiva e rentável de animais quanto o desenvolvimento de produtos.

Entre os campos de atuação, o zootecnista pode trabalhar na seleção genética de animais, na produção de ração com mais qualidade e em outras formas de garantir o bem-estar dos bichos, considerando fatores como, por exemplo, espaço e aclimação adequados em confinamento.

Bases: Web of Science (de 2012 a 2016 para publicações e 2017 para citações), **Capes**, CNPq e agências federais de fomento (2017), SciELO (de 2012 a 2016)

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/sucesso-da-agropecuaria-faz-crescer-procura-por-curso-superior-de-zootecnia.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Primeira infância e o caminho da prosperidade Estamos limitando o desenvolvimento das crianças

Em 2006, o nosso país descobriu imensas reservas de petróleo na camada pré-sal. Como o reservatório está a 8.000 metros abaixo do nível do mar, no momento da descoberta não era nem um pouco óbvio o que fazer para extrair este recurso mineral. Hoje, a produção do pré-sal representa 60% da produção nacional. Este avanço jamais seria possível sem o trabalho de centenas de engenheiros que desenvolveram a tecnologia que garante ao Brasil enorme vantagem comparativa na extração de petróleo em grandes profundidades. Este caso mostra que o crescimento econômico de longo prazo é fruto de progresso tecnológico.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2019/10/primeira-infancia-e-o-caminho-da-prosperidade.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Exame da OAB é um dos critérios do RUF para avaliar cursos de direito Veja o que muda na metodologia do Ranking Universitário Folha

A oitava edição do RUF (Ranking Universitário Folha) traz uma avaliação inédita de todas as 197 universidades ativas brasileiras (públicas e privadas) e dos cursos oferecidos nas 40 carreiras de maior demanda nacional, como medicina e direito.

As universidades são avaliadas a partir de cinco indicadores: qualidade do ensino, pesquisa científica, avaliação do mercado de trabalho, inovação e internacionalização.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/exame-da-oab-e-um-dos-criterios-do-ruf-para-avaliar-cursos-de-direito.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

O que é o Ranking Universitário Folha

Avaliação de universidades brasileiras é feita anualmente desde 2012

São Paulo

O RUF (Ranking Universitário Folha) é uma avaliação anual do ensino superior do Brasil feita pela Folha desde 2012.

Na edição de 2019 há dois produtos principais: o ranking de universidades e os rankings de cursos.

No ranking de universidades estão classificadas as 197 universidades brasileiras, públicas e privadas, a partir de cinco indicadores: pesquisa, internacionalização, inovação, ensino e mercado.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/o-que-e-o-ranking-universitario-folha.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Como é feito o ranking de cursos do RUF

Graduações são avaliadas em dois aspectos, ensino e mercado

São Paulo

O ranking de cursos do RUF (Ranking Universitário Folha) é uma avaliação anual de 40 graduações de universidades, centros universitários e faculdades com maior número de ingressantes no país (de acordo com o último Censo da Educação Superior disponível), com base em dois aspectos (ensino e mercado).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/como-e-feito-o-ranking-de-cursos-do-ruf.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Quais cursos são avaliados no Ranking Universitário Folha

Avaliação considera os 40 cursos com maior número de ingressantes no país

São Paulo

Veja lista de cursos avaliados pelo Ranking Universitário Folha.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/quais-cursos-sao-avaliados-no-ranking-universitario-folha.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Como o Enade entra no Ranking Universitário Folha

Ministério da Educação usa nomenclaturas diferentes para os cursos; veja diferenças

São Paulo

O Ministério da Educação usa uma nomenclatura diferente da empregada no RUF para definir qual prova do Enade determinado curso realiza. A lista mostra qual exame cada um dos cursos do ranking presta.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/como-o-enade-entra-no-ranking-universitario-folha.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Quem faz o Ranking Universitário Folha

Veja membros do conselho consultivo do Ranking Universitário Folha

Apuração dos dados

Estêvão Gamba

Heloisa Furia

Jean Estêvão de Souza

Luciana Chong

Renata Nunes

Sabine Righetti

Simone Toledo

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/quem-faz-o-ranking-universitario-folha.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Minoria dos cursos de direito consegue formar a maioria dos seus estudantes

De quase mil faculdades, só 51 aprovam mais de 50% de alunos no exame da OAB

São Paulo

Apenas 51 escolas que oferecem curso de direito, entre as quase mil do Brasil, conseguem aprovar mais de 50% de seus alunos no exame da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

Os dados são de um novo indicador do RUF (Ranking Universitário Folha). Das 897 instituições de ensino superior que tiveram ex-alunos prestando a prova, 721 (80%) têm aprovação na OAB menor do que 25%. Foram contabilizados estudantes e egressos que se submeteram ao exame da OAB entre 2015 e 2017.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/minoria-dos-cursos-de-direito-consegue-formar-a-maioria-dos-seus-estudantes.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Qualidade dos cursos de direito do país deixa a desejar, diz professora Nina Ranieri, da USP, apresenta ideias para melhorar a formação de advogado no Brasil

São Paulo

O Brasil tem mais cursos de graduação em direito que China, EUA e Europa juntos. A alta demanda se explica pelo bacharelismo e o credencialismo entranhados na nossa cultura, segundo a professora da Faculdade de Direito da USP Nina Ranieri.

O problema é que a maioria dos formados não consegue atuar na área, diz ela, uma das poucas mulheres no corpo docente da faculdade.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/qualidade-dos-cursos-de-direito-do-pais-deixa-a-desejar-diz-professora.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Núcleos de inovação ajudam universidades a aumentar patentes Crescimento é resultado de lei que obrigou escolas a ter política sobre o tema

São Paulo

Na última década, as universidades brasileiras intensificaram suas políticas de inovação, e isso resultou em um aumento no número de pedidos de patente.

Em 2012, cerca de metade das instituições não tinha nenhum pedido de patente, segundo dados do RUF (Ranking Universitário Folha). Já neste ano, só um quarto das 197 instituições avaliadas ainda estão na estaca zero.

De acordo com especialistas, o que explica esse crescimento é a Lei de Inovação, promulgada em 2004, que obrigou as universidades a criar um núcleo de inovação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/nucleos-de-inovacao-ajudam-universidades-a-aumentar-patentes.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Demanda por cursos de filosofia e ciências sociais despenca no país Motivos incluem fim da obrigatoriedade das matérias no ensino médio e estereótipo negativo de humanas

São Paulo

Cada vez menos gente tem interesse em cursar ciências sociais e filosofia no Brasil. O total de ingressantes nesses dois cursos cai desde o RUF (Ranking Universitário Folha) de 2014.

De acordo com especialistas, esse cenário pode ser explicado por uma mudança no perfil dos universitários, pela disseminação na sociedade de uma opinião negativa sobre as carreiras e pela reforma do ensino médio, que tirou a obrigatoriedade do estudo

dessas áreas por todos os alunos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/demanda-por-cursos-de-filosofia-e-ciencias-sociais-despenca-no-pais.shtml>

topo ↗

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

**Cresce número de professores de ensino superior com mais de 50 anos
Experientes são essenciais para qualidade, mas instituições precisam acelerar renovação**

São Paulo

O corpo docente das universidades brasileiras está envelhecendo. Segundo levantamento da Folha, entre 2010 e 2017, o número de professores com 50 anos ou mais atuando na graduação presencial e na pós-graduação cresceu de 33,7% para 37,9%.

Essa tendência pode ser explicada, em primeiro lugar, pelo envelhecimento da população brasileira em geral: vivendo mais, professores ficam na ativa por mais tempo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/cresce-numero-de-professores-de-ensino-superior-com-mais-de-50-anos.shtml>

topo ↗

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

**Universidade Federal de Sta. Catarina terá a menor verba dos últimos 10 anos
Número de alunos matriculados cresceu 40% em uma década; professores temem queda nas avaliações**

Florianópolis

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) terá uma dura tarefa em 2020: gerenciar o menor orçamento dos últimos dez anos com um volume total de alunos 40% superior. A instituição está entre as dez melhores nos quesitos internacionalização, pesquisa e ensino, sendo a 7ª colocada no ranking geral do RUF 2019.

Com excelência em áreas como engenharia, farmacologia e química, a universidade começou há uma década a se expandir pelo estado. Hoje tem 36 mil alunos matriculados na graduação e na pós. Para se ter uma ideia, o número de refeições servidas no restaurante universitário aumentou 200% em dez anos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/universidade-federal-de-sta-atarina-tera-a-menor-verba-dos-ultimos-10-anos.shtml>

topo ↗

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

**Universidade Federal do Mato Grosso sobe no RUF e entra no vermelho
Instituição reduz os gastos com pesquisas, transporte, luz e até limpeza**
Cuiabá

O contingenciamento de gastos determinado pelo Ministério da Educação deixou a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em dificuldades financeiras e atingiu, especialmente, seus laboratórios e grupos de pesquisa.

A universidade informa que não há verba para construções de novos centros de pesquisa e está difícil a aquisição de equipamentos. A situação é agravada pelo corte de bolsas de iniciação científica, também determinado pelo governo federal como parte da redução de gastos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/universidade-federal-do-mato-grosso-sobre-no-ruf-e-entra-no-vermelho.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

**Melhor universidade do Nordeste, UFPE sofre cortes em áreas estratégicas
Instituição teve 30% do seu orçamento bloqueado e reformas estruturais foram adiadas**

Recife

Com 30% de seu orçamento bloqueado, a UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) precisou suspender, nos dois últimos meses, o uso de ar-condicionado nas dependências de seus campi em Recife, Vitória de Santo Antão e Caruaru. A universidade ocupa a 10ª colocação no RUF (Ranking Universitário da Folha) e se destaca como a melhor do Nordeste.

A medida representou uma economia mensal de R\$ 700 mil em comparação com o mês de maio que, historicamente, registra o maior consumo de energia.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/melhor-universidade-do-nordeste-ufpe-sofre-cortes-em-areas-estrategicas.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Universidade Federal do Sul da Bahia vive de puxadinhos enquanto espera verba para acabar campus

Instituição utiliza salas de aulas e laboratórios emprestados desde a sua criação, em 2014

Itabuna (BA)

Criada em 2014, a UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia) subiu na lista geral do RUF (Ranking Universitário Folha) por dois anos consecutivos e chegou, em 2019, à 167ª posição. Agora, essa trajetória de crescimento pode ser interrompida por causa do bloqueio no seu orçamento imposto pelo Ministério da Educação, o maior entre as instituições federais.

Mais da metade da verba (54%) que seria usada para custeio (contas gerais e materiais) e investimentos (obras e equipamentos) ficou retido, segundo dados da instituição. São R\$ 17 milhões, ao todo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/universidade-federal-do-sul-da-bahia-vive-de-puxadinhos-enquanto-espera-verba-para-acabar-campus.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Empresas reveem estratégias em tempos de crise e era digital'

Alfredo Pinto, presidente da Bain para a América do Sul

Uma das maiores consultorias do mundo, a Bain & Company tem acompanhado muito de perto o movimento das empresas brasileiras que tentam dar uma guinada em seus negócios. Em tempos de crise e transformação digital, companhias buscam reavaliar suas estratégias para continuarem no jogo. “A transformação digital passou a ser, nos últimos cinco anos, parte muito importante da agenda de negócio das companhias”, diz Alfredo Pinto, sócio e presidente da Bain & Company para América do Sul. Essa mudança não é regra só para empresas que migram suas vendas para comércio eletrônico, mas também para negócios tradicionais. A tecnologia chegou para rever vários processos e o jeito de fazer negócios.

Quais são as principais demandas das empresas ao contratar a Bain?

Cerca de 50% da nossa receita hoje está ligada a novos projetos estratégicos e de transformação digital. Também somos procurados para melhoria de performance e redução de custos, além de mudanças organizacionais. Fazemos muitos trabalhos de avaliação estratégica para os fundos de private equity (que compram participação em empresas) que buscam novos negócios para investimento. Temos recebido também muitas demandas em serviços financeiros, varejo, bens de consumo e saúde.

A transformação digital é um caminho sem volta para as empresas?

Sim. E não é válido só para as empresas ligadas ao varejo. A tecnologia está envolvida em todos os processos de uma companhia, como vendas, produção, como também no processo organizacional de um grupo. Houve uma mudança no perfil dos consumidores e crescimento digital do consumo. Isso coloca muita pressão sobre as empresas. Muitas buscam a transformação digital para se tornarem mais competitivas e também desenvolver novas linhas de negócios. Ou as duas coisas juntas.

Grandes varejistas estão migrando para o comércio eletrônico. Há mais espaço para avançar neste setor?

O segmento de eletroeletrônico já incorporou essa mudança. Mas há outros setores que estão aprimorando essas estratégias, como varejo de alimentos e vestuário, por exemplo.

Quais outros setores que estão em transformação com a era digital?

O setor de mídia, sem dúvida, passou muito cedo por esse processo. Serviços financeiros estão em evolução, assim como o varejo como um todo. O processo também caminha em educação, basta olhar a penetração do Ensino à Distância (EAD). As empresas de bens de consumo igualmente começaram a discutir processos.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

SELVA DE AULA

A vida real da ‘zebra gorda’ na universidade

Paulo Gomes, de 55 anos, é, na avaliação do ministro da Educação, uma “zebra gorda”: professor universitário federal que ganha entre R\$ 15 mil e R\$ 20 mil, sinônimo para a elite docente no dicionário de Abraham Weintraub.

Há 22 anos ensinando engenharia de produção na Faculdade de Tecnologia da UnB (Universidade de Brasília), com doutorado e dedicação exclusiva, Paulo dá 14 horas de aulas semanais na graduação, divididas em seis turmas que somam 410 alunos.

Separa quatro horas por semana para atender orientandos e outras 16 para projetos de extensão e pesquisa, além de se desdobrar em funções administrativas. Somadas, as 40 horas contratadas são escassas para tanto trabalho.

—Preparo as aulas no período das férias escolares, entre os semestres letivos — diz.

Os salários dos professores universitários foram tratados diretamente por Weintraub em evento realizado há duas semanas em São Paulo. Para uma plateia de dirigentes de instituições privadas de ensino superior, ele afirmou que, para recompor o orçamento do Ministério da Educação (MEC), iria “atrás da zebra gorda, que é o professor de uma federal, com dedicação exclusiva, que dá oito horas de aulas por semana e ganha de R\$ 15 mil a R\$20 mil por mês”.

MAIS QUALIFICAÇÃO

Procurado, o MEC não se manifestou sobre o tema e não respondeu quantos profissionais estão nesse patamar — pediu para que O GLOBO procuras secada universidade.

Na Unifesp, onde Weintraub dava aula até assumir a Educação, somente um terço dos professores recebe a partir de R\$ 15 mil — de acordo com dados da folha de pagamento de agosto de 2019, publicados após pedido via Lei de Acesso à Informação. O mais alto chega a R\$30 mil.

Nos últimos dez anos, devido às políticas traçadas pelo MEC, o Brasil viveu uma expansão

do ensino superior aliada à qualificação dos docentes, e a combinação desses fatores levou a um aumento de 77% na folha de pagamento de pessoal do ministério.

O número de alunos da rede federal cresceu 52% no mesmo período, o de professores de ensino superior da rede pública subiu 55% e o de docentes com doutorado, 125%.

—O problema fiscal do Brasil não é por conta dos salários. O que causou impacto na folha de pagamento foi o crescimento do número de federais. Aí o país deveria ter sido mais cauteloso — aponta Cláudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais, da FGV.

Sem cargos de comissão ou bolsas de pesquisa, apenas professores com doutorado, dedicação exclusiva e 16 anos de carreira conseguem chegar ao patamar salarial mais alto na Educação pública superior. Ou seja, são pelo menos 27 anos de qualificação, somando o tempo na graduação, no mestrado e no doutorado.

— Se os salários não forem atrativos, as universidades não conseguirão bons professores. Estamos falando de profissionais altamente qualificados para os quais o mercado oferece postos bem remunerados —argumenta Paulo Gomes.

Na UFRJ, 49% dos professores chegaram ao teto salarial. Lá, 52% dos professores têm mais de 51 anos. A reitora da universidade, Denise Carvalho, afirma que a remuneração brasileira não se compara à de outros países.

— Um professor que ganha menos nos EUA, em universidades que não são de ponta, ganha US\$ 80 mil por ano na área de Ciências Humanas e Sociais. Mesmo os que ganham R\$ 20 mil mensais no Brasil não chegam a esse patamar anual — diz a reitora.
— O salário (dos docentes da UFRJ) é acima da média dos trabalhadores no país, mas a qualificação deles é muito acima da média nacional.

TRABALHO EXTRA

Márcio Markendof, de 38 anos, é doutor com dedicação exclusiva na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Com sete anos de casa, ainda não está no patamar salarial criticado por Weintraub. Das 40 horas semanais de atividades, dá um mínimo de oito horas de aulas. O restante é dividido entre pesquisa, projetos de extensão e funções administrativas, como a participação em comitês.

— Assumi nesse semestre a coordenação de pós-graduação em Literatura. Vou ter mais trabalho sem ganhar nada por isso, pois não recebemos por orientação.

Seu salário pode passar do teto de R\$ 20,5 mil com atividades como obtenção de bolsa de pesquisa, sempre aprovados pela universidade.

Magistério superior federal tem seis tipos de cargo

>Existem seis cargos na carreira do magistério superior federal, com diferentes classes, denominações e níveis.

> Um professor titular com doutorado e dedicação exclusiva pode ter uma remuneração de até R\$ 19.985, sem incluir gratificações por ocupar cargos na estrutura acadêmica.

> Já a remuneração de um professor associado com as mesmas características (título de doutor e dedicação exclusiva) varia de R\$ 16.199 a R\$ 18.152. E a remuneração de um professor adjunto nessa situação vai de R\$ 11.561 a R\$ 12.893

> Sem dedicação exclusiva, o salário é reduzido. Um professor com carga horária de 40 horas, titular e com doutorado, tem como remuneração bruta R\$ 11.201. Enquanto para um adjunto com essas características o salário-base pode chegar a R\$ 10.205. Para um contrato de 20 horas de professor titular com doutorado, a remuneração bruta é de R\$ 6.874.

> A remuneração média de um professor federal foi de R\$ 11.109 em junho de 2018, de acordo com os dados do Ministério da Economia. No mesmo mês, as carreiras jurídicas do Poder Executivo federal receberam, em média, R\$ 24.025

— a mais alta remuneração média entre as categorias que mais pesam no Orçamento da União.

> A carreira de docente aparece em relatório da área econômica como a que provoca maior impacto nos gastos públicos. Isso se dá menos pelo valor do salário e mais pelo quantidade de servidores federais dessa categoria — 146 mil pessoas. (Manoel Ventura, de Brasília)

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Mais aprendizagem, menos desigualdade

Entre 2007 e 2017, ao menos no primeiro ciclo do ensino fundamental, o país registrou um avanço significativo, ainda que insuficiente, na aprendizagem dos alunos. Só que esse movimento ocorreu puxado principalmente pelas crianças de maior nível socioeconômico, o que fez aumentar a distância desses para os filhos de pais mais pobres e menos escolarizados.

Essa constatação pode gerar um entendimento equivocado de que uma maneira aceitável de elevar nossos indicadores educacionais é principalmente dando mais oportunidades àqueles que estão em melhores condições de aproveitá-las, na esperança de que esses puxem a média de todos para cima, compensando o mau desempenho dos de mais. Além do dilema ético de agravar disparidades num país já tão desigual, a estratégia é também pouco eficaz, como demonstra uma análise feita por Erica Castilho Rodrigues (Universidade Federal de Ouro Preto), José Francisco Soares (UFMG) e Mauricio Ernica (Unicamp).

Os pesquisadores fazem parte de um grupo que acaba de lançar um indicador educacional feito justamente para medir desigualdades de aprendizagem no país, o IDEa (<http://www.portalidea.org.br>). Ele foi calculado a partir dos resultados de alunos na Prova Brasil (exame oficial do MEC), e revelou que menos de 1% dos municípios brasileiros conseguem aliar alto desempenho em Português e Matemática com equidade de resultados no ensino fundamental.

Na análise feita pelos três pesquisadores, buscou-se identificar qual a característica que mais diferenciava redes municipais de alto e baixo desempenho na média. A conclusão foi que as melhores redes se destacam não pelo fato de terem um maior número de alunos nos níveis mais altos de proficiência. O que faz essas cidades terem melhores resultados é o fato de conseguirem diminuir a proporção de estudantes nos níveis mais baixos de aprendizagem, em que há maior concentração de estudantes negros e de menor nível socioeconômico.

“Boas políticas públicas só produzirão efeitos positivos, tanto para elevar o nível de aprendizagem como para reduzir as desigualdades, se forem desenhadas com dois objetivos: em primeiro lugar, buscando elevar os níveis mínimos de aprendizagem obtidos pelos estudantes, reduzindo drasticamente a concentração daqueles que obtêm proficiência abaixo do básico; em segundo lugar, assegurando que essa melhoria beneficie todos os grupos sociais, o que só será alcançado se houver estratégias específicas para os grupos que hoje estão mais expostos ao risco da baixa aprendizagem: os de nível socioeconômico mais baixo e os negros”, afirmam os pesquisadores.

A desigualdade pode cair no pior dos mundos: em que todos perdem, só que com prejuízos maiores para quem estava melhor. Na economia, essa é uma situação que já ocorreu em tempos de crise, e não há nada a comemorar. Pode também ser reduzida num cenário em que grupos mais vulneráveis registram avanços, ao passo que os demais ficam estagnados ou retrocedem. Em educação, também não é o cenário ideal.

A meta a ser perseguida num país tão desigual quanto o Brasil é ver todas as crianças avançando sem prejuízos em sua aprendizagem, com redução das desigualdades, por meio de políticas que priorizem os que mais precisam. É um desafio e tanto, mas, se queremos realmente valorizar o mérito e avançar no sistema como um todo, é preciso corrigir distorções causadas menos pelo esforço ou talento pessoal, e mais pela falta de igualdade de oportunidades.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Estudante que acumulou duas bolsas por erro administrativo não é obrigado a ressarcir universidade, decide Tribunal

Universitário que cursava mestrado em Educação Científica e Tecnológica na Universidade Federal de Santa Catarina comprovou ausência de má-fé e TRF-4 negou provimento a um recurso da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que cobrava devolução de valores

Um estudante da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que acumulou duas bolsas por ‘erro administrativo’ e comprovou a ausência de má-fé não pode ser obrigado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** a devolver os valores recebidos. Com esse entendimento, a 4.^a Turma do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF-4) negou provimento a um recurso da **Capes** que requeria o ressarcimento retroativo de quantia paga pela instituição.

A decisão da 4.^a Turma foi dada em sessão de julgamento realizada no dia 24 de setembro e divulgada nesta sexta, 4 (50287739020164047200/TRF)

O estudante acumulou durante um ano bolsa do programa de pesquisa paga pela **Capes** enquanto cursava mestrado em Educação Científica e Tecnológica e bolsa de tutoria na modalidade educação a distância paga pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O caso aconteceu em 2014.

Dois anos depois, a **Capes** notou a irregularidade e passou a cobrar do estudante o pagamento retroativo dos valores.

O universitário então ajuizou ação com pedido de tutela antecipada contra a **Capes** requerendo que a fundação se abstivesse de cobrar o ressarcimento referente à bolsa de mestrado durante o período da cumulação e que não incluísse o nome do autor em qualquer tipo de cadastro de inadimplentes.

O juízo da 4.^a Vara Federal de Florianópolis julgou o pedido procedente e declarou a irregularidade da cobrança. Dessa forma, a fundação apelou ao tribunal, que negou provimento ao recurso por unanimidade e manteve a sentença.

O relator do acórdão, desembargador federal Rogerio Favreto, destacou em seu voto que, apesar de a acumulação das bolsas no caso em questão ser vedada, uma exceção constante na Lei nº 11.502/07 induziu os gestores da universidade a entenderem que o

autor teria direito a acumular os benefícios.

O magistrado afirmou que ficou comprovada nos autos a existência de boa-fé por parte do estudante ao assinar documento declarando ter ciência da impossibilidade de cumulação, ‘sobretudo porque havia elementos para se presumir a regularidade do recebimento de mais de uma bolsa’.

“Logicamente, a partir de quando é notificada a irregularidade, o bolsista deve deixar de receber as bolsas até então acumuladas, mas tal interpretação não pode ser adotada retroativamente para se determinar o ressarcimento de valores já recebidos sob a aparência de regularidade, aos quais deve ser aplicada a presunção de boa-fé”, concluiu Favreto.

A decisão da 4.^a Turma foi dada em sessão de julgamento realizada no dia 24 de setembro e divulgada nesta sexta, 4.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Governo precisa vir para conversar, diz relatora do Fundeb na Câmara Deputada Professora Dorinha (DEM-TO) admite mudanças no texto que prevê aumento na contribuição federal, mas pede que saída seja negociada

Brasília

Assim que veio a público a minuta da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que renova o Fundeb, e prevê um aumento do gasto da União na educação básica, o governo Jair Bolsonaro (PSL) foi para o ataque.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, convocou, no dia 19 do mês passado, entrevista coletiva para dizer que foi pego de surpresa e que estuda encaminhar ao Congresso um texto próprio.

A área econômica do governo disseminou que o impacto da proposta seria, até 2023, de R\$ 855 bilhões—mesmo sem detalhar os cálculos, que não condizem com as projeções da área técnica da Câmara, debruçada desde 2015 no tema.

Principal mecanismo de financiamento da educação básica, o Fundeb reúne impostos de estados e municípios e conta com uma complementação da União para estados (e seus respectivos municípios) que não atinjam um valor mínimo a ser gasto por aluno. A colaboração federal para o fundo hoje é de 10%, o projeto atual a eleva gradualmente para 40% até 2031.

Em entrevista à Folha, a relatora do texto na Câmara, deputada Professora Dorinha (DEM-TO), admite mudanças no texto, mas diz que o governo precisa vir de fato para as negociações. Ela critica a falta de empenho do executivo no tema e a divulgação de números que superestimam o impacto.

“Esse envolvimento poderia ter sido maior, sim, é um tema estratégico demais”, diz ela, “Não estamos falando de dar mais dinheiro para uma área que já tem muito dinheiro. Quando a gente põe o gasto por aluno, o investimento ainda é muito baixo”.

Dorinha diz esperar um melhor diálogo com o governo e, ao mesmo tempo, tem buscado apoio dentro e fora do Parlamento. “O Fundeb não é do governo federal, é um

pacto federativo", diz. A expectativa dela é chegar a um texto consensualizado para aprovar na Câmara ainda este ano.

A minuta trouxe 40% [de colaboração federal para o Fundeb] após concertação com textos em trâmite no Senado, que preveem esse percentual. Depois, o governo saiu para o ataque. O Executivo foi pego de surpresa ou faltou interesse na discussão? Se você tinha o texto antes, imagina o governo. Esse envolvimento poderia ter sido maior, sim, é um tema estratégico demais. E não é [suficiente] o envio de um ofício dizendo que concorda com isso, pede isso. Aquilo é sugestão [o MEC encaminhou em junho ofício em que defende 15% de complementação e com outras indicações]. Existe toda abertura para essa discussão, mas é óbvio que o governo precisa vir para conversar.

A discussão da complementação retoma o debate de que a União tem baixo protagonismo no financiamento da educação básica. A senhora pretende insistir com os 40%, insistir no convencimento? O percentual de 40% não vem de uma iniciativa minha, vem assinado pelos secretários estaduais de Educação, municipais, pelo fórum de governadores e pelo Senado. Não é pouca coisa. Temos sentado com outras instituições e atores e esse trabalho é de construção. Só não dá para construir se a gente não sentar para discutir.

Se não vê viabilidade de 40% em dez anos, precisa trabalhar, porque no texto a gente coloca [o aumento] ano a ano. Pode chegar a isso em quanto tempo? Se você observar o tom alarmante dos R\$ 855 bilhões, onde eles dão algum dado concreto? Na reunião [na Economia], os próprios técnicos assumiram que teve equívoco na divulgação, a gente sabe que não é aquele impacto. Pedimos os dados e até agora não veio [a Folha também solicitou e não recebeu]. Alguma coisa vai ter que vir, precisamos conversar. Os nossos dados estão públicos, todas as simulações, não surgiu algo agora.

Mas esse percentual está em aberto? O texto está em aberto, ainda não é o relatório final. Eu não posso ir para uma disputa de texto e percentual em um tema desse, com impacto para o país inteiro. O presidente [da Câmara] Rodrigo Maia [DEM-RJ] me mandou uma preocupação sobre o número de escolas sem água tratada. Não queremos todas as escolas com piscina, estamos falando de escolas que não podem ser chamadas de escolas. Estamos falando de um esforço de país.

A proposta do governo, de 15%, tem chance de ser atendida? Não é só uma questão de ser pouco dinheiro, porque pode dar ideia de que a discussão é só colocar mais dinheiro. Mas quando joga no per capita, continuam centenas de municípios que estão em estados que nunca receberam complementação e são muito pobres. Temos um esforço com relação à educação infantil, há um número enorme de jovens fora da escola, acabamos de votar uma reforma do ensino médio que requer investimento. Estamos falando de um país onde o piso salarial do professor é muito ruim, onde falta de professores e menos de 20% dos alunos de ensino médio pensam em ser professores.

Existe um espírito reformista no Congresso e no governo, que passa por redução de gastos públicos. A senhora é do mesmo partido do presidente da Câmara, que encarna um protagonismo nessas reformas. Ele apoia os 40%? Como tem sido a conversa após a reação do governo? Temos tido conversas iniciais, e o Rodrigo tem liderança muito forte. Em muitos momentos, ele foi muito atacado, e pelo próprio governo. Muitos que reagiram ao relatório [do Fundeb] com escândalo e gravação de Youtube também

fizeram isso com ele muitas vezes. Ele mostrou maturidade e a compreensão de um poder que tem tamanho. Nós não somos subordinados ao governo. Mandar um ofício não significa que vamos obedecer a esse ofício. A questão do Rodrigo é como se constrói um orçamento público viável. Não vamos sair com texto louco, porque se não tiver um mínimo de concertação ele não vai para voto no plenário.

O governo tem tentado colocar uma pecha de que prever 40% significa um texto louco, inviável. Será? Com mais 40 milhões de alunos, temos um investimento por aluno que é um terço do países da OCDE, e com resultados que precisam ser enfrentados. Avançamos muito, na cobertura escolar, universalização, melhoria de Ideb do 1º ao 5º ano, mas não é verdade que a gente tem esse assunto resolvido. Não estamos falando de dar mais dinheiro para uma área que já tem muito dinheiro.

Existem recursos para uma complementação maior? A escolha de definição de valor ou investimento da educação é também política, e não só do governo federal, mas do próprio Parlamento. Já veio proposta do governo de usar fundos regionais, o próprio MEC tem um volume de recursos significativos que podem [migrar para o Fundeb] e compôr a complementação. Os recursos do petróleo estão em uma crescente e a ANP [Agência Nacional do Petróleo] apresentou dados concretos que mostram crescimento significativo a partir de 2021, e cresce em 15 anos.

Já há nos bastidores do ministério da Economia rumores de que o governo poderia esvaziar a comissão do Fundeb e colocar esse tema no âmbito da proposta do pacto federativo. A senhora sente algum risco de o governo tentar atropelar e impor seu projeto? Acredito que não, porque o Fundeb é uma área com capilaridade tamanha. Estamos falando de mais 5.000 municípios, manutenção de escolas com mais de 40 milhões e que tem prazo para ser construído.

Mas o ministro da Economia, Paulo Guedes, já falou sobre desvinculação. Ele disse que é contra toda vinculação, e ele tem um monte de ideias que a linha dele enquanto ministro da Economia pode caminhar. Agora, a questão é um país que vai fazer uma construção que não passa por uma pessoa, nem se a gente tivesse numa ditadura. Ele pode até trabalhar para isso internamento no governo, outra coisa é o governo ter coragem de assumir.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

O incerto futuro da Educação

Ensino não suporta mais cortes orçamentários e não precisa de investidas morais duvidosas e eleitoreiras

Depois de meses de más notícias para a área da Educação, a boa chegou por meio do Supremo Tribunal Federal. O ministro Alexandre de Moraes homologou o acordo para destinar R\$ 1,6 bilhão para o setor, parte dos recursos provenientes do acerto da Petrobras com autoridades americanas por conta dos prejuízos causados aos investidores dos Estados Unidos pelos malfeitos descoberto pela Lava-Jato. Uma parcela do dinheiro vai para a educação infantil, outra para ações do Programa Criança Feliz, do Ministério da Cidadania. O governo também anunciou o descontingenciamento de recursos para os ministérios, e a Educação recebeu mais R\$ 1,9 bilhão.

Tudo isso, contudo, não quer dizer que a educação vai bem no país. Está longe disso.

Da básica à superior, o que se tem é um somatório de ações e informações que apenas demonstram o quanto o Brasil está ficando para trás em um setor que mostra se uma nação terá condições de avançar no futuro. Verbas canceladas, investimento em creches suspensos, um currículo básico desconstruído, ensino profissionalizante rebaixado a segundo plano, ensino superior claudicante de recursos, bolsas e financiamentos cortados, pesquisas abandonadas, pós-graduação relegada ao esquecimento. As nuvens cinzas encobrem o ensino público e o ensino privado fica cada vez mais para menos brasileiros, diante do empobrecimento da classe média e da miséria que ronda os carentes de recursos.

Em março, quando o governo anunciou corte de R\$ 5,8 bilhões nas verbas destinadas às universidades públicas e programas de fomento à pesquisa, que desencadearam protestos em todos os estados, o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmaram que os recursos seriam aplicados em educação básica, especialmente na ampliação da rede de creches do país. Não era bem a verdade. Além de não investir, o governo também reduziu ações voltadas para a educação básica, como programas de apoio à educação em tempo integral, construção de creches, alfabetização e ensino técnico.

Não bastasse o contingenciamento de verbas num setor que deveria ser prioridade máxima, ao lado da Saúde, o governo federal e de alguns estados investem também sobre o conteúdo dos currículos escolares do ensino básico, dispostos a ditar os costumes e a moral dos brasileiros que vão construir o futuro, não no bom sentido, mas de forma autoritária e preconceituosa. Atacam com vigor qualquer obra literária que discorra sobre costumes, caso não seja reproduzido aquilo que entendem como adequado, em atos de censura que remetem aos piores anos da ditadura militar. Com igual ímpeto, discriminam universidades que consideram fazer “balbúrdia”, apenas porque seus estudantes exercem o direito de protestar, pedir mais verbas, respeito, mais respaldo para pesquisas.

Para piorar, o Orçamento da União para 2020 reduz em 18% os recursos totais do Ministério da Educação em relação ao deste ano, atingindo da educação básica à pós-graduação, mas de forma mais profunda o financiamento de pesquisas e as contas de grandes universidades federais. Os danos à intelectualidade e à formação do conhecimento científico para o país são incomensuráveis.

Paulo Freire dizia que educação não muda o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas mudam o mundo. Para tanto, a educação precisa ser libertadora, caso contrário, o sonho do oprimido é ser opressor. Direito mais básico e elementar de todos, o direito à educação iguala e traz dignidade a homens e mulheres. Dentro dessa perspectiva, a defesa da educação é uma necessidade que se impõe, pois a condenação do país a uma era de mediocridade intelectual e ignorância só interessa àqueles que se utilizam da falta de conhecimento para fins eleitorais.

Não se pode permitir uma nova idade das trevas para as gerações futuras. O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele, apregoava Kant. No Brasil, a educação está deixando de ser prioridade de Estado, mas é urgência de país. Precisa de recursos sempre, mas de qualidade em especial. Gostem os governos ou não, vivemos em um mundo globalizado, competitivo, tecnológico. Nossa educação não suporta mais cortes orçamentários, nosso currículo não precisa de investidas morais duvidosas e

eleitoreiras. Precisamos de gente séria e comprometida com a formação de nossas gerações do futuro, para criar um Brasil menos preconceituoso, avançado tecnologicamente, desenvolvido e mais igualitário.

Fábio Nogueira é secretário-geral adjunto da OAB/RJ

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Fim de contrato ameaça Fundo responsável por merenda e transporte escolares federais

Pagamento de R\$ 11 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação a empresa que fazia manutenção de plataformas digitais e bancos de dados não foi renovado, após ser questionado pelo TCU

Brasília — O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) responsável por programas de grande escala no país —como os de merenda e transporte escolar, distribuição de livro didático e Fies—, está com seus sistemas eletrônicos em risco.

Um ofício interno da Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Sistemas (CGDES) do órgão, ao qual o GLOBO teve acesso, alertou, na sexta-feira (4), que ela não poderá mais desempenhar suas atividades, por tempo indeterminado, por falta de pessoal. Isso significa que manutenções nas plataformas digitais e bancos de dados estão suspensos.

Por meio de sua assessoria, o Fundo afirma que "nenhum programa das áreas finalísticas será afetado".

O setor de sistemas do FNDE foi levado à paralisia após a não renovação de um contrato com a empresa Ewave do Brasil Informática, que significou a saída de 65 profissionais da área, segundo o ofício interno do órgão.

De acordo com o documento, várias seções, como administração de dados e gerência de projetos, são "compostas 100% por terceiros".

"Informo que está suspenso, por tempo indeterminado, por falta de capacidade operacional, o atendimento de todas as atividades da CGDES (Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Sistemas), exceto correções de incidentes em sistemas que não necessitem de intervenções em bancos de dados", diz o ofício, assinado pelo coordenador-geral Márcio Fernandes Cunha.

Em resposta ao GLOBO, o FNDE afirma que o contrato com a Eware, de R\$ 11 milhões, é alvo de um auditoria no Tribunal de Contas da União (TCU) e que a nova direção já teve audiência com o tribunal. Como não houve uma conclusão do processo na corte, optou-se por não renovar o contrato e abrir um novo processo para seleção da empresa que prestará os serviços.

"Tendo em vista a ausência de posicionamento do Tribunal de Contas, a sensibilidade do tema, e o alto valor do contrato, observado o princípio da transparência e, acima de tudo, o cuidado da atual gestão para preservar o erário e para que não paire dívidas sobre a lisura da atual gestão, optou-se pela decisão administrativa da não renovação, para não haver risco algum de se incorrer em eventual dano ao erário. Esclarecemos, ainda, que uma nova contratação, nos moldes dos atuais normativos do tema e

observando os atuais acórdãos do TCU, já está em andamento. Portanto, não existe descontinuidade dos serviços por prazo indeterminado", diz o FNDE.

O Fundo garante que a interrupção temporária dos serviços não vai gerar dano à instituição.

"Após diversas tratativas internas com o corpo técnico, a nova gestão constatou que a descontinuidade temporária do contrato específico não acarretará nenhum dano à instituição, diante do risco iminente da prorrogação sem a devida conclusão da auditoria, e nenhum programa das áreas finalísticas será afetado", afirma.

Este não é o primeiro problema de falta de profissionais de tecnologia da informação após rompimento de contratos na área de Educação.

No MEC, dezenas de técnicos que atuavam em diversos programas, por meio de um acordo da pasta com a Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI), deixaram o trabalho após o ministro Abraham Weintraub quebrar a parceria alegando problemas formais no contrato.

A saída dos profissionais tem causado transtornos e dificuldades. Até mesmo um repasse de mais de R\$ 130 milhões que escolas da educação básica estavam esperando foi travado devido à falta de gente para operar os sistemas, segundo revelou o GLOBO em agosto.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Nº de presos inscritos no Encceja na região de Campinas cresce 45%

Secretaria de Administração Penitenciária informa que 2.049 candidatos buscam certificação dos ensinos Fundamental ou Médio neste ano; em 2018, eram 1.413.

O número de pessoas privadas de liberdade na região de Campinas (SP) inscritas para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) aumentou 45%. De acordo com a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), 2.049 candidatos buscam certificação do Ensino Fundamental ou Médio neste ano - em 2018, eram 1.413. As provas serão nos dias 8 e 9 de outubro.

Preso por tráfico volta a estudar na cadeia, chega à faculdade e sonha ser professora no futuro

Segundo a SAP, as inscrições foram realizadas pelos responsáveis pedagógicos de cada unidade. Para tentar o certificado do Ensino Fundamental, o candidato precisa ter, no mínimo, 15 anos de idade. Já para o Ensino Médio, somente pessoas acima de 18 anos podem prestar a prova.

"Será certificado o participante que atingir o mínimo de 100 pontos em cada uma das áreas de conhecimento e atingir o mínimo de cinco pontos na prova de redação", explica a SAP.

Presos inscritos no Encceja 2019

Unidade prisional Inscritos 2018 Inscritos 2019

Penitenciária Feminina de Campinas 83 143

Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu 119 175

Penitenciária II de Hortolândia 184 200
Penitenciária III de Hortolândia 100 132
Penitenciária de Piracicaba 124 244
CDP de Americana 90 100
CDP de Limeira 125 350
CDP de Piracicaba 18 21
CPP de Campinas 46 178
CPP de Hortolândia 299 240
CR de Limeira (masculino) 70 102
CR de Mogi Mirim (masculino) 46 58
CR de Piracicaba (feminino) 27 26
CR de Sumaré (masculino) 82 80
TOTAL 1.413 2.049
Fonte: SAP

De 14 unidades da região que fazem parte da área de cobertura da EPTV, 11 registraram aumento no número de inscritos em relação ao ano anterior. Apenas o Centro de Progressão Penitenciária (CPP) de Hortolândia (SP), e os Centros de Ressocialização (CR) de Piracicaba (SP) e de Sumaré (SP) tiveram redução no número de interessados no Enceja.

A unidade com mais inscritos é o Centro de Detenção Provisória (CDP) de Limeira (SP), com 350 candidatos.

Ensino superior

Presos que conseguirem a certificação do Ensino Médio ficam aptos a prestar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Com isso, podem tentar vaga no ensino superior. Em todo o estado, 47 presidiários cursam faculdade. Na região de Campinas são apenas três, todos por ensino a distância (EAD).

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

O governo tem uma postura bizarra na Educação

Entrevista Tabata Amaral

Há quem entre na faculdade e abandone os estudos para fazer política. Há quem atropela a própria mãe para conquistar um mandato, com a promessa de, uma vez eleito, comandar uma revolução. Tabata trilhou o caminho oposto. De menina pobre, filha de um cobrador de ônibus e de uma diarista, ela primeiro fez a própria revolução. Das 10 universidades americanas nas quais sonhou estudar, passou em seis. Tudo isso, sem deixar de lado a luta diária por um sistema de ensino capaz de emancipar cidadãos e ajudar a reduzir o abismo da desigualdade social no país. Resultado: na volta de Harvard, disputou um mandato pelo PDT e tornou-se a deputada federal mais jovem eleita por São Paulo.

Hoje, aos 25 anos, ela transita entre a dedicação ao mandato e os percalços enfrentados para exercê-lo. Novata no Congresso, chamou a atenção do país quando deu uma aula de educação ao então ministro da área, Ricardo Vélez. O vídeo viralizou na internet. Independente, vota a favor de propostas que considera boas para o país, sem se deixar intimidar por patrulhas. Foi assim com a reforma da Previdência. Depois de votar a favor e de batalhar por votos para a proposta, acabou ameaçada de expulsão e foi colocada na geladeira pelo partido. Não se intimidou. Não sabe, porém, se continuará no PDT. A bola está com Carlos Lupi, presidente da sigla. A opção dela pela legenda tem a

ver com o projeto de educação integral, historicamente defendido por nomes como Darcy Ribeiro e Leonel Brizola.

No conturbado relacionamento com o PDT, Tabata tira força das frustrações para seguir em frente. Faz o mesmo diante dos constantes ataques machistas que sofre, principalmente, pelas redes sociais. "As pessoas se sentem no direito de me enviar mensagens pornográficas, se sentem no direito de me ameaçar de morte e de comentar como estou vestida. É muito violento", desabafa.

Ela repudia a maneira como a educação, sua bandeira principal, é tratada pelo governo Bolsonaro, e faz críticas ao MEC e, especialmente, ao ministro Abraham Weintraub. "O governo tem uma postura bizarra", diz, em entrevista na redação do Correio. Acompanhada de uma assessora que trabalhou durante a campanha no escritório de São Paulo, a parlamentar fez um balanço dos nove primeiros meses de Congresso e detalha a vida na capital federal.

"Dá para escrever um tratado sobre o que significa ser mulher aqui em Brasília", diz a jovem deputada, que chegou à capital há nove meses, repleta de esperança e sonhos. Nesse período, descobriu que a realidade do mundo da política é bem mais pesada do que a do mundo acadêmico da astrofísica, onde era uma das poucas mulheres.

Por fim, ela admite que a tal "nova política" não é a oitava maravilha do Brasil moderno. Tabata, inclusive, se arrepende de ter endossado esse slogan. Hoje, ela ajustou o foco para o que chama de "boa política" e o ingresso de mais mulheres nessa seara.

Sua bandeira é a educação. O que acha das escolas públicas militarizadas pelo governo? Para mim, as escolas cívico-militares demonstram a forma de se tomar decisões no Brasil atualmente. Não há evidência de resultado, ainda mais quando se analisa a base do financiamento. Essas escolas são muito mais caras (para o Estado) que as regulares, especialmente pelas pessoas envolvidas. É um investimento sem sentido, uma decisão política e ideológica que não demonstra visão de investimento em educação e segurança. Baseia-se em machismo, tratando uma instituição militarizada como algo capaz de melhorar a segurança. É uma demonstração de como o governo (do presidente Jair) Bolsonaro toma decisões. Isso tem reflexo no Ministério da Educação (MEC), que não mudou muito desde a exoneração do (ex-ministro Ricardo) Vélez. O que começou a andar foram as comissões externas em andamento no MEC, um trabalho mais sério por parte dos secretários.

Alguns parlamentares dizem que a senhora é muito combativa. Isso prejudica o diálogo da Comissão de Educação da Câmara com o governo?

A Comissão Externa de Acompanhamento do MEC complementa muito a Comissão de Educação na Câmara. Vamos semanalmente às secretarias do MEC, trazemos requerimentos de informação, nos preocupamos em fiscalizar. Acompanhamos as atividades do ministério e estamos produzindo bastante material, muitas coisas, inclusive, que não saem na mídia. Está sendo uma ótima experiência. Sobre a crítica de eu ser muito combativa, entendo e acho que um aprendizado grande nos últimos meses foi entender, na prática, que a política se faz em grupo. Então, passei nove meses entendendo quais eram meus grupos na Câmara. E, para mim, isso foi uma certeza muito forte. Encontrei meu grupo na bancada feminina, na Frente Parlamentar pela Educação, entre os parlamentares mais jovens (...) A política se faz em grupos e é

importante ter isso muito consciente. Tenho ajudado a construir agendas sociais com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o que não seria possível se ainda não tivesse entendido que a política é algo que se faz em grupo. Mas é difícil pedir que eu não seja combativa no que diz respeito à pasta que acho mais importante — a Educação. Sou uma pessoa razoável, mudo de opinião quando alguém traz argumentos baseados em evidências. Consigo ver o que tem de bom nos ministérios. O da Infraestrutura é um exemplo. Mas é difícil enxergar algo bom no MEC. Educação é a área, que tenho maior conhecimento, entendo as coisas mais chatas relacionadas ao tema, e o governo tem uma postura completamente bizarra nesse assunto. Não dá para pedirem que eu seja um robô.

O problema está na figura do ministro Abraham Weintraub ou na estrutura que o governo criou?

Na figura do ministro. Não tenho nenhuma relação com ele e todo mundo sabe que nosso relacionamento não é dos melhores. Por isso, foi importante conhecer o corpo técnico do MEC. Isso se faz indo ao ministério toda semana, ouvindo projetos, perguntando com respeito. Vocês não vão me ver no plenário dizendo que o Future-se (projeto do MEC para dar autonomia na gestão de universidades e institutos federais) vai privatizar a Educação. Eu li o projeto. Mas há coisas preocupantes, como quando se fala das OSs (Organizações Sociais). E quando eu falo sobre algo que me traz esse sentimento, peço uma resposta. Não estou fazendo palanque, mas essa foi a maneira que encontrei de dialogar — me conectando com esse corpo técnico que faz um trabalho sério. Temos um ministro peculiar, alguém que gasta tempo fazendo vídeos com críticas a setores importantes da população... É um ministro complicado.

O primeiro ano de mandato está no fim, mas ainda há três pela frente. Como pretende conduzi-los?

Levando adiante esse trabalho sério e comprometido. Vou continuar lendo projetos, falando com quem está tocando determinados temas, fazendo propostas e ouvindo explicações. Em uma Câmara polarizada, isso é o que tem de mais inovador. Você não pode chegar apontando o dedo e gritando, mas pode falar com propriedade se entender o que está sendo discutido. Na questão do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), sou a favor dos incentivos. Visitei o Brasil inteiro e é muito evidente ver que prefeitos e secretários não têm se empenhado para investir o dinheiro corretamente. Eles colocam operadores políticos para serem professores, diretores... Isso atrapalha a progressão de carreira dos professores que não votaram na "pessoa correta". Eu sei como funciona na ponta. Então, se for colocar mais dinheiro, e eu acho que precisa colocar, é necessário dar incentivo à assistência técnica. Eu tive essa conversa com o MEC e eles me mandaram um ofício com incentivos negativos. Isso não funciona. O ministério sugeriu o bloqueio de verbas do Fundeb de municípios que não avançassem em Educação. Estudamos, conversamos, falei com o secretário e ele mudou o ofício. Adoraria fazer uma reunião com o ministro também.

Sobre a expectativa em relação ao Congresso, está acontecendo o que a senhora imaginou ou as coisas tem surpreendido? Está satisfeita com o que viu?

Tem coisas boas, com certeza, mas algumas coisas são frustrantes. Uma coisa boa é o que falei dos grupos. Tinha muito medo de ficar sozinha, de não me encaixar e acabar sem espaço na Câmara. Tive medo de a minha atuação se tornar irrelevante. Ficar no famoso "baixo clero" (deputados com menor influência política entre seus pares) e levar quatro anos para aprovar um projeto. Mas é muito surpreendente ver todo o espaço que

conquistei e a forma que atuo hoje. Não esperava ter todo esse espaço, todas as premiações... Estou aqui, fui eleita. Eu, Tataba, da Vila Missionária (Zona Sul de São Paulo), estou aqui. Mas existem as frustrações do dia a dia, como quando votamos o projeto de fiscalização dos partidos, flexibilizando o caixa 2 e acabando com o financiamento de campanha. Naquele dia, vi governo e oposição, juntos, atrás de um projeto que eu não tinha como lutar. Era uma vontade de todos os partidos, mas, na hora, pensei: "estou mudando alguma coisa?", "aqui tem espaço pra gente"? Tenho 25 anos de idade e me vejo onde queria estar, fazendo o que queria fazer, mas só poderei mudar algumas coisas quando mudarem as práticas coletivas. Me arrependo do discurso de nova política que endossei no começo do mandato, então comecei a falar de boa política em vez de nova política. Foi o discurso da nova política que fez com que alguém acreditasse em que Jair Bolsonaro, deputado por três décadas, hoje presidente da República.

Muitos parlamentares devem se licenciar para concorrer às prefeituras em 2020. A senhora vai se candidatar?

Fiz alguns compromissos de campanha que me deram muita liberdade. Sou livre para fazer o que acho correto por causa desses compromissos, como o valor das doações. Estipulei que ninguém doaria mais de 20% do orçamento total da campanha durante as eleições. Entendia que, se alguém doasse tanto, cobraria esse valor depois. A maior doação foi de 9% da verba total. Isso me dá liberdade. Escolhi terminar o mandato de deputada federal, fui eleita para isso e me parece desonesto com os eleitores que eu faça algo diferente. Muita gente acha que sou burra, porque estou bem nas pesquisas e deveria concorrer à prefeitura de São Paulo para fazer nome, mas não faz sentido para mim. Pretendo me candidatar novamente em 2022. Antes disso, vou fazer campanha apenas para pessoas que acredito, pessoas que deveriam estar com mais visibilidade na política. Quero formar um grupo político que pensa diferente.

Mas o PDT não defende a sua candidatura como prefeita?

Essa decisão de não concorrer à prefeitura trouxe alguns conflitos dentro do partido, que não entendeu muito bem meu posicionamento. Mas acho que é uma coisa partidária, cabe a eles estimularem minha candidatura e cabe a mim tomar a decisão. E minha decisão foi a de não me candidatar.

Não é seu primeiro embate com o partido. O relacionamento com a legenda, como vai? Estou suspensa desde o dia da votação da reforma da Previdência (quando a deputada votou contra o direcionamento do partido, contrário à proposta. Tataba votou a favor). Isso é ruim. Perco muito espaço. É o partido que te indica para comissões, para temas que vêm do Executivo... Mas, até agora, não houve julgamento. O PDT abriu um processo administrativo e ainda não decidiu. O PSD (que também suspendeu deputados por desobedecerem ao fechamento de questão) encerrou esse assunto. O PDT, não. E isso é muito agonizante. Não sei mais nem o que dizer. Já enviamos carta pública, vivemos cobrando, pedimos qualquer posicionamento... E não acontece nada.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Livro mostra face de Paulo Freire como gestor na Prefeitura de SP

Obra aborda período em que o educador ocupou a secretaria da Educação na gestão Erundina

São Paulo

“Quem é Paulo Freire no atual contexto educacional brasileiro?” A pergunta foi feita ao próprio em entrevista em 1989. “Venho sendo um educador vivo, presente no contexto educacional brasileiro”, respondeu.

A definição permanece válida. Vinte e dois anos após sua morte, Paulo Freire ainda está no centro do debate educacional. Pensador brasileiro com a obra de ciências sociais mais citada no meio acadêmico (“Pedagogia do Oprimido”), é alvo constante do governo do presidente Jair Bolsonaro.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/livro-mostra-face-de-paulo-freire-como-gestor-na-prefeitura-de-sp.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

O Brasil na contramão

Avanços nos países nórdicos partiram de consensos

O sentimento de justiça depende dos menores índices de desigualdades possíveis. Para isso, é fundamental oferecer educação pública gratuita e de qualidade para todos —e isso vale para educação básica, superior, pesquisa e desenvolvimento científico. Seria uma maneira de dar oportunidades iguais de crescimento para todos, e o conhecimento ofereceria melhores condições de competitividade.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/10/o-brasil-na-contramao.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

O futuro da educação e os futuros professores

O Conselho Nacional de Educação pôs em debate minuta de resolução a respeito das Diretrizes Curriculares Nacionais. Tudo na correria - o prazo se esgota em poucos dias. O filme é antigo. Mas o cenário mudou e a resolução pode ser inócua. Vejamos.
Cena 1: entra a demografia. Nas próximas décadas teremos redução dos nascimentos. Em 40 anos passaremos de 3 milhões para 2 milhões de crianças para cada série escolar. Vamos precisar de menos escolas, menos salas de aula, menos professores.

Cena 2: entram os professores. Nos próximos 12 anos cerca de 60% dos atuais professores poderão aposentar-se. Oportunidade ímpar para mudar o perfil do plantel.

Cena 3: nos últimos 20 anos os sistemas de ensino têm contratado entre 30 mil e 50 mil professores por ano. E temos 1,5 milhão de alunos em cursos de formação de professores, dos quais cerca de 240 mil se formam a cada ano. Oportunidade ímpar para reduzir e calibrar a demanda.

Cena 4: também nos últimos 20 anos, sabemos que os alunos que procuram cursos de formação de professores obtêm, em média, 500 pontos no Enem, que é a nota média do exame. Portanto, metade deles se encontra abaixo dessa média. Para entrar num curso competitivo de qualquer universidade pública é preciso ter 700 pontos, ou mais. Ou seja, os cursos de formação de professores não conseguem atrair alunos com preparo adequado. Não seria difícil recrutar anualmente de 30 mil a 40 mil jovens com esse perfil para o magistério.

O desafio do magistério no Brasil não está no currículo dos cursos de formação, nem mesmo nos salários. O desafio consiste em criar novas e atraentes carreiras para jovens recém-formados ou para profissionais já formados em outras áreas. A oportunidade é imperdível. E tudo indica que vamos perdê-la.

Vejamos o que dizem as evidências e as práticas dos países mais avançados.

Bons professores têm elevado nível intelectual - são pessoas intelectualmente desenvolvidas, curiosas, capazes de continuar aprendendo pela vida afora, como fazem os demais profissionais de alto nível. Bons professores dominam o conteúdo do que ensinam ou vão ensinar. Isso é muito mais eficaz do que obter títulos de mestrado ou doutorado sem conexão com o conteúdo do ensino. Bons professores aprenderam a lecionar em escolas onde o ensino é bom - e eles são supervisionados por professores experientes e treinados na arte de dar feedback e de desenvolver pessoas. Em geral, parte desse treino inclui uma reflexão conceitual sobre a prática, frequentemente realizada em intercâmbios com instituições de formação. Só depois disso são efetivados, mas o rodízio é grande, pois não é fácil ser - e continuar a ser - um bom professor.

As práticas dos países avançados também teriam algo a nos ensinar: não há modelo único. Diferentes países usam diferentes formas de preparar seus professores. Na maioria deles, as pessoas primeiro se formam em algum curso superior e só depois recebem treinamento específico caso decidam entrar para o magistério.

Disso podemos derivar um roteiro com chance de dar certo. O ponto de partida seria criar novas carreiras e atrair para elas pessoas com o perfil adequado. O segundo passo seria experimentar com diferentes formas de treinamento supervisionado em serviço - a experimentação é fundamental, porque não dispomos nem de experiência nem de um grande contingente de professores experientes e habilitados para essa função. Mas sabemos o que precisa ser feito. A oportunidade é ímpar: a demanda será modesta nos próximos anos. Se houver vontade de aprender e avançar aos poucos, em vez de querer regular tudo a priori, o tempo está a nosso favor.

O que seria o essencial para implementar essas ideias? Primeiro, elevar a barreira de entrada: os futuros professores deveriam ser recrutados entre os melhores de sua geração - entre alunos com desempenho mínimo próximo a 700 pontos no Enem. Sem isso nunca teremos professores de qualidade, qualquer que seja o processo de formação. Segundo, estabelecer como exigência fundamental que os futuros professores conheçam a fundo os conteúdos do que vão ensinar. Terceiro, exigir estágios probatórios em escolas que funcionam bem, sob supervisão adequada. Nada disso precisa de "resolução" formal. Nada disso deveria ser função de um Conselho Nacional de Educação. Depende apenas de regras e incentivos. Há somente um entrave, que consiste nas regras que permitiriam aos atuais docentes migrar para essas novas carreiras. Seria preciso alterar a legislação federal para exigir dos atuais docentes a mesma qualificação.

Mas, ao que tudo indica, teremos mais do mesmo. A minuta de resolução do Conselho Nacional de Educação segue a tradição: começa citando mais de dez leis e decretos, além de uma infinidade de resoluções. Seguem-se 13 "considerandos", e nenhum deles aborda a calamidade em que nos encontramos nem a trágica experiência que caracteriza o setor. E há as incontáveis minúcias de como deve ser feito algo que não temos boa tradição em fazer: recrutar, formar e manter bons professores. O texto define o que é

docência, diz para que serve a formação, define educação, trata de princípios da formação, detalha como as instituições formadoras devem trabalhar, exige que estas articulem pesquisa, ensino e extensão, e por aí vai, num infindável rosário de exigências formais e desnecessárias.

O conselho vai receber sugestões, promover as ruidosas e inócuas audiências públicas e baixar mais uma resolução. O MEC lavar as mãos, dizendo que foi "Resolução do Conselho". E tudo continuará como dantes no quartel de Abrantes. A não ser que o governo decida agir para melhorar a educação no País.

Transformar a docência numa carreira atraente não precisa de mais uma "Resolução" desse tipo. Precisa apenas de resolução com r minúsculo, além de compromisso e vontade de transformar a educação.

É preciso criar novas carreiras e atrair pessoas com o perfil adequado à docência

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Mercado ganha novas graduações em tecnologia

FGV e ESPM criam cursos, como ciência de dados, para ajudar a cobrir necessidades atuais de empresas

O setor de TI é um dos que mais crescem no Brasil. Apesar disso, o mercado enfrenta escassez de profissionais capacitados. Para preencher esse gap, instituições como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) lançaram graduações, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Alavancado pela abertura de startups e da chamada revolução digital em empresas tradicionais, o mercado prevê a abertura de 420 mil vagas na área de tecnologia no País de 2019 a 2024, uma média de 70 mil por ano, segundo dados da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom). Apesar disso, diz o presidente executivo da associação, Sérgio Paulo Gallindo, as universidades formam apenas 45 mil profissionais em áreas ligadas a TI por ano.

Instituições tradicionais, como USP, Unicamp, PUC e Mackenzie, sempre contaram com graduações na área de tecnologia, como ciências da computação, engenharia da computação, análise e desenvolvimento de sistemas, além de sistemas de informação. Porém, segundo especialistas do mercado, muitos desses cursos não foram atualizados o curso de análise e desenvolvimento de sistemas da Unicamp, por exemplo, é de 1989. “Desse total de formandos no País, a metade está em cursos defasados em relação ao que o mercado exige hoje”, pontua Gallindo.

No Porto Digital, relevante parque tecnológico urbano do Brasil, fundado há 20 anos em Recife (PE) e que hoje tem 328 empresas e faturamento de R\$ 1,9 bilhão por ano, essa falta de mão de obra é driblada pela qualificação de profissionais de outras áreas. “O mercado de tecnologia no Brasil é pequeno e pouquíssimas pessoas se formam por ano. Então, contratamos muitas pessoas que não são da área de tecnologia e fazemos a conversão. Temos mais de 100 engenheiros aprendendo a programar”, diz Pierre Lucena, presidente do Porto Digital.

Na IBM Brasil, esse problema também é percebido e solucionado da mesma forma. “Os cursos de especialização, pós-graduação e mestrado são a saída hoje para quem quer

entrar nesse mercado”, afirma o cientista de dados sênior da IBM Brasil, Claudio Pinheiro.

Segundo ele, sua equipe é formada por graduados de “todos os nichos”. “A caminhada do cientista de dados é diferenciada, pois é uma carreira que até um tempo atrás não existia. Aqui temos pessoas desde a área de computação e estatística até das áreas biológicas.”

Novas graduações. Com inscrições para o vestibular abertas até o dia 8, a Escola de Matemática Aplicada da Fundação Getúlio Vargas (FGV EMap) inicia, em janeiro de 2020, no Rio de Janeiro, a primeira turma na graduação em ciência de dados. Segundo o coordenador do curso, Yuri Saporito, ele nasceu “organicamente”.

“Temos na EMap o curso de matemática aplicada e começamos a perceber que vários dos alunos formados estavam indo trabalhar na área de ciências de dados. Então, vimos essa oportunidade para criar um profissional mais completo em uma graduação”, afirma Saporito.

Baseado em três pilares (estatística e matemática, computação e análise de dados), o curso quer atender a uma procura mais abrangente do mercado. “Me perguntam se não é melhor fazer um curso de ciências da computação ou até de matemática aplicada. Mas o mercado vai procurar o profissional

completo. A graduação de cientista de dados unifica as competências de um matemático e de um programador pensando nas aplicações do mercado.”

Com aulas que variam de Introdução à computação, Inferência estatística e Otimização para ciência de dados, o aluno poderá trabalhar desde startups a indústrias tradicionais que queiram modernizar seus processos, estima Saporito.

Na ESPM, em São Paulo, a graduação tech foi lançada em 2014 a partir de uma reestruturação do curso sistemas da informação, com primeira turma formada no fim de 2017.

Com pilares em desenvolvimento

de games, desenvolvimento web e mobile, big data e inovação tecnológica, a taxa de inserção dos alunos no mercado de trabalho é de 95%, conta Flávio Azevedo, coordenador do curso. “Da startup à empresa tradicional, todos precisam de um profissional de TI.”

Formada na segunda turma de tech, Isabela Assumpção trabalha atualmente na equipe de gooddata da Totvs como desenvolvedora de software. Segundo ela, o mercado de TI busca profissionais que entendem de tecnologia e negócios. “Não adianta mais ser só programador ou só entender de negócios. Tem que saber os dois.”

Em relação às oportunidades de trabalho, Isabela admite que ela e colegas da turma da ESPM não tiveram dificuldade em conseguir emprego, tamanha a procura por esses profissionais. “As empresas nos procuravam dentro da ESPM. Praticamente escolhemos onde trabalhar. Até onde eu sei, depois de formados todos estão em empresas

renomadas ou com seu próprio negócio.”

* ESTAGIÁRIO SOB A SUPERVISÃO DO EDITOR DE ECONOMIA,
ALEXANDRE CALAIS

A CAMINHADA DO CIENTISTA DE DADOS É DIFERENCIADA, POIS É UMA CARREIRA QUE ATÉ UM TEMPO ATRÁS NÃO EXISTIA. AQUI TEMOS PESSOAS DESDE A ÁREA DE COMPUTAÇÃO E ESTATÍSTICA ATÉ DAS ÁREAS BIOLÓGICAS Claudio Pinheiro CIENTISTA DE DADOS SÊNIOR DA IBM BRASIL

topo ↕

O GLOBO - RJ - EDITORIAL

Professores universitários sob a CLT

Também pelos efeitos na melhoria do padrão do ensino, proposta do MEC não deve ser descartada

O ministro Abraham Weintraub não é propriamente uma pessoa cuidadosa com o que diz. Ao assumir o Ministério da Educação (MEC), depois da turbulenta e curta gestão de Ricardo Vélez, Weintraub subiu o tom de declarações sob medida para provocar o “politicamente correto”, dentro do que os bolsonaristas chamam de “guerra cultural”. Por inevitável, cometeu erros crassos. Anunciou “cortes” orçamentários que na verdade eram “contingenciamentos”, por exemplo, e com isso colocou estudantes, professores e funcionários de universidades de volta às ruas, de onde haviam se retirado há algum tempo. Ele continuas em moderada linguagem. Resulta que propostas que o MEC tem feito terminam contaminadas pelo estilo Weintraub. Prejudica, dessa forma, debates que podem ser travados sobre projetos concretos. É o que acontece como programa Future-se, para as universidades públicas, em que se buscam novas fontes de financiamento para as instituições. Não é saudável para o ensino superior público depender apenas da disponibilidade financeira da União e de estados. Numa crise fiscal como esta, que persiste por cinco anos, a situação delas ganha dramaticidade. No Future-se, Weintraub defende que Organizações Sociais (OS) entrem na administração da universidade pública. Este modelo de gestão permite uma flexibilidade que instituições subordinadas diretamente ao Estado não têm. Neste sentido é que há a proposta de professores serem contratados pelo regime da CLT, sem que os estatutários deixem de existir.

Tem lógica a iniciativa, até porque o oposto de uma repartição pública é uma universidade. Ou deveria ser. Em artigo no GLOBO, o pesquisador do Instituto de Estudos de Política Econômica e ex-presidente do IBGE Simon Schwartzman, que se dedica a temas educacionais, lamentou que a polarização em que vive o país faça com que, neste debate, não haja meio-termo: quem defende que professores e funcionários sejam estatutários, com estabilidade de emprego e reajustes independentes do mérito, considera que o outro lado deseja que as universidades se tornem empresas comerciais, cobrando matrículas e vendendo serviços. E não é isso. Simon destaca que nos países em que há universidades de qualidade “as contratações não são feitas por concursos formais e burocráticos.”

Tudo é mais flexível, e o contrato de trabalho com o professor ou funcionário técnico pode ter diversos prazos, inclusive prever a estabilidade. Sempre mediante avaliações periódicas, rejeitadas com veemência por corporações que controlam os campi brasileiros. O que temem? Não há dúvida de que o ofício da magistratura, da pesquisa, requer condições de trabalho diferentes. Mas para isso não é necessário o engessamento

do estatuto do funcionário público. Este é dos assuntos-chave que devem ser tratados sobre o futuro do ensino superior brasileiro. Abraham Weintraub poderia colaborar, baixando o volume de seus discursos ideológicos.

topo ↕

CARTA CAPITAL - SP - SEU PAÍS

A negação da ciência

CORTES A asfixia financeira imposta pelo governo ameaça pesquisas de ponta e sabota o desenvolvimento do País

Em maio, o Laboratório de Virologia da UFRJ detectou uma nova ameaça à saúde pública no Rio de Janeiro.

Provocada por um vírus homônimo, “primo” da Chikungunya, a febre de Mayaro é endêmica na Região Norte e começava a fazer as primeiras vítimas entre a população fluminense. Dois meses depois, um furto colocou em risco a descoberta. Em um país no qual até mesmo os túmulos são violados por um punhado de cobre, os ladrões arrancaram os cabos de um gerador que alimentava a unidade. Resultado: dois freezers de alto custo queimaram, comprometendo parte das amostras de células e vírus mantidas a uma temperatura inferior a 80 graus Celsius.

“O estoque de Mayaro estava em um dos equipamentos danificados. Felizmente, não foi perdido. Vamos ficar até novembro ou dezembro testando as outras amostras para retomar os experimentos que dependem desse material, um retrabalho enorme”, explica Amílcar Tanuri, coordenador do laboratório. Esse é o segundo furto de cabos ocorrido na unidade desde o início do ano. Em março, um curto provocado pela ação dos criminosos queimou vários aparelhos. Dezenas de milhares de reais foram gastos para repará-los, e o laboratório investiu em câmeras de segurança. Não foi o suficiente para intimidar os ladrões, restou claro após o episódio de julho. “Pedimos a construção de uma cerca atrás do prédio, mas a reitoria não sabe de onde tirar o dinheiro para a benfeitoria. Nosso maior temor é que os serviços de limpeza e vigilância sejam interrompidos por falta de pagamento, como ocorreu em outras ocasiões.”

Mesmo com o recente desbloqueio de 44 milhões de reais, a UFRJ passa por uma situação financeira desesperadora. O valor liberado pelo Ministério da Educação na segunda-feira 30 será usado para quitar as faturas de junho e julho. O valor disponível para investimentos neste ano representa um terço do gasto em 2013 com empresas que prestam serviços de alimentação, limpeza e manutenção externa, bem como para pagar a conta de energia elétrica referente a fevereiro. A vigilância dos campi só foi mantida porque a universidade liquidou, na semana anterior, as parcelas relativas ao mês de junho. Funcionários terceirizados estavam sem receber os salários há 26 dias. Para honrar os compromissos com a empresa de segurança, foi preciso suplicar ao governo federal por 15 dias a liberação emergencial de 4 milhões.

O orçamento da UFRJ encolhe ano após ano. Em 2016, era de 461 milhões de reais. Neste ano, dispõe de apenas 375 milhões, e 64 milhões continuam bloqueados pelo MEC. “Aqui no laboratório ainda não fomos afetados diretamente pela suspensão das bolsas de pesquisa, embora exista a previsão de novos cortes em 2020. Mas estamos com a espada na cabeça em relação à estrutura da universidade”, lamenta Tanuri, que só conseguiu consertar um dos dois freezers queimados em julho. Os prejuízos, insiste o epidemiologista, vão muito além do impacto financeiro. “Um pesquisador analisava cérebros de camundongos infectados pelo zika, para investigar os potenciais danos do vírus no homem. Perdeu quatro meses de trabalho, as amostras es- tragaram. É

desanimador.”

A penúria é perceptível mesmo nos setores vistos como estratégicos pelo governo. Desde o período eleitoral, Jair Bolsonaro não esconde o encantamento com o grafeno, “outra riqueza desconhecida do Brasil”. Constituído de carbono puro, ultrafino e mais resistente que o aço, o material é um potente condutor de eletricidade e calor. Coordenador do Centro de Tecnologia em Nanomateriais e Grafeno, conhecido pela sigla CTNano e vinculado à UFMG, o físico Marcos Pimenta afirma que as pesquisas com o composto também estão ameaçadas. “Por vários anos fomos muito bem financiados, mas os investimentos caem desde 2014. Neste ano, não recebemos nada do CNPq, nem 1 real. O número de bolsas despencou. Chegamos a ter 60 pesquisadores bolsistas, financiados por diferentes agências de fomento, e hoje temos apenas 5”, queixa-se.

“Não bastasse, há um risco de essas bolsas não serem renovadas no próximo ano.” No instituto de Pimenta há uma série de pesquisas envolvendo aplicações do grafeno. Uma delas é desenvolvida em parceria com a Petrobras, para desenvolver ferramentas úteis na exploração do pré-sal. Na área de energia estuda-se o uso do material na fabricação de baterias capazes de armazenar uma quantidade maior de carga. Os nanotubos de grafeno também podem ser utilizados em processos genéticos e na fabricação de vacinas. “Bem no momento em que estamos próximos de apresentar aplicações práticas para a sociedade, todo esse conhecimento acumulado está ameaçado pela falta de recursos”, lastima.

“Os equipamentos estão ficando obsoletos, falta dinheiro para comprar insumos. Faço pesquisa há 30 anos e nunca passei por uma dificuldade tão grande. No passado, houve períodos de parques investimentos, mas o número de pesquisadores era muito menor. A situação é gravíssima.” Os números revelam a dimensão do estrago. Para 2019, o orçamento aprovado pelo Congresso previa 5,1 bilhões de reais em investimentos do Ministério da Ciência e Tecnologia. Com o contingenciamento de 42% imposto pela área econômica do governo em abril, restaram pouco menos de 3 bilhões de reais. “Depois, alguns recursos foram desbloqueados, mas a previsão é encerrar o ano com um dispêndio de 3,3 bilhões. É um valor muito baixo, representa um terço do que foi aplicado em 2013”, compara Ildeu Moreira, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

De acordo com uma nota técnica divulgada pelo Ipea no fim de agosto, o orçamento global do ministério é inferior ao de 2005, em valores corrigidos. De autoria de Fernanda De Negri e Priscila Koeler, técnicas do Ipea, o estudo mostra que o investimento do CNPq, que financia bolsas a mais de 80 mil pesquisadores, despencou pela metade em apenas cinco anos. O valor efetivamente gasto pela agência de fomento passou de 2,6 bilhões de reais em 2013 para 1,3 bilhão no ano passado. Os recursos previstos para 2019 esgotaram-se muito antes do previsto.

Na sexta-feira 27, foram desbloqueados 82 milhões de reais para o pagamento de bolsistas em outubro. Ainda assim, o órgão acumula déficit de 248 milhões, e não oferece garantia de remuneração aos estudantes e pesquisadores nos últimos meses do ano. No caso do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, principal fonte de recursos disponível para o suporte a projetos de pesquisa, o orçamento de 4 bilhões de reais previsto para 2019 é uma peça de ficção. Cerca de 86%

do valor está contingenciado e, até julho, apenas 300 milhões de reais foram executados.

No plano de investimentos, estima-se que seriam necessários 1,1 bilhão de reais para custear todos os projetos aprovados em anos anteriores. Há, no entanto, pouco mais de 850 milhões de reais disponíveis, fora da chamada reserva de contingência. “Isso significa que o fundo não será capaz de custear nem mesmo os investimentos já contratados”, enfatiza a nota técnica do Ipea. “O impacto é devastador, estamos diante de um crime de lesa-pátria. Demoramos 70, 80 anos para construir um sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, e tudo isso corre o risco de se perder em pouco tempo”, indigna-se o neurocientista Sidarta Ribeiro, vice-diretor do Instituto do Cérebro, ligado à UFRN, e integrante da SBPC. “Na verdade, começou a fuga de cérebros. O governo está humilhando os pesquisadores com essa história de pagar ou não as bolsas.

Então acerta um mês, mas não garante o próximo. É inaceitável. Parece haver um claro objetivo político: desmontar o Brasil naquilo que ele tem de mais estratégico. Até porque nenhum país do mundo se desenvolveu sem investir em ciência e tecnologia.”

Para Ribeiro, não faz sentido usar o argumento da austeridade fiscal para sacrificar o setor. “Em situações adversas, de crise, países como China e Coreia do Sul optaram por ampliar os investimentos em ciência e tecnologia. Deu certo, eles se desenvolveram muito. Aliás, foi isso o que Bolsonaro prometeu em campanha. Ele fazia um discurso nacionalista, dizia que este era um setor estratégico, que iria investir 3% do PIB. Agora, entrega nossos melhores pesquisadores para o exterior e tenta privatizar as universidades federais, vender as estatais a preço de banana. É um conjunto de medidas que acena para o desmonte do País”, analisa.

“Hoje vejo muitos celebrando: ‘Ah, o agro é pop, o agro é vida’. Mas quem fez a produtividade do agronegócio aumentar? Foram os cientistas da Embrapa, foi o Centro de Recursos Biológicos Johanna Döbereiner, lá em Seropédica, estudando a fixação de nitrogênio por bactérias. Devemos abrir mão disso para quê? Para garantir o pagamento dos juros da dívida pública? Isso não fará o Brasil crescer em nada, em nada. É um projeto contra o País.” O neurocientista afirma que um dos objetivos do Instituto do Cérebro, inaugurado em Natal em 2011, era justamente contribuir para a repatriação de cientistas brasileiros espalhados pelo mundo. Ele próprio passou uma temporada de dez anos nos EUA, onde se doutorou pela Rockefeller University (Nova York) e deu sequência às suas pesquisas pela Duke University (Carolina do Norte). Hoje, a instituição é dirigida pela neurocientista alemã Kerstin Schmidt.

“Fico imaginando o que passa na cabeça dela quando a gente faz rateio para comprar papel higiênico, café, açúcar. Estamos com vários equipamentos quebrados, sem verba para consertar. Temos alunos sem bolsa. Estou pagando do meu bolso para que eles possam concluir o mestrado ou doutorado”, diz Ribeiro. “Por falta de equipamentos ou reagentes, tivemos de deixar de fazer experimentos ou mudar a estratégia experimental em ao menos três projetos, que estudam o funcionamento do hipocampo, como o cérebro guarda e consolida a memória, a influência do sono nesse processo.”

O engenheiro Richard Stephan sabe bem o que é sacrificar as finanças pessoais em prol da ciência. Em 2014, ele apresentou à comunidade científica o protótipo do MagLev - Cobra, trem de levitação magnética desenvolvido pela Coppe/UFRJ. À época, não

faltou apoio. O projeto futurista recebeu contribuições do BNDES, da Faperj, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência, e também de grandes empresas, como OAS, Weg, White Martins e Akzo Nobel. “De 2014 para cá, o cenário mudou. Estamos seguindo aos trancos e barrancos”, conta. “Tive um pedido negado pelo BNDES, os recursos da Faperj foram congelados, até por conta da gravíssima crise política e fiscal do Rio de Janeiro. No início do ano passado, não tinha dinheiro nem para pagar a minha equipe, composta de um engenheiro, um técnico e uma secretária-executiva. O gasto mensal era de 20 mil reais, e banqueei o salário deles por cinco meses. Somente depois a diretoria da Coppe e a Faperj conseguiram encontrar uma forma de garantir o pagamento pelo restante do ano.”

Stephan sabe o potencial de seu projeto. Compacto, leve e não poluente, o MagLev-Cobra flutua silenciosamente sobre os “trilhos” e transportou 18 mil passageiros na linha experimental construída na Cidade Universitária, ligando os Centros de Tecnologia 1 e 2, um percurso de 200 metros. Por ora, os brasileiros lideram a corrida pelo desenvolvimento da inovadora tecnologia de levitação magnética por supercondutividade. “Somos os únicos no mundo a ter um protótipo desses funcionando fora do laboratório, transportando até 30 passageiros por viagem”, orgulha-se o criador. Com um custo de implantação equivalente a um terço do valor gasto em um projeto de metrô convencional o trem tem potencial para atingir 100 quilômetros por hora e ser uma alternativa de transporte em grandes centros urbanos. Não por acaso, a Southwest Jiaotong University, sediada em Chengdu, berço da engenharia ferroviária na China, manifestou interesse no projeto e firmou uma parceria acadêmica com a Coppe em 2017.

O futuro do MagLev-Cobra está, porém, ameaçado por falta de investimento. O projeto foi aprovado em um edital de financiamento à pesquisa da Agência Nacional de Energia Elétrica, mas problemas burocráticos e de natureza jurídica atrasam o início dos repasses, diz Stephan. “Tenho verba até o fim de 2019. Para o ano que vem, dependo desse edital”, explica. “Se o apoio não chegar a tempo, o projeto para. Não tenho mais condições de investir. Se colocar mais dinheiro do meu bolso, vou destruir meu casamento. Minha esposa ficou muito chateada. Agi calado, ela só descobriu depois.” Seria esse o tipo de parceria público-privada desejada pelo governo?

[topo](#)

A TRIBUNA DE SANTOS - SP - EDITORIAL

Regras privadas

Diante do excessivo controle estatal, que muitas vezes exagera em exigências burocráticas, têm crescido propostas de autor regulamentação em diversos setores econômicos no Brasil. O assunto é polêmico, e coloca em lados opostos aqueles que defendem a maior liberdade de empreender, sem intromissão do Estado, e outros que veem essa presença como essencial para assegurar que não haja prejuízos sociais e não venha a prevalecer, de modo exclusivo, o interesse privado voltado ao lucro sobre os interesses públicos. O anúncio que o Ministério da Educação (MEC) estuda alternativas para flexibilizar a regulamentação das instituições privadas de ensino superior se insere neste debate.

A ideia é permitir que o próprio setor defina regras relativas à qualidade dos cursos que são oferecidos e a regulação geral do sistema. No caso de processos de credenciamento de novas instituições, seriam exigidos apenas documentos pelo MEC sem a avaliação da qualidade dos cursos. O ministro Abraham Weintraub tem oferecido, em várias

declarações públicas, a possibilidade de universidades particulares formalizarem rapidamente uma iniciativa de autor regulamentação, e o assunto vem mobilizando o setor, que já constituiu grupos de estudo para apresentar propostas ao MEC. Um dos pontos que é discutido é a criação de agências independentes de "acreditação", entidades autônomas já utilizadas em países da Europa e nos Estados Unidos, que são responsáveis por questões envolvendo a qualidade de ensino sem, contudo, assumir funções de regulação, que continuam na esfera do Estado. O tema merece amplo debate. Trata-se de mudança profunda, que altera o modelo vigente, principalmente se ela abranger não apenas indicadores de qualidade como também normas de regulamentação do ensino superior brasileiro. De fato, há problemas burocráticos e de lentidão nos processos que tramitam no MEC, e o credenciamento de instituições leva muitas vezes vários anos.

Abrir mão desse controle é, porém, duvidoso. Há hoje, no Brasil, acentuado movimento de concentração de universidades em mãos de grupos econômicos, cujo objetivo é fundamentalmente proporcionar lucros a seus acionistas. O País está longe do padrão mínimo de qualidade no ensino em todos os níveis, incluindo o superior. E merece ser considerada, como contraponto, a ação realizada pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do MEC, de controle dos cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) no País. Com critérios rígidos e acompanhamento sistemático, que implica em avaliações quadrienais, com notas que classificam os vários programas e podem até descredenciá-los, provocando seu fechamento, tem sido garantido padrão de excelência na área, demonstrando que a ação estatal pode ser eficiente.

topo ↕

GAZETA DE LIMEIRA – SP - BRASIL

Recursos desbloqueados vão para universidades e Capes

O Ministério da Educação (MEC) destinará 58% dos recursos desbloqueados para recompor o orçamento das universidades e institutos federais.

Também informou que R\$ 270 milhões serão voltados para o pagamento de bolsas de estudo vigentes concedidas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**

(**Capes**). Os recursos, segundo o MEC, cobrirão despesas de custeio como gastos com água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço. O anúncio do desbloqueio do orçamento foi feito no último dia 20 pelo Ministério da Economia. Ao todo, o governo desbloqueou R\$ 8,3 bilhões do orçamento deste ano. Entre os ministérios, o que teve maior liberação foi o da Educação, com R\$ 1,9 bilhão. Com a liberação, seguem bloqueados no MEC R\$ 38 bilhões.

O bloqueio de recursos e pagamentos de bolsas deu origem a protestos estudantis. Na última semana, a Unicamp chamou uma assembleia extraordinária para o próximo dia 15. O Conselho Universitário (Consu) aprovou a convocação com foco de conscientizar a sociedade contra ataques sofridos pelas universidades e institutos de pesquisa, caracterizados principalmente pelos cortes de bolsas e ameaças à autonomia universitária.

O restante dos recursos, diz o MEC, será destinado à educação básica, concessão de bolsas de pós-graduação e realização de exames educacionais, de acordo com o MEC,

Para o Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD), serão destinados R\$ 290 milhões, o que, segundo o ministério, garante a continuidade do programa em 2020.

CNPQ As bolsas vinculadas ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para estudantes, professores e pesquisadores serão pagas em outubro. A informação foi dada na segunda-feira, pelo ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes. (Com informações da Agência Brasil)

topo ↕

GAZETA DE PIRACICABA - BRASIL

Plástico de mandioca

Pesquisadores da Esalq e da Poli da Usp desenvolvem plástico de amido

Desenvolver um produto resistente, transparente, economicamente viável e biodegradável, capaz de desaparecer em uma semana se for jogado na natureza. Esses foram desafios da pesquisa que resultou na elaboração de um plástico feito a partir do amido da mandioca, com uso de uma nova tecnologia que utiliza o ozônio, gás que gera como resíduo, após o uso, o oxigênio. Todo o estudo com base no conceito Tecnologia Verde foi realizado por pesquisadores da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP) e da Escola Politécnica (Poli/ USP). "Unimos a nossa experiência de cinco anos de estudos de diferentes técnicas de modificar o amido - que pode ser da mandioca, arroz, milho e batata - e suas possíveis aplicações, no laboratório do Grupo de Estudos de em Engenharia de Processos (Ge2P) da Esalq, com a expertise de 15 anos de pesquisas realizadas no Laboratório de Engenharia de Alimentos (LEA), coordenado pela professora Carmen Cecília Tadini, da Poli, na produção de plásticos de diferentes fontes", explicou o professor coordenador do Ge2P, Pedro Esteves Duarte Augusto.

Por quase dois anos, os pesquisadores trabalharam na produção do novo plástico, que ao final do processo se mostrou mais resistente que outros plásticos biodegradáveis, cerca de 30%, e transparente. "O desafio de elaborar um produto diferente é importante porque nas embalagens o consumidor precisa ver o produto. Esse plástico biodegradável não serve para embalar alimentos úmidos, mas todos alimentos secos e produtos, como arroz, feijão, a película que vai em uma embalagem com papelão e sacolas, esse material pode ser utilizado. Também não conseguimos que ele possa ser aplicado em usos que exigem resistência, como para-choque de carro, teclado de computador e outros produtos feitos de plástico duro", afirmou. O plástico está presente em praticamente todos os momentos do dia a dia. Está nas embalagens, nos veículos, equipamentos eletrônicos, utensílios domésticos. É difícil lembrar, em um dia inteiro, um momento sem ficar em contato com esse produto, que por ser descartado erroneamente também é responsável pela poluição ambiental. O plástico geralmente é feito a partir do petróleo - pode demorar centenas de anos para se decompor na natureza. Por esse motivo, a busca por fontes alternativas tem ocorrido em todo o mundo e o amido se mostrou eficaz.

O Ge2P já desenvolveu, em suas pesquisas, trabalhos utilizando tecnologias como ultrassom e irradiação com amidos, mas com a modificação com ozônio, os resultados foram no sentido de que o produto obtido permite diversas aplicações. A descoberta não vai resolver o problema do planeta com relação à poluição do plástico, mas é um passo importante para reduzir os impactos. "Já solicitamos o registro da patente e basta alguma empresa se interessar em produzir e levar o produto para o mercado. Nosso papel, enquanto pesquisadores é apresentar algo que é possível ser preparado e os

estudos vão continuar, por pelo menos mais dois anos", relatou o professor. De acordo com o coordenador, a maior parte da pesquisa foi liderada pela pesquisadora boliviana, engenheira química de alimentos Carla Ivonne La Fuente Arias, que desenvolve o pós-doutorado no Ge2P, em parceria com o LEA e com bolsa da Fapesp. "O estudo para o pós-doutorado e a aproximação com o grupo coordenado pelo professor Pedro teve início quando ele fez parte da minha banca de qualificação no doutorado. Essa nova pesquisa trata-se de uma tecnologia verde, amigável com o ambiente. Esse é o foco, modificá-lo com o ozônio de maneira a melhorar suas propriedades na forma nativa. Produzimos assim esse plástico biodegradável e, mesmo ainda na etapa inicial, já obtivemos um produto de boa qualidade", disse. A pesquisadora informou que a próxima etapa da pesquisa será realizada na Poli e será sobre a viabilidade da produção em escala semi-industrial. Na Esalq são realizadas as etapas de ozonização, secagem e caracterização das amostras de amido. Na Poli, Carla prepara e caracteriza o plástico biodegradável.

A aplicação do ozônio deu transparência ao plástico de amido

Nova tecnologia

Para o professor, o mérito desse estudo foi a sua inovação tecnológica ao usar o ozônio. "O amido foi modificado quimicamente por uma reação pela aplicação do ozônio. Essa interação produziu moléculas diferentes que resultaram em um plástico mais resistente e transparente. E o ozônio é um gás considerado amigável para o meio ambiente", comentou Augusto.

De acordo com o professor Pedro, com um quilo de mandioca é possível produzir 300 gramas de plástico biodegradável. A mandioca foi o alimento escolhido porque produz grande quantidade de amido. "Poderíamos usar o milho, que também tem grandes quantidades de amido, a batata e o arroz. Mas, selecionamos a mandioca porque é um produto típico do Brasil e queríamos demonstrar que é possível utilizar outras fontes, que não o milho ou a batata, por exemplo", comentou o professor. O estudo ainda não avaliou as possíveis destinações dos resíduos da mandioca que sobram da produção do plástico biodegradável. "Sobram as fibras da mandioca no processo e elas podem ter usos para outras finalidades. As pesquisas são importantes por isso, porque sempre surge pergunta que precisa de estudos para ser respondida", observou. Ao todo, seis integrantes do Ge2P da Esalq, que conta com cerca de 20 membros da graduação até o pós-doutorado participaram da pesquisa. O trabalho teve ainda a participação das pesquisadoras Andressa de Souza, Bianca Maniglia e Nanci Castanha e foi financiado pela Fapesp, com bolsas da fundação, da **Capes** e do CNPq. (Com informações de Caio Albuquerque/Esalq)

Os resultados do estudo foram apresentados no artigo científico Ozonation of cassava starch to produce biodegradable films, publicado na revista International Journal of biological Macromolecules.

topo ↕

GAZETA DO PARANÁ - COLUNAS

MEC libera 679 bolsas

O Ministério da Educação (MEC) anunciou, ontem (3), a liberação de 679 bolsas de pós-graduação, cuja renovação havia sido congelada por falta de recursos. Segundo o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

Superior (Capes), Anderson Ribeiro Correia, as bolsas serão disponibilizadas às instituições de ensino superior nos próximos dias. Ao todo, serão liberadas 271 bolsas de mestrado, com valor de R\$ 1,5 mil mensais; 304 bolsas de doutorado, de R\$ 2,2 mil mensais; e 104 de pós-doutorado, de R\$ 4,1 mil por mês.

topo ↕

O POVO - CE - BRASIL

O futuro incerto do Fundeb e a preocupação que avança nos municípios | História | Criado em 2007, após estourado prazo do Fundef, a validade do Fundeb se esgota em 31/12/2020. 90% das cidades cearenses têm relação de dependência com o fundo educacional

As discussões relativas à continuidade do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) são acompanhadas de perto por estados e municípios. Em tese, este esquema de fomento à educação deixará de existir depois do dia 31/12/2020. É também por este período que novos prefeitos estarão sendo eleitos, outros tantos reeleitos, mas todos já com olhares para as contas do ano seguinte.

No Ceará, das 184 cidades, 174 têm relação de dependência com o Fundo. É o que relata o consultor econômico da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), André Carvalho. Da contagem cearense, ficam de fora os grandes centros, como Fortaleza, Caucaia, Sobral e Maracanaú. "Em média, os municípios do Ceará, de cada R\$ 100 que eles têm para prover educação, R\$ 86 são do Fundeb", alerta Carvalho, situando o Ceará como o nono mais dependente dos repasses dentre os estados brasileiros

Um dinheiro que poderia ser aplicado em reformas, construções de novas estruturas, hoje, é voltado 110% em média para a folha de pagamento, que inclui professores e servidores das escolas públicas. A época áurea de facilidades no manejo do Fundeb, informa Carvalho, remonta os anos de 2010, 2011, 2012. Nos anos seguintes, ele diz, com ápice em 2017, o Fundeb registrou declínio até se mostrar insuficiente.

Como evidência de que o Fundeb precisa passar por renovação, o consultor lembra de Pacujá, cidade próxima a Sobral, que já gastou 140% só com a folha de pagamento de servidores educacionais. Foi em 2017. Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade tem apenas 6.533 habitantes.

O problema também pode residir na baixa densidade demográfica. André Carvalho menciona Independência, próximo a Várzea Alegre e Crateús. Ali, são 7,95 habitantes por quilômetro quadrado: uma área de 3,2 mil quilômetros quadrados para 26,1 mil habitantes. "Alta dificuldade de formar turmas. Portanto, é um município que tem a média aluno por professor baixíssima, comprometendo bastante a folha de pagamento."

E por que compromete a folha de pagamento? Primeiramente, estados que não atingem o valor mínimo por aluno recebem o auxílio da União. Para 2019, por exemplo, foram estipulados R\$ 3.238,52 como o valor do aluno que está nos anos iniciais do ensino fundamental urbano. O dinheiro é distribuído conforme necessidade de cada estado e município. Se um município não consegue sequer formar turmas, isso reflete no pagamento dos professores.

Outros impasses esbarram nas regras do próprio Fundeb. É obrigatório que no mínimo

60% sejam destinados a professores. Nilson Diniz (PDT), prefeito do Cedro e presidente da Aprece, revela que em alguns casos isso faz professores receberem 13°, 14°, 15° salários para atingir os 60%, ainda que fossem desnecessários. "E o gasto com estruturas?", questiona Diniz.

Na avaliação do membro do Conselho de Educação do Ceará, Marcelo Farias, o Fundeb demarcou evolução na educação local. "Antes não era nem salário, era coisa insignificante." Apesar da importância atribuída, ele diz que o assunto ainda não entrou na pauta das discussões do Conselho, o que deverá ocorrer num futuro breve. "Até porque o Conselho não pode desconhecer o financiamento da educação. Certamente, deverá estar aí debatendo isso para subsidiar a Secretaria (de Educação)."

Embora André Carvalho coloque Maracanaú fora da lista das cidades dependentes dos repasses, Farias, que também é secretário de Educação, destaca que os repasses do Fundo são importantes ao município. "Embora insuficiente para arcar." E diz: "a lei determina que no mínimo 60% sejam gastos com pagamento de professores, mas mais de 90% vão para esse pagamento dos profissionais do magistério. Quanto mais for (a complementação federal), melhor", afirma.

Em Brasília, três propostas tramitam visando a continuidade do Fundeb. Em termos de apoio, a relatada pela deputada federal e professora Dorinha Seabra (DEM-TO) está à frente das PECs 33 e 65, de 2019, essas no Senado Federal. Um dos pilares da proposta é o aumento progressivo da complementação da União, hoje fixada em 10%, para 40%. A progressividade se daria ano a ano com um aumento para 15% em 2021 e, depois, subindo 2,5% a cada ano. Até atingir, em 2031, os 40% estipulados. O texto substitutivo também torna o Fundeb permanente, sem prazo de validade.

Proposta de Dorinha tem mais chance de aprovação, diz vice-presidente de Comissão Especial

O deputado federal cearense Idilvan Alencar (PDT) é vice-presidente da Comissão Especial que discute a PEC 15/2015, situada na Câmara dos Deputados, de onde sairá um parecer acerca da proposta. Hoje, ele aponta, o texto da deputada demista corre com mais força em Brasília, por já abarcar itens das propostas que tramitam no Senado Federal.

Além da elevação do repasse federal, o texto estipula que 70% dos recursos do Fundeb serão destinados ao pagamento de professores da educação básica em exercício, o que

representa um aumento de 10% em relação aos atuais 60%. O substitutivo também versa sobre os royalties da exploração de petróleo e gás natural. A ideia de Dorinha é que 75% destes recursos sejam aplicados na educação pública, responsabilidade que recairia sobre a União, estados e municípios.

O calendário de discussões nos parlamentos federais também é relevante. Como o Fundeb é baseado num conjunto de impostos estaduais e municipais, o texto antevê as eventuais mudanças e defende que, apesar delas, os recursos não poderão ser reduzidos.

O calendário de discussões torna ainda mais relevante na proposta o fato de o Fundeb ter relação com a estrutura de impostos de estados e municípios. É que uma reforma tributária está em fase de discussão, tanto na Câmara como no Senado, e o texto

apresentado anteviu eventuais mudanças no sistema, estipulando que, independente de qualquer mudança sugerida, recursos para a educação não poderão ser reduzidos.

"Já se tem um consenso em torno da proposta da Dorinha. Entre a Câmara e o Senado, sim. A questão é o Ministério da Educação, que não entende a importância disso. A ideia é que vá uma proposta única", resume o pedetista.

Na verdade, no total, há cinco propostas de reforma tributária sendo discutidas atualmente em Brasília, sendo muito possível que os resultados de um novo sistema tributário resvalem no fundo. Pensando nisso, a relatora demista propõe que as futuras mudanças passem ao largo do programa. O POVO tentou contato com a parlamentar durante toda a semana por meio do gabinete. Na última quinta-feira, a equipe da política informou que ela não poderia conceder entrevista nem enviar áudio em função da agenda apertada.

Sem se aprofundar sobre as propostas postas, o vice-líder do PSL na Câmara dos Deputados, Heitor Freire, ressaltou a necessidade de se agir com cautela, afirmando ter certeza de que os poderes Legislativo e Executivo encontrarão "a melhor forma". "O País passa por uma série de mudanças sempre tendo em vista colocá-lo de volta no caminho do desenvolvimento, e com a educação não é diferente", disse.

Especialistas divergem sobre formato ideal

A professora da Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Tássia Cruz avalia que os 15% de aumento na complementação inicialmente propostos pelo Planalto deixarão o País ainda mais aquém de civilizações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como França, Alemanha ou Dinamarca.

Ela concorda com o percentual de 40% defendido por Dorinha: "ou seja, aumentos na complementação da União até chegar a 40% em um sistema híbrido, como proposto, beneficiariam principalmente as redes municipais mais pobres de estados como o Ceará, sem prejuízo da rede estadual."

O sistema híbrido é a junção do sistema atual, pautado no valor mínimo por aluno, e o novo formato do Valor Aluno Ano Total (VAAT). Existem municípios localizados em estados que recebem complementação, mas a cidade não precisaria. Também o contrário: municípios situados em estados que não recebem, mas precisariam. O VAAT, então, se propõe a corrigir esta imperfeição.

"Independente de como essa mudança (da complementação ir diretamente para os municípios, que está sendo proposta em diferentes versões para o novo Fundeb) aconteça, ela é muito importante", salienta a pesquisadora, que também é membro da entidade Dados para um Debate Democrático da Educação (D³E).

Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), Sonia Maria Barbosa Dias destaca que o aumento da participação federal em 15% representaria, sim, um ganho - já que corresponde a 50% do que é repassado hoje, 10%. No ano passado, para lembrar, o valor federal foi de R\$ 13 bilhões. "O Fundeb tem sido, para muitos municípios, fonte de bastante recursos. Se tiver mais, os municípios poderão fazer mais obras, seja na estrutura, na condição de trabalho", também considera Maria. (CH)

ENTENDA O FUNDEB COMO SURTIU O FUNDEB?

O Fundeb passou a vigorar em 2007, depois de terminado o tempo de duração do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), este de 1998 a 2006.

COMO FUNCIONA?

São 27 fundos que formam o Fundeb (26 estados e 1 Distrito Federal). Fundeb é constituído a partir de uma cesta de impostos:

- Fundo de Participação dos Estados (FPE),
- Fundo de Participação dos Municípios (FPM)
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)
- Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPIexp)
- Desoneração das Exportações (LC nº 87/96)
- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD)
- Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)
- Cota parte de 50% do Imposto Territorial Rural (ITR) devida aos municípios.

CONTRIBUIÇÃO FEDERAL

A participação da União vem com 10% da arrecadação oriunda dos impostos (acima citados) de todos os estados do País. Essa porcentagem é um dos pontos de discussão, já que a ideia da relatora Dorinha é de elevar gradativamente a contribuição, até atingir 40%. O Governo Federal, por sua vez, quer 15%, também num aumento progressivo, de ano a ano. Hoje, o repasse consiste em R\$ 13 bilhões anuais.

QUE ESTADOS RECEBEM REPASSES FEDERAIS?

Amazônia, Alagoas, Ceará, Bahia, Pará, Pernambuco, Paraíba, Piauí e Maranhão. A distribuição é feita a partir de No mínimo 60% dos valores do Fundeb devem ser direcionados ao salário de professores da rede pública. Este dinheiro pode ainda ser utilizado no pagamento de diretores, orientadores pedagógicos, funcionários, formação continuada dos professores, transporte escolar, compra de equipamentos, material didático, construção e manutenção de escolas.

NOVA FORMA DE DISTRIBUIÇÃO:

A proposta de Dorinha (DEM-TO) é por nova forma de distribuição. Isso por existirem municípios ricos em estados pobres e municípios pobres em estados ricos. A demista

tem a proposta mais avançada, já que engloba, em partes, outras duas propostas: PEC 65/2019 e PEC 33/2019, do Senado Federal.

O QUE É PARA ACONTECER:

No mínimo 60% dos valores do Fundeb devem ser direcionados ao salário de professores da rede pública. Este dinheiro pode ainda ser utilizado no pagamento de diretores, orientadores pedagógicos, funcionários, formação continuada dos professores, transporte escolar, compra de equipamentos, material didático, construção e manutenção de escolas.

O QUE NÃO É PARA ACONTECER:

Usar dinheiro que serviria para uma reforma numa escola ser utilizado no pagamento de um professor que está trabalhando no gabinete do prefeito, por exemplo.

topo ↕

ENGEPLUS - TEMPO REAL

IFSC oferece especialização gratuita para professores de Ciências do ensino fundamental

Inscrições estão abertas e vão até o dia 21

O Câmpus Criciúma do Instituto Federal de Santa Catarina (Ifsc) vai oferecer a partir do primeiro semestre de 2020 um curso de especialização a distância sobre Ensino de Ciências, voltado para professores que atuam nos anos finais do ensino fundamental da rede pública. São 200 vagas distribuídas entre os polos de Criciúma, Indaial, Itapema, Laguna e São José. As inscrições estão abertas e vão até o dia 21.

As vagas são oferecidas pelo programa Ciência é 10, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão vinculado ao Ministério da Educação, em parceria com universidades e institutos federais. As atividades presenciais ocorrem nos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Fim do anúncio

O curso Ensino de Ciências – Anos Finais do Ensino Fundamental “Ciência é Dez!” tem como objetivo formar profissionais, em nível de especialização, assegurando o direito à aprendizagem e a realização do projeto político-pedagógico da escola, a partir de um ambiente escolar que favoreça ao desenvolvimento do conhecimento, da ética e da cidadania. O público-alvo são professores graduados que estejam atuando no sistema público de ensino e ministrando aulas de Ciências no ensino fundamental dos anos finais.

O curso tem início previsto para o primeiro semestre de 2020, com carga horária de 480 horas e duração de três semestres. Os encontros presenciais ocorrem semanalmente quartas à noite, no polo UAB.

Como se inscrever

As inscrições devem ser feitas exclusivamente pela internet, no site www.ifsc.edu.br. No momento da inscrição, o candidato deve selecionar o polo de apoio presencial em que pretende estudar.

Caso o número de candidatos inscritos seja superior ao número de vagas ofertadas, a seleção e classificação dos candidatos será realizada por meio de sorteio público, que será realizado no dia 6 de novembro, às 11 horas, na reitoria do Ifsc.

topo ↕

TODO DIA - SP - TEMPO REAL

Questão ideológica trava a pesquisa

Embates políticos paralisam repasses e impedem avanço de projetos de ciência e tecnologia, alerta professor

O contingenciamento de verbas para as pesquisas universitárias – estratégia do governo federal que sofre críticas severas da comunidade científica – é reflexo de um momento político preocupante. Existe uma questão ideológica nesta crise do ensino. Como no regime militar, as universidades passaram a ser taxadas como “centros de subversão”.

O alerta é do pesquisador André Furtado, do Departamento de Política Científica do Instituto de Geociências da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). As acusações levianas insinuam que os investimentos públicos em pesquisa são inúteis, e que favorecem grupos improdutivos.

Na visão de Furtado, a tendência ideológica ameaça colocar por terra uma história sólida, que começou com a fundação, ainda no começo dos anos 50, do CNPq, principal instituição de fomento à pesquisa em nível federal. “Este processo começou a se inverter há cinco anos, com a perda de importância do órgão e cortes sucessivos de recursos”, afirma. “Acredito que há uma clara política de reduzir o apoio à ciência e à tecnologia. O setor vem se desestruturando” André Furtado lembra que o CNPq foi o primeiro órgão de apoio e planejamento em pesquisa constituído no Brasil, com a missão inicialmente voltada para a energia nuclear, considerada prioritária no período do pós-guerra.

Posteriormente, diz, o CNPq assumiu a função de apoio à pesquisa civil, passando a elaborar os planos básicos de desenvolvimento científico e tecnológico e ocupando um papel central. Com a redemocratização do país, ao CNPq foi atribuída a missão de fomentar a pesquisa fundamentalmente científica e acadêmica. O processo decisório sobre a alocação de recursos passou a ser da própria comunidade científica, através dos comitês científicos, ainda que pesassem as prioridades políticas e áreas consideradas estratégicas.

REGRESSÃO

A partir de 2005, diz, o CNPq apresentou um crescimento expressivo. Houve aumento de bolsas para as pesquisas acadêmicas e até para o desenvolvimento de projetos em empresas. Mas o segmento regride desde meados da década atual. Ainda que o governo federal tenha afrouxado o contingenciamento radical, e anunciado o retorno pontual dos investimentos, os cortes já feitos afetaram, e vão continuar afetando a produção científica nacional.

Só na Unicamp, uma das campeãs nacionais do registro de patentes, 1.113 alunos de pós-graduação podem ter seus projetos prejudicados se não houver aporte orçamentário. Não existe, ainda, nenhuma estimativa sobre quais pesquisas poderão contar com recursos. E todos os pesquisadores estão muito apreensivos. Furtado considera

preocupantes, por exemplo, os rumores de fusão com a **Capes** (outro importante centro de apoio à pesquisa nacional).

O que pode parecer racionalização, na verdade pode abalar e destruir o segmento. “Se acabarem com uma das instituições, avalia, provavelmente o orçamento sumirá junto”. O professor considera, sim, que o governo federal deve investir na modernização, na otimização. Mas é importante que a ciência receba investimentos a longo prazo, com participação ativa da comunidade científica e, principalmente, não sofra com a influência nefasta dos discursos ideológicos.

Assembleia protesta contra os cortes

O Conselho Universitário (Consu) da Unicamp, órgão máximo de deliberação da universidade, convoca para uma assembleia universitária no dia 15 de outubro, das 12 às 14 horas, no Ciclo Básico do campus de Campinas. O objetivo é votar uma moção e conscientizar a sociedade contra a série de ataques sofridos pelas universidades e institutos de pesquisa, caracterizados principalmente pelos cortes de bolsas e ameaças à autonomia universitária.

É a primeira vez em 53 anos de história que a Unicamp convoca uma assembleia universitária extraordinária. A última vez que a comunidade promoveu um ato dessas proporções foi em 1981, para protestar contra a intervenção do governador Paulo Maluf no campus, ainda durante o regime militar.

Pressionados, os interventores acabaram renunciando aos cargos. “Dessa vez a ideia é mostrar a força e a união de toda a comunidade acadêmica em torno de uma causa comum”, disse o reitor Marcelo Knobel. “Precisamos reunir todas as entidades representativas da universidade para nos posicionarmos contra os ataques que estamos sofrendo e chamar a sociedade em defesa da ciência, da educação e da autonomia universitária no país”.

Desde o primeiro semestre, as principais agências federais de fomento e apoio à pós-graduação sofreram drástica redução nos recursos destinados ao financiamento de bolsas e demais auxílios à pesquisa, essenciais para a sustentabilidade do sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

NÚMEROS

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) registrou este ano um déficit de R\$ 330 milhões, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, de R\$ 800 milhões, e a Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep) está paralisada pela falta de recursos para honrar compromissos.

topo ↕

MIX VALE - TEMPO REAL

MEC divulga que o exame do ENEM passará a ser digital daqui a alguns anos, confira

Estudante com isenção negada no Enem ainda pode entrar com recurso

MEC divulga que o exame do ENEM passará a ser digital daqui a alguns anos, confira. O Ministério da Educação (MEC) anunciou, nesta quarta-feira, a decisão de aplicar as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) totalmente por meio digital até

2026. O modelo piloto vai ser iniciado em 2020 de forma opcional para 50 mil alunos de 15 capitais brasileiras. A prova deste ano segue sem mudanças e já está impressa. O Dia

A proposta de digitalização do exame é uma implementação progressiva. Em 2021, estão programadas duas aplicações digitais. A partir de 2022, quatro aplicações devem acontecer em datas diferentes e serão agendadas pelos estudantes ao longo do ano.

A expectativa é que a versão digital abra outras possibilidades como a de realização do exame em várias datas ao longo do ano, por agendamento.

Em 2020, portanto, o Enem terá três aplicações: a digital, a regular e a reaplicação. Este último caso é voltado para candidatos prejudicados por algum problema logístico ou de infraestrutura durante a realização da prova digital. Eles terão direito à reaplicação, que ocorrerá em papel. As provas já têm data marcada e vão acontecer nos dias 11 e 18 de outubro.

“Até 2026, a prova vai ser muito parecida com o que é hoje, mas toda ela vai ser feita no computador, como foram as transformações lá fora. Até 2026, todo mundo vai fazer a prova pelo computador, e vai poder fazer isso em várias datas ao longo do ano”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Segundo ele, o estudante que ficar de fora de um exame poderá fazer a outra aplicação. Não haverá distinção de valor entre a versão digital e em papel, de acordo com a pasta. A mudança também vai proporcionar o uso de questões que utilizem a lógica de games, vídeos e infográficos na prova, de acordo com o governo. Além de ser possível aplicar o Enem em mais municípios. Enem 2020 já tem data. De acordo com o MEC, o exame será aplicado em dois domingos, nos dias 11 e 18 de outubro no formato digital. O Enem regular, em papel, será aplicado, aos demais estudantes nos dias 1º e 8 de novembro.

Como se trata de projeto-piloto, os estudantes que tiverem algum problema com a prova digital terão direito a refazer o exame na reaplicação, que atualmente é destinada a estudantes que foram prejudicados por questões como falta de energia elétrica, chuvas e outras intercorrências.

O exame será aplicado na versão digital no ano que vem em Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Goiânia (GO), João Pessoa (PB), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP).

Edição do Enem 2019

Em 2019, mais de 10,2 milhões de provas serão impressas para o Enem.

Os custos da aplicação superam R\$ 500 milhões para os mais de 5 milhões de participantes confirmados na edição.

<https://odia.ig.com.br/brasil/2019/07/5659646-mec-anuncia-que-enem-passara-a-ser-digital-primeiro-teste-sera-em-2020.html>

topo 

ND ONLINE - NOTÍCIAS

MEC estuda punir aluno que tirar nota baixa no Enade Proposta foi apresentada pelo ministro da Educação, que destacou resultados abaixo do percentual de acerto com respostas aleatórias

O Ministério da Educação quer criar mecanismos para que seja possível punir o aluno que tem um desempenho muito abaixo da média no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). A proposta foi apresentada ontem pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub. “O aluno faz a prova como se não houvesse amanhã”, disse, ao comentar os resultados do Enade para os cursos de bacharelado das áreas de Ciências Sociais, Ciências Humanas e para os tecnólogos de Gestão e Negócios, Produção Cultural e Design.

Ele atribuiu parte do baixo desempenho à falta de incentivo para a realização das provas. A participação no exame é obrigatória, sob pena de atraso na colação de grau. O desempenho, contudo, não traz vantagens ou desvantagens para o estudante. Diante desse cenário, avalia, parte dos alunos acaba entregando a prova em branco. Ele destacou resultados abaixo do percentual de acerto com respostas aleatórias. “Eu gostaria que essa pessoa não pudesse se formar”, disse.

A ideia é também criar mecanismos positivos. E esse seria o primeiro passo da estratégia. O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Alexandre Lopes, afirmou que a ideia é incluir, no próximo edital, uma regra que permita a divulgação da faixa de nota do estudante que participou do exame. Isso seria feito, por exemplo, para aqueles que tivessem um nível de acerto entre 60% e 80% e na outra linha, para aqueles que tivessem um acerto acima de 80%. Tal mecanismo, na avaliação de Weintraub, poderia ser usado como incentivo, sobretudo no momento em que o estudante for procurar uma colocação no mercado de trabalho.

“Nada será feito a fórceps”, disse o ministro. A ideia é que mudanças nas regras de avaliação sejam discutidas com especialistas. Parte delas, de acordo com Lopes, poderá ter aplicação imediata. Outra necessitará de portaria ou de mudança na lei. Lopes afirmou que a ideia é apresentar até o fim do ano um conjunto de sugestões.

Públicas

Os resultados do Enade mostram um desempenho superior em cursos dados em instituições públicas. Ao mostrar os dados, porém, o ministro destacou a pequena diferença nos resultados entre cursos presenciais e a distância.

O levantamento preparado pelo Inep mostra que 12,2% dos cursos a distância tiveram classificação 4 e 5, maior do que o resultado médio. Nos cursos presenciais, a fatia que ficou com essa classificação é de 20,8%. Na outra ponta, 28,4% dos cursos a distância tiveram conceito mais baixo que a média (1 e 2), ante 18,1% dos cursos presenciais.

A comparação, contudo, tem universos bem distintos. Foram considerados no Enade 376 cursos com ensino a distância e 7.642 presenciais. O presidente do Inep atribuiu a diferença ao fato de que alguns cursos, como Direito, não apresentarem a modalidade a distância.

Defesa

Apesar da grande diferença do universo analisado, Weintraub avalia que o desempenho das duas formas de ensino é semelhante para os cursos que fizeram parte deste Enade. Para ele é uma realidade da qual não há como escapar. “É uma modalidade mais eficiente do ponto de vista econômico.”

Ressalvas

Especialistas e representantes do setor do ensino superior lembraram que o Enade foi criado para avaliar a qualidade dos cursos e não o conhecimento dos alunos. “Há alguns anos questionamos se o formato e conteúdos cobrados são os mais adequados”, disse Maria Helena Guimarães, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e ex-secretária executiva do Ministério da Educação.

Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, disse que o Enade tem matriz curricular genérica, já que avalia cursos do País todo. Por isso, vem sendo apontado como insuficiente. Um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, na sigla em português), divulgado em dezembro, avaliou que o Enade tem objetivos “irreais”, falha na tarefa de atestar a qualidade das graduações e pode inibir inovações.

Sólon Caldas, diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes), lembrou que o setor defende há anos que essa nota seja incluída no histórico escolar. “Seria uma motivação”, disse. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

O SUL - RS - TEMPO REAL

No Enade, só 3% dos cursos superiores privados têm nota máxima; universidades federais têm 29%

O Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) é uma avaliação aplicada pelo Inep aos alunos do último ano das faculdades para medir a qualidade dos cursos de graduação, seja da rede pública ou privada.

Os resultados do Enade 2018, divulgados na sexta-feira (04), seguem a tendência dos últimos anos, mas não deixam de ser desanimadores. Renderam, inclusive, comentários negativos do MEC (Ministério da Educação) durante a coletiva convocada nesta sexta. Segundo ele, os alunos que obtiveram baixo desempenho na prova “não deveriam se formar”.

Os baixos resultados se concentram principalmente nas faculdades particulares. Entre os cursos da rede privada, apenas 3,3% obteve a nota máxima (5) e a maioria ficou na média 3 – um desempenho mediano. Entre as universidades públicas, o percentual de cursos com nota 5 é significativamente maior: 20,3%. Se considerados todos os cursos que participaram do exame esse ano, incluindo a rede pública e privada, menos de 6% atingiram a nota máxima.

Segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub, o melhor desempenho das universidades públicas se deve ao perfil dos estudantes, já que a maioria passou por vestibulares mais concorridos. Além disso, ele levantou uma possível “sabotagem” dos estudantes, que intencionalmente buscam notas baixas no exame. De fato, já ocorreram mobilizações do tipo em outros anos, quase sempre com a intenção de protestar contra cursos de má qualidade ou contra cortes nas universidades, mas é mais comum que

ocorram nas universidades públicas.

Desempenho do Ensino a Distância

Os resultados do Enade também foram positivos para os cursos da EaD (modalidade a distância). Embora o número de cursos seja bem menor (563 contra 7.957 presenciais), a distribuição percentual foi bem parecida na escala de 1 a 5 pontos. Os cursos a distância, inclusive, saíram um pouco na frente dos presenciais no conceito máximo: foram 6% contra 5,8% presenciais com nota 5 no exame.

Juristas

Pouco mais de um mês após o fim do prazo para o envio de contribuições ao programa Future-se, o Ministério da Educação criou um grupo formado por cinco juristas da Advocacia-Geral da União para analisar as propostas encaminhadas. A portaria foi publicada no Diário Oficial da União.

O Future-se foi lançado em 17 de julho e é a aposta do MEC para aumentar a verba privada no orçamento das federais em meio ao cenário de contingenciamento. Na proposta original, há a previsão de que as instituições poderão fazer parcerias público-privadas, cessão dos prédios e lotes; criar fundos patrimoniais com doações de empresas ou ex-alunos; ceder os direitos de nomes de campi e edifício; e até usar a Lei Rouanet para projetos culturais. A adesão é voluntária.

Um dos pontos que levantou críticas de algumas universidades foi a inclusão das organizações sociais para celebrar contratos de gestão. Para as instituições, isso poderia ferir a autonomia.

Para começar a valer, o MEC precisa criar um projeto de lei com essas propostas, e enviar ao Congresso Nacional para aprovação. A ideia é que o grupo de juristas ajude na elaboração deste documento.

A consulta pública ao Future-se foi encerrada em 29 de agosto, após sofrer prorrogação. De acordo com o MEC, ao longo de mais de 40 dias, 59.204 pessoas se cadastraram na plataforma e 20.462 responderam pelo menos uma pergunta do formulário.

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Ministro lamenta falta de empenho e punição

Dos 8.821 cursos avaliados no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) em 2018, apenas 492 tiraram nota máxima. Os números foram apresentados ontem pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ao comentar os resultados, o ministro Abraham Weintraub afirmou que o aluno que faz a prova “de qualquer maneira” impede que o governo tenha um termômetro adequado sobre a qualidade do ensino superior.

Para tentar mudar essa realidade, Weintraub destacou que o governo federal estuda ações para punir os estudantes que apresentem baixo desempenho no Enade. Para o ministro, o aluno que acerta apenas 10% das questões não deveria nem estar apto para receber o diploma.

“Não temos como punir pessoas que acertam menos de 20% da prova. A vontade seria

essa. A pessoa que faz a prova e acerta 10% das questões não deveria se formar e receber o diploma”, defendeu, apesar de reconhecer que o universitário não tem coisa alguma que o estimule a prestar um bom exame.

“O aluno pode chegar lá e fazer a prova como se não houvesse amanhã. Ele não tem nenhum incentivo individual para fazê-la de forma correta. Com isso, não temos como mensurar adequadamente se aquela instituição teve um bom desempenho de fato”, lamentou o ministro.

O desempenho dos estudantes que fizeram o exame é o que define como os cursos são classificados, em um conceito de 1 a 5, sendo 5 a nota máxima. Em 2018, 462 mil alunos fizeram a prova, sendo 85% estudantes de instituições privadas.

“Me preocupo com os dados. Para ter um bom planejamento e uma boa gestão, precisamos dos instrumentos para ler o que está acontecendo”, explicou.

O Enade é obrigatório, e quem não se submete a ele fica impedido de receber o diploma, porque a legislação classifica a prova como um componente curricular obrigatório. Ainda assim, conforme salientou o ministro, não há nenhuma punição severa para quem não faz a prova.

“Atrasa uns sete meses a colação (de grau). Dá mais trabalho não fazer o exame do que fazer. É ruim para a sociedade, porque não temos um bom termômetro do ensino superior”, insistiu.

Segundo o presidente do Inep, Alexandre Lopes, o estudante que faltar ao Enade precisa passar por um processo de regularização semelhante ao de um eleitor que deixa de votar. Para normalizar a situação, o aluno deve justificar a ausência ante a instituição em que estuda ou junto ao Inep. E, caso a explicação não seja aceita, tem que esperar a análise do Instituto para o caso.

Divulgação de melhores

Uma possível mudança, no sentido de estimular o universitário a levar a sério o Enade, é a divulgação dos nomes dos melhores alunos por faixa de desempenho, uma vez que é proibido divulgar a nota exata de cada participante.

“Queremos divulgar os alunos que tiveram os melhores resultados como forma de incentivo. Para que possam colocar isso no currículo e buscar uma vaga de emprego”, ressaltou o presidente do Inep. A mudança pode ser estudada para inclusão no edital de 2020.

O baixo desempenho das universidades pode ser visto na classificação dos cursos que mais tiveram estudantes inscritos no Enade. É o caso de Administração e Direito que, juntos, representam 48,5% do número total de inscritos. Ao todo, os cursos levaram 227 mil alunos a fazerem a prova.

A maioria foi classificada com notas 3 e 2. No caso de Administração, 51% dos cursos tiveram conceito 3, e 22,2% tiveram nota 2. A avaliação dos cursos de Direito segue na

mesma direção: 43,4% tiraram nota 3, e 33,8% ficaram com 2. Do total analisado, 3.830 cursos foram classificados como conceito 3.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Brasileiro destina fatia para dívida se tem menos dinheiro para investir
Pesquisa mostra que cresceram os gastos com educação, saúde e higiene e cuidados pessoais

Rio de Janeiro e São Paulo

O brasileiro tem dedicado uma fatia maior do orçamento para pagar dívidas e está com menos dinheiro para investir. A conclusão é da POF (Pesquisa de Orçamento Familiar) 2017-2018, divulgada nesta sexta (4) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A pesquisa mostra ainda que, entre as despesas correntes das famílias, cresceram os gastos com educação, saúde e higiene e cuidados pessoais.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/brasileiro-destina-fatia-para-divida-se-tem-menos-dinheiro-para-investir.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Só 3% dos cursos superiores particulares têm nota máxima em avaliação; federais têm 29%

Governo estuda mudar legislação para punir estudantes que não tenham bom desempenho, diz ministro

Brasília

Somente 3% dos cursos de ensino superior de instituições particulares avaliados no último Enade tiveram conceito máximo. Esse índice é de 29% entre cursos de universidades federais.

O Enade é uma avaliação federal realizada pelos concluintes de ensino superior. Os resultados da última edição, aplicada em 2018, foram divulgadas pelo MEC (Ministério da Educação) nesta sexta-feira (4).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/so-3-dos-cursos-superiores-particulares-tem-nota-maxima-em-avaliacao-federais-tem-29.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Projeto desenvolve capacidade de liderança em diretores e coordenadores de escola

Ação foi desenvolvida em colégios de SP; aprendi a delegar e monitorar, afirma diretora

São Paulo

Aula, recreio, prova. Quando se pensa na rotina de um colégio, logo vêm à cabeça alunos e professores. Há outras pessoas, porém, que fazem um trabalho para o qual pouco se olha, mas é essencial para a educação: os profissionais da equipe de gestão.

No ano passado, um projeto implantado em seis escolas estaduais de São Paulo quebrou esse padrão.

O Programa de Desenvolvimento de Diretores e Coordenadores Educacionais mirou os profissionais em postos de liderança nas unidades. Além de diretor e vice, também eram público-alvo os coordenadores das escolas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/projeto-desenvolve-capacidade-de-lideranca-em-diretores-e-coordenadores-de-escola.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Tribunal de Justiça libera Doria para gastar verba de educação com aposentado Desembargadores extinguiram ação seguindo entendimento do presidente da corte em SP

São Paulo

O Tribunal de Justiça de São Paulo extinguiu uma ação que questionava a prática do governo paulista, comandado por João Doria (PSDB), de empregar recursos destinados à educação para pagamento de servidores aposentados.

Os desembargadores do Órgão Especial do TJ-SP também revogaram, na última quarta (2), uma liminar que impedia que o governo desviasse os recursos da educação para a Previdência.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/tribunal-de-justica-libera-doria-para-gastar-verba-de-educacao-com-aposentado.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - FÓRUM DE LEITORES

Enade: MEC quer punir aluno com nota baixa

Quem faz a prova e acerta 10% das questões não deveria se formar, diz ministro Abraham Weintraub

“Não há avaliação mais eficiente e de baixo custo como uma prova escrita capaz de medir o aproveitamento dos alunos.”

CÍNTIA XAVIER

“Para isso, deveria ter uma excelente base de ensino já iniciando na pré-escola. Fácil cobrar quando não é ofertado suporte.”

LUAH DE CARVALHO

“Mas o objetivo dessa prova é avaliar as instituições e não o aluno. Estou errada?”

MARIA HONORINA BOSSOIS

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC estuda punição por nota baixa no Enade

Hoje, exame criado para avaliar cursos não traz vantagens nem desvantagens para quem faz; presidente do Inep adianta que ideia é incluir, no próximo edital, uma regra que permita a divulgação da faixa de nota do estudante que participou

BRASÍLIA

O Ministério da Educação (MEC) estuda formas de punir alunos com desempenho muito abaixo da média no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), prova criada para avaliar cursos de ensino superior. Ideia é incluir, já no próximo edital, uma regra que permita a divulgação da faixa de nota. Isso poderia ser um diferencial na procura de um emprego e um estímulo aos concorrentes.

O Ministério da Educação quer criar mecanismos para que seja possível punir o aluno que tem um desempenho muito abaixo da média no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). A proposta foi apresentada ontem pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub. “O aluno faz a prova como se não houvesse amanhã”, disse, ao comentar os resultados do Enade para os cursos de bacharelado das áreas de Ciências Sociais, Ciências Humanas e para os tecnólogos de Gestão e Negócios, Produção Cultural e Design.

Ele atribuiu parte do baixo desempenho à falta de incentivo para a realização das provas. A participação no exame é obrigatória, sob pena de atraso na colação de grau. O desempenho, contudo, não traz vantagens ou desvantagens para o estudante. Diante desse cenário, avalia, parte dos alunos acaba entregando a prova em branco. Ele destacou resultados abaixo do percentual de acerto com respostas aleatórias. “Eu gostaria que essa pessoa não pudesse se formar”, disse.

A ideia é também criar mecanismos positivos. E esse seria o primeiro passo da estratégia. O

presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Alexandre Lopes, afirmou que a ideia é incluir, no próximo edital, uma regra que permita a divulgação da faixa de nota do estudante que participou do exame. Isso seria feito, por exemplo, para aqueles que tivessem um nível de acerto entre 60% e 80% e na outra linha, para aqueles que tivessem um acerto acima de 80%. Tal mecanismo, na avaliação de Weintraub, poderia ser usado como incentivo, sobretudo no momento em que o estudante for procurar uma colocação no mercado de trabalho.

“Nada será feito a fórceps”, disse o ministro. A ideia é que mudanças nas regras de avaliação sejam discutidas com especialistas. Parte delas, de acordo com Lopes, poderá ter aplicação imediata. Outra necessitará de portaria ou de mudança na lei. Lopes afirmou que a ideia é apresentar até o fim do ano um conjunto de sugestões. Públicas. Os resultados do Enade mostram um desempenho superior em cursos dados em instituições públicas. Ao mostrar os dados, porém, o ministro destacou a pequena diferença nos resultados entre cursos presenciais e a distância.

O levantamento preparado pelo Inep mostra que 12,2% dos cursos a distância tiveram classificação 4 e 5, maior do que o resultado médio. Nos cursos presenciais, a fatia que ficou com essa classificação é de 20,8%. Na outra ponta, 28,4% dos cursos a distância tiveram conceito mais baixo que a média (1 e 2), ante 18,1% dos cursos presenciais.

A comparação, contudo, tem universos bem distintos. Foram considerados no Enade

376 cursos com ensino a distância e 7.642 presenciais. O presidente do Inep atribuiu a diferença ao fato de que alguns cursos, como Direito, não apresentarem a modalidade a distância.

Defesa. Apesar da grande diferença do universo analisado, Weintraub avalia que o desempenho das duas formas de ensino é semelhante para os cursos que fizeram parte deste Enade. Para ele é uma realidade da qual não há como escapar. “É uma modalidade mais eficiente do ponto de vista econômico.”

Adesão

O governador João Doria (PSDB) confirmou ontem a adesão de São Paulo ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, proposto pela gestão Jair Bolsonaro.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Exame é visto com ressalvas até para avaliar cursos

Especialistas e representantes do setor do ensino superior ouvidos pelo Estado lembraram que o Enade foi criado para avaliar a qualidade dos cursos e não o conhecimento dos alunos. “Há alguns anos questionamos se o formato e conteúdos cobrados são os mais adequados”, disse Maria Helena Guimarães, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e ex-secretária executiva do Ministério da Educação.

Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, disse que o Enade tem matriz curricular genérica, já que avalia cursos do País todo. Por isso, vem sendo apontado como insuficiente. Um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, na sigla em português), divulgado em dezembro, avaliou que o Enade tem objetivos “irreais”, falha na tarefa de atestar a qualidade das graduações e pode inibir inovações.

Sólton Caldas, diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes), lembrou que o setor defende há anos que essa nota seja incluída no histórico escolar. "Seria uma motivação", disse.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

ANÁLISE: Renata Cafardo

Weintraub prepara projeto para autorregulação de faculdades, que tiraria qualquer valor do Enade.

Diferentemente do Enem, o Enade não foi pensado para avaliar o aluno e, sim, os cursos de graduação. Isso não quer dizer que tecnicamente a prova não poderia ser usada para isso, mas a proposta do ministro Abraham Weintraub não seria assim tão fácil de ser colocada em prática.

Primeiramente porque o exame não é feito todo ano por todos os estudantes de todos os cursos. As notas divulgadas agora são de 2018, quando foram avaliados Direito, Administração e Jornalismo. Essas mesmas áreas só serão testadas novamente daqui a três anos. Portanto, mesmo se o pior aluno de Direito se formar em 2020, ele não poderá ser punido pelo ministro da Educação. Para que o exame passe a avaliar todas as áreas, todos os anos, ele precisa triplicar de tamanho, o que custa dinheiro. O Enem, por exemplo, custa cerca de R\$ 500 milhões por ano. Já o Enade sai por volta de R\$ 50

milhões.

Em segundo lugar, se a nota ruim do Enade passasse a condicionar a formatura, o exame ganharia valor. O mesmo valor que ganhou o Enem, em 2009, quando passou de uma simples prova para avaliar estudantes para uma nota que serviria para garantir uma vaga na universidade. Para quem não se lembra, assim que o governo Lula mudou o objetivo do Enem, a prova foi roubada da gráfica e conseqüentemente anulada, depois que o Estado revelou a fraude.

Isso quer dizer que o Enade teria de ser feito com muito mais segurança do que tem hoje, o que implica mais gente, mais tecnologia, mais dinheiro. O MEC não parece ter verbas sobrando para fazer crescer o exame.

Quem se importa mesmo com o Enade são as universidades privadas, que usam a nota do curso para publicidade e atrair mais alunos. Há anos elas fazem lobby para que a prova valha alguma coisa. Weintraub ora defende as faculdades particulares, ora diz para elas se virarem. As declarações de ontem parecem muito mais só declarações. Weintraub gosta de falar para a plateia dos revoltados e “contra tudo que está aí”.

Esse é o público que lhe resta. Reclama, xinga, aparece. Enquanto isso, na verdade, prepara projeto para uma autorregulação das faculdades e universidades privadas, que, pelo contrário, tiraria qualquer valor do Enade.

topo 

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Memória curta

ESCREVE AOS SÁBADOS É JORNALISTA

A memória é curta e a tentação é grande quando se trata de criar novos jeitinhos para fugir das regras orçamentárias. Não é que o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou indícios de que ao menos dois ministérios driblaram o Orçamento e o Congresso para poder gastar mais?

Tudo isso depois das famosas “pedaladas fiscais”, as manobras orçamentárias que ajudaram a derrubar a ex-presidente Dilma Rousseff.

O problema aconteceu no governo Temer, mas teve reflexos agora no mandato de Jair Bolsonaro. O que deixou os auditores do tribunal de cabelo em pé é que não houve alerta dos ministros que assumiram no início do governo atual. Antes da descoberta dos auditores do TCU, nenhum alerta foi feito ao órgão de controle, passados nove meses do governo Bolsonaro.

O que o TCU descobriu até agora é que dois ministérios de Temer – Desenvolvimento Social (MDS) e Ciência e Tecnologia (MCTIC) – gastaram R\$ 1,3 bilhão além do que foi permitido no Orçamento. Atropelaram regras fiscais e até a vontade do Congresso, que é quem decide em última instância quem recebe quanto do dinheiro federal. O próprio MDS pediu ao Congresso mais espaço no Orçamento de 2018 e não foi atendido. Passou por cima da decisão.

Em assunto tão técnico, é importante deixar claro que sem a dotação, os gastos não foram nem sequer alvo de empenho, que é a primeira fase do rito de gastos e sinaliza o

reconhecimento daquele compromisso. Também escaparam de qualquer bloqueio por falta de receitas.

Os novos “esqueletos” do Orçamento só foram descobertos pelo TCU porque as duas pastas registraram a dívida como passivo contábil no fim de 2018. Praticamente uma confissão de culpa. A prática fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Constituição e pode ser considerada crime contra finanças públicas.

O débito bilionário começou a ser pago pelo governo Bolsonaro por meio de classificação especial de despesas que só é usada em casos excepcionais e que agora engordou com os esqueletos deixados pelos ministros. Mesmo com essa conta maior, nada foi feito.

O TCU suspeita que mais casos semelhantes possam estar mascarados em outras “gavetas” do Orçamento. É esse rastro que a Corte de contas vai agora perseguir.

As investigações serão ampliadas. Um pedido de inspeção geral foi feito ao relator, ministro Bruno Dantas, responsável pela análise das contas deste ano, e deve avaliar ainda a conduta dos gestores atuais do Ministério da Cidadania (que incorporou as atribuições do MDS) e do MCTIC perante a descoberta do passivo.

O ministro Bruno Dantas deve autorizar um pente-fino geral. Um dos alvos é o Ministério da Saúde.

Até agora o maior esqueleto foi deixado pelo MDS – R\$ 1,2 bilhão do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) ficou de fora do Orçamento em 2017 e 2018. O ministério chegou a solicitar no ano passado um crédito extra ao Congresso para conseguir executar todas as despesas previstas, mas não foi atendido. Para se ter uma ideia, um terço do orçamento do FNAS no primeiro semestre serviu para quitar esses passivos. Mesmo assim, ainda resta um débito de R\$ 938,3 milhões e não há espaço nem sequer no Orçamento deste ano para sanar a dívida.

Ou seja, a manobra feita no governo anterior está tendo consequências diretas na gestão deste ano.

No MCTIC, o problema envolveu logo as bolsas do CNPq. Um passivo de R\$ 77 milhões. Ao deparar com a falta de dinheiro, o ministério em vez de cortar ou suspender bolsas continuou executando a política normalmente. O pagamento da dívida agora consome espaço no Orçamento de 2019, no teto de gastos (mecanismo que limita o crescimento dos gastos à inflação) e afeta o resultado primário – e bolsas de pesquisa já foram canceladas por falta de dinheiro.

Há ainda uma grande preocupação da Corte de contas com as despesas inscritas no chamado restos a pagar (registradas corretamente no Orçamento, mas transferidas de um ano para o outro), que têm um saldo muito elevado. Elas também passam por um pente-fino e novas descobertas são esperadas.

Esse jeitinho nas contas deu errado e os gestores ainda não aprenderam com os erros do passado. É uma forma de tocar a política pública na marra, contornando as decisões do Legislativo sobre o Orçamento. A descoberta é gravíssima!

Os gestores ainda não aprenderam que ‘jeitinho’ nas contas acaba dando errado

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Enade: 64% dos cursos das federais tiram notas mais altas

Índice das universidades privadas é de 21% nas faixas 4 e 5 de desempenho na avaliação do ensino superior

Uma avaliação realizada pelo Ministério da Educação apontou que 64% dos cursos da rede federal de ensino superior conquistaram os dois maiores índices do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) no quesito conceito. Na escala de 1 a 5, eles ficaram com notas 4 e 5. Já as universidades privadas (com e sem fins lucrativos) tiveram apenas 21% dos cursos nessa faixa de desempenho. O ministro Abraham Weintraub, no entanto, defendeu o desempenho das particulares. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). — Numericamente, mais ou menos quase metade dos cursos que têm conceito 5 vêm das privadas. A outra metade das públicas — disse o ministro.

Dos 8.821 cursos avaliados, 1.275 (14%) são de instituições públicas e 7.546 (86%), de privadas. Eles são de bacharelado (nas áreas de Administração, Administração Pública, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Design, Direito, Jornalismo, Psicologia, Publicidade e Propaganda, Relações Internacionais, Secretariado Executivo, Serviço Social, Teologia e Turismo) e de superiores tecnológicos (nas áreas de Comércio Exterior, Design de Interiores, Design de Moda, Design Gráfico, Gastronomia, Gestão Comercial, Gestão da Qualidade, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Gestão Pública, Logística, Marketing e Processos Gerenciais).

Já a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) afirmou em nota que dois fatores contribuíram para o desempenho baixo das universidades privadas: o perfil dos alunos e a própria prova. “Historicamente, sabemos que estão nas universidades públicas um grupo maior de alunos com melhor condição econômica, que tiveram oportunidades de estudo mais qualificado, e, com isso, obtiveram resultados superiores no Enem. Outro aspecto que consideramos importante diz respeito à metodologia do Enade. Temos questionamentos, tais como o fato do aluno não ter incentivo para fazer a prova com dedicação, pois a nota não entra no histórico escolar”, apontou o diretor presidente da associação, Celso Niskier.

Participaram 462.242 universitários no último ano de curso em todos os estados brasileiros. Juntando as universidades públicas e privadas, a área que teve mais cursos com o conceito Enade 5 foi Secretariado Executivo, com 10,3%. O pior desempenho foi na área de Administração Pública. Nela, 53,4% dos cursos avaliados ficaram com os menores números do conceito (1 e 2).

Weintraub também fez críticas ao Enade, instrumento de avaliação do ensino superior do próprio MEC. Segundo ele, a prova não tem estímulo ao aluno e, por isso, não dá para saber se ele se empenhou. Atualmente, uma parte dos estudantes é obrigada a fazer a prova, quando selecionada, no último ano do curso.

— Não temos como mensurar adequadamente se aquela instituição teve um bom desempenho de fato. Não me sinto totalmente à vontade para apontar o dedo para uma instituição e dizer que está um absurdo. A gente precisa melhorar o instrumento de

controle — afirmou Weintraub.

PUNIÇÃO AOS ESTUDANTES

Por isso, o ministro planeja punir alunos com notas ruins no Enade. Weintraub também afirmou acreditar que quem acerta menos de 20% das questões da prova atua para “sabotar” o exame: — Uma pessoa que faz a prova e não consegue acertar, ou acerta 10% das questões, eu acho que essa pessoa não deveria se formar. Não deveria ter o diploma. Weintraub disse que o governo avalia algumas ideias para punir alunos que tiram notas mínimas no exame, mas que elas serão enviadas ao Congresso antes de serem implementadas. — A gente tem uma série de sugestões, mas não vamos fazer nada a fórceps. Vamos fazer no diálogo, na conversa.

O sociólogo César Callegari, ex-membro do Conselho Nacional de Educação, disse

que a ideia de punir alunos é uma “distorção”. — Evidente que boa parte dos déficits educacionais dos quais são vítimas aqueles que concluem cursos superiores é de responsabilidade das instituições de ensino, e não exclusivamente dos alunos. Já Simon Schwartzman, membro titular da Academia Brasileira de Ciências, acredita que o baixo desempenho no Enade não deve levar à punição do aluno, mas da instituição: — O que deve ser feito é restringir o acesso de alunos ao curso da instituição que teve as notas baixas.

topo 

A NOTÍCIA - SC - GERAL

Estudantes da UFSC decidem manter greve

Os estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) decidiram nesta sexta-feira, 4, manter a paralisação que começou no dia 10 de setembro. Os alunos protestam contra os bloqueios de verbas ao ensino superior, promovido pelo governo federal e também contra o programa Future-se, proposto pelo Ministério da Educação (MEC).

A manifestação está sendo coordenada pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE). Na sexta-feira, eles realizaram uma assembleia, em um dos ginásios da universidade. Na reunião, eles definiram que devem voltar a definir os rumos do protesto apenas no dia 17 de outubro. Caso não haja mudanças até lá, a greve passará de um mês de duração. Por causa do protesto dos alunos, a direção da UFSC já anunciou que poderá fazer ajustes no calendário acadêmico.

Um grupo de técnicos foi formado para planejar como as aulas poderão ser repostas. Segundo a reitoria, a ideia é não penalizar estudantes que participam do movimento grevista, mas ainda não está definido como isso ocorrerá. O DCE informou que não tem um balanço de quantos cursos já aderiram à paralisação. A última contagem oficial apontava que os estudantes de pelo menos 50 cursos estavam em greve.

PARALISAÇÃO DE 48 HORAS

Entre quarta, 2, e quinta-feira, 3, professores e técnico administrativos da universidade também fizeram paralisações, atendendo a uma convocação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) para greve nacional de 48 horas em defesa da educação.

De acordo com o presidente da Sindicato das Universidades Federais de SC (Apufsc), Beбето Marques, a adesão dos professores chegou a aproximadamente 90% durante a quarta. Nesta quinta, servidores e estudantes realizaram ato no Centro de Florianópolis.

topo ↕

DIÁRIO CATARINENSE - SC - GERAL

Estudantes da UFSC decidem manter greve

Os estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) decidiram nesta sexta-feira, 4, manter a paralisação que começou no dia 10 de setembro. Os alunos protestam contra os bloqueios de verbas ao ensino superior, promovido pelo governo federal e também contra o programa Future-se, proposto pelo Ministério da Educação (MEC).

A manifestação está sendo coordenada pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE). Na sexta-feira, eles realizaram uma assembleia, em um dos ginásios da universidade. Na reunião, eles definiram que devem voltar a definir os rumos do protesto apenas no dia 17 de outubro. Caso não haja mudanças até lá, a greve passará de um mês de duração. Por causa do protesto dos alunos, a direção da UFSC já anunciou que poderá fazer ajustes no calendário acadêmico.

Um grupo de técnicos foi formado para planejar como as aulas poderão ser repostas. Segundo a reitoria, a ideia é não penalizar estudantes que participam do movimento grevista, mas ainda não está definido como isso ocorrerá. O DCE informou que não tem um balanço de quantos cursos já aderiram à paralisação. A última contagem oficial apontava que os estudantes de pelo menos 50 cursos estavam em greve.

PARALISAÇÃO DE 48 HORAS

Entre quarta, 2, e quinta-feira, 3, professores e técnico administrativos da universidade também fizeram paralisações, atendendo a uma convocação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) para greve nacional de 48 horas em defesa da educação.

De acordo com o presidente da Sindicato das Universidades Federais de SC (Apufsc), Beбето Marques, a adesão dos professores chegou a aproximadamente 90% durante a quarta. Nesta quinta, servidores e estudantes realizaram ato no Centro de Florianópolis.

topo ↕

PORTAL FATOR BRASIL - TEMPO REAL

Japão se prepara para ser o primeiro país do mundo a produzir aço carbono zero **Executivo da Nippon Steel apresentou novos processos de reciclagem e de substituição de insumos em plenária da ABM WEEK 2019.**

Em todo o mundo, a pressão pela redução de emissões de gases do efeito estufa tem impulsionado as siderúrgicas a buscarem soluções que consigam reduzir os impactos da produção industrial no meio ambiente sem perda de competitividade. No Japão, onde as metas de redução de emissões estão entre as mais audaciosas do planeta, as empresas parecem estar mais perto de zerar as emissões deste poluente na produção do aço. Tudo graças a uma série de tecnologias, já em operação, segundo Koji Saito, líder da área de pesquisa e desenvolvimento da Nippon Steel Corporation (NSC).

O especialista da maior siderúrgica nipônica esteve no Brasil para participar da plenária “Desafios da Indústria Siderúrgica e de Mineração”, realizada nesta quarta (2 de outubro) dentro da programação da ABM WEEK 2019. Na ocasião ele citou algumas

inovações que vêm permitindo às usinas do seu país reduzir drasticamente a redução de emissões de CO₂.

Entre elas, um processo que permite a utilização de resíduos plásticos como insumo para adição na câmara do alto-forno. Outra técnica que se destaca é a RHF (Rotary Hearth furnace), que consiste em um processo de redução direta em forno rotativo. Com essa solução, é possível recuperar metais valiosos como o zinco do pó produzido durante o processo de fabricação de aço, além de diminuir o consumo de agentes redutores, como o coque.

Para Saito, o desenvolvimento tecnológico é a chave para solucionar a necessidade de reduzir as emissões globais de gás carbônico. No Japão, a redução de emissões de gases do efeito estufa são uma questão de estado e setorial. Em 2007 o governo criou a iniciativa Cool Earth 50 para incentivar o uso de tecnologias economizadoras de energia e compatibilizar proteção ambiental e crescimento econômico. Em complemento a isso, foi criado o Course 50 (em inglês, CO₂ Ultimate Reduction in Steelmaking Process by Innovative Technology for Cool Earth 50).

Reunindo as cinco maiores usinas integradas do país, o Course 50 trabalha para reduzir as emissões dos alto-fornos japoneses em pelo menos 30% até 2030. “Trata-se do primeiro passo importante para chegar ao aço zero carbono”, afirma o pesquisador da Nippon Steel.

Além de soluções para reaproveitar materiais, Saito aposta na utilização de gás hidrogênio no processo de redução direta como a principal medida capaz de impactar positivamente as emissões de gases do efeito estufa na siderurgia. Afinal, diferente de outros materiais combustíveis, o hidrogênio quando queimado produz basicamente vapor de água.

Saito explica que os processos convencionais de fabricação de aço baseados em alto-forno usam gás CO para remover o oxigênio do minério de ferro. Como o gás CO tem um tamanho molecular maior, é difícil para as moléculas penetrarem no minério de ferro. Por outro lado, o gás H₂, com um tamanho molecular muito menor, tem uma taxa de penetração maior no minério de ferro, agregando mais eficiência ao processo de redução nos alto-fornos.

Perfil — A ABM WEEK conta com o patrocínio das seguintes empresas (atualizado em 12/09/2019): Açokorte, Aperam, ArcelorMittal, Atomat, Beda, Brasiltec, BRC, Cargo X, CBMM, Clariant, Condat, Danieli, Dassaut Systemès, DDMX, DME Engenharia, DSI Montagens Refratárias, ESW, Fosbel, Gerdau, Harsco, Hatch CISDI, Ibar, Imerys, IMS Messsysteme, Ingersoll Rand, John Cockerill, Kelk/PLM, Kuttner, Lechler, Login Logística, Maina, Metso, Nalco, Nokia, Giovanella, Paul Wurth, Polytec, Primetals, PSI Metals, Pyrotek, Reframax, RHI Magnesita, RIP, Saint-Gobain, SMS Group, Spraying Systems, Stagio Cargas, Suez Water, Suncoke, Tecnosulfur, Ternium, Timken, Tora, Unifrax, Usiminas, Vale, Vamtec, Vesuvius, Villares Metals, VLI Logística, White Martins. O evento também possui o apoio das seguintes instituições: Abendi, AIST, Capes, CNPq, Instituto Aço Brasil, Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram, SAE Brasil e Sinobras. | Juliana Nakamura.

topo 

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Memória curta

Os novos “esqueletos” do Orçamento só foram descobertos pelo TCU porque as duas pastas registraram a dívida como passivo contábil no fim de 2018.

Praticamente uma confissão de culpa

A memória é curta e a tentação é grande quando se trata de criar novos jeitinhos para fugir das regras orçamentárias. Não é que o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou indícios de que ao menos dois ministérios driblaram o Orçamento e o Congresso para poder gastar mais? Tudo isso depois das famosas “pedaladas fiscais”, as manobras orçamentárias que ajudaram a derrubar a ex-presidente Dilma Rousseff.

O problema aconteceu no governo Temer, mas teve reflexos agora no mandato de Jair Bolsonaro. O que deixou os auditores do tribunal de cabelo em pé é que não houve alerta dos ministros que assumiram no início do governo atual. Antes da descoberta dos auditores do TCU, nenhum alerta foi feito ao órgão de controle, passados nove meses do governo Bolsonaro.

O que o TCU descobriu até agora é que dois ministérios de Temer – Desenvolvimento Social (MDS) e Ciência e Tecnologia (MCTIC) – gastaram R\$ 1,3 bilhão além do que foi permitido no Orçamento. Atropelaram regras fiscais e até a vontade do Congresso, que é quem decide em última instância quem recebe quanto do dinheiro federal. O próprio MDS pediu ao Congresso mais espaço no Orçamento de 2018 e não foi atendido. Passou por cima da decisão.

Em assunto tão técnico, é importante deixar claro que sem a dotação, os gastos não foram nem sequer alvo de empenho, que é a primeira fase do rito de gastos e sinaliza o reconhecimento daquele compromisso. Também escaparam de qualquer bloqueio por falta de receitas.

Os novos “esqueletos” do Orçamento só foram descobertos pelo TCU porque as duas pastas registraram a dívida como passivo contábil no fim de 2018. Praticamente uma confissão de culpa. A prática fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Constituição e pode ser considerada crime contra finanças públicas.

O débito bilionário começou a ser pago pelo governo Bolsonaro por meio de classificação especial de despesas que só é usada em casos excepcionais e que agora engordou com os esqueletos deixados pelos ministros. Mesmo com essa conta maior, nada foi feito. O TCU suspeita que mais casos semelhantes possam estar mascarados em outras “gavetas” do Orçamento. É esse rastro que a Corte de contas vai agora perseguir.

As investigações serão ampliadas. Um pedido de inspeção geral foi feito ao relator, ministro Bruno Dantas, responsável pela análise das contas deste ano, e deve avaliar ainda a conduta dos gestores atuais do Ministério da Cidadania (que incorporou as atribuições do MDS) e do MCTIC perante a descoberta do passivo. O ministro Bruno Dantas deve autorizar um pente-fino geral. Um dos alvos é o Ministério da Saúde.

Até agora o maior esqueleto foi deixado pelo MDS – R\$ 1,2 bilhão do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) ficou de fora do Orçamento em 2017 e 2018. O ministério chegou a solicitar no ano passado um crédito extra ao Congresso para conseguir executar todas as despesas previstas, mas não foi atendido. Para se ter uma

ideia, um terço do orçamento do FNAS no primeiro semestre serviu para quitar esses passivos. Mesmo assim, ainda resta um débito de R\$ 938,3 milhões e não há espaço nem sequer no Orçamento deste ano para sanar a dívida.

Ou seja, a manobra feita no governo anterior está tendo consequências diretas na gestão deste ano. No MCTIC, o problema envolveu logo as bolsas do CNPq. Um passivo de R\$ 77 milhões. Ao deparar com a falta de dinheiro, o ministério em vez de cortar ou suspender bolsas continuou executando a política normalmente. O pagamento da dívida agora consome espaço no Orçamento de 2019, no teto de gastos (mecanismo que limita o crescimento dos gastos à inflação) e afeta o resultado primário – e bolsas de pesquisa já foram canceladas por falta de dinheiro.

Há ainda uma grande preocupação da Corte de contas com as despesas inscritas no chamado restos a pagar (registradas corretamente no Orçamento, mas transferidas de um ano para o outro), que têm um saldo muito elevado. Elas também passam por um pente-fino e novas descobertas são esperadas. Esse jeitinho nas contas deu errado e os gestores ainda não aprenderam com os erros do passado. É uma forma de tocar a política pública na marra, contornando as decisões do Legislativo sobre o Orçamento. A descoberta é gravíssima!

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Enem : leia redações de treineiros que tiraram nota 1000

Eles ainda estavam nos primeiros anos do ensino médio quando fizeram o exame e, mesmo assim, alcançaram a nota máxima

RIO - Vale a pena fazer a prova do Enem como um teste? Os estudantes Letícia Sant'Anna, de Sergipe, e Tiago Henrique Rodrigues, da cidade de Guarabira (PB), garantem que a prática leva à perfeição. Os jovens fizeram a prova no ano passado só para treinar e... surpresa! Tiraram a tão sonhada nota 1000 na redação. Um feito para pouquíssimos. O tema da redação em 2018 foi “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na Internet”.

+ Confira 44 redações nota 1000 de 2012 a 2018

+ Teste o seu português em 40 questões rápidas

+ 30 filmes e séries para assistir antes de fazer Enem

O resultado veio com dedicação e rotina de estudos. Além da escola, Letícia ainda fazia cursinho, mesmo estando no 1º ano do ensino médio. Ela, que tem 15 anos, tinha a intenção de se preparar para a prova desde cedo:

— Mais do que saber o assunto, queria me sentir tranquila com o estilo da avaliação.

Esperava uma nota acima de 800, mas a pontuação máxima foi realmente uma surpresa

— conta a estudante, que pretende cursar Direito.

O mesmo aconteceu com Tiago, de 16 anos, que agora está no 3º ano do ensino médio. Mesmo frequentando um curso de redação, ele não imaginava que pudesse tirar 1000 porque sua nota havia caído de um ano para o outro:

— Sempre gostei muito de estudar e fiz o Enem desde quando estava 9º ano. Minha

média geral foi aumentando gradativamente, mas a nota da redação não. No meu primeiro exame fiquei com 630. No segundo, 600. Na terceira vez fiquei com 785 na média e nota máxima na redação — compara.

Fique por dentro: Veja todas as dicas do GLOBO para quem vai fazer Enem

Como já tinha feito a prova no ano anterior, Letícia foi ainda mais confiante em 2018: combinou a experiência da avaliação com a ausência da pressão de ter que ser aprovada. Ela conta que a segunda vez foi importante para ver o que precisava melhorar e colocar em prática novos conteúdos adquiridos. Agora, ela quer o desafio de novo, mas sem cobrança da uma nota máxima da redação:

— Vou continuar estudando para outras matérias, mas sei que é muito difícil tirar 1000 de novo na redação. Meu objetivo é aprender a argumentar cada vez melhor e não perder o ritmo da prova — comenta.

Tiago também acredita que há vantagem em fazer a prova como treineiro. Agora, ele vai usar a experiência para dar tudo de si:

— Todo mundo fica mais tranquilo sem a cobrança da aprovação. Também foi assim comigo. Pretendo estar em constante evolução. Como é meu último ano na escola, desta vez vou fazer a prova para valer! — diz Tiago.

Corrigir a redação dos outros ajuda a treinar

Antes da nota 1000, Letícia já usava sua habilidade com a escrita para ajudar os colegas:

— Ao corrigir um texto que não é seu, é natural aprender com o erro do outro e levar o aprendizado para a própria redação.

Letícia defende que não existe a fórmula exata para conseguir a pontuação máxima, mas todo estudo serve para melhorar a nota. Ela e Tiago têm métodos semelhantes de estudo, que podem ser resumidos em cinco passos para desenvolver as habilidades e se sair melhor no exame.

Cinco passos para se dar bem na redação, segundo os treineiros

1) Conheça o estilo da prova

É fundamental saber o que o Enem pede. Faça a prova ao menos uma vez como treino antes de tentar a vaga na universidade. A experiência vai servir para conhecer o estilo do exame, o tempo necessário para realizar cada questão e saber quais as suas maiores aptidões.

2) Pratique

Nunca esteja satisfeito, ainda que tenha a escrita bem desenvolvida. Sempre há algo para melhorar e, para saber o que é, leia as correções e refaça tudo da maneira correta.

Tiago fazia redações quinzenais e pedia ajuda aos colegas que mais dominavam a escrita. Letícia fazia uma redação por semana e nunca deixava as correções acumularem. No momento em que pegava o texto das mãos da professora, relia,

pontuava o que havia feito de errado e refazia da maneira mais correta.

A aluna ainda compara o processo a um tratamento:

— É como um antibiótico. As correções semanais vão eliminando aos poucos o que há de errado com a redação até que ela esteja perfeita — associa.

3) Preste atenção nas aulas de Filosofia e Sociologia

Os professores costumam dar ótimas referências para temas atuais, e essa é uma das características bem avaliadas na redação. Participe das aulas, questione e relacione temas de reflexão a questões atuais que possam ser abordadas no exame.

Mesmo com mais facilidade para as ciências exatas, Tiago não abria mão das aulas de Sociologia com o objetivo de absorver ideias de pensadores sobre assuntos pertinentes.

4) Leia por prazer

Dedique seu tempo a ler o que gosta. Além de ser uma forma prazerosa de aliviar a tensão dos estudos, é uma forma de desenvolver o próprio estilo de escrita.

5) Consulte os textos motivadores

Letícia conta que alguns colegas preferem não ler os textos da coletânea. Segundo ela, a principal justificativa é o fato de não se deixar influenciar a ponto de copiar o conteúdo.

Para a jovem que tirou nota 1000, os textos motivadores servem para saber o que o Enem espera do aluno. Ou seja, qual o ponto de partida da argumentação e quais fatores devem ser considerados na hora do desenvolvimento.

Leia as redações nota 1000 dos treineiros

REDAÇÃO DE LETICIA SANTANNA

A sociedade distópica retratada no longa-metragem “Matrix” era controlada por uma inteligência artificial que ocasionava a ilusão de livre-arbítrio das pessoas, a qual era erroneamente interpretada como decisão inerente ao ser humano. Para além da ficção, o poder de alienação e manipulação dos indivíduos a partir do controle de dados na internet é uma realidade provocada pelas plataformas de comunicação e redes sociais no Brasil e no mundo.

Em primeiro lugar, é importante salientar que a popularização da internet favoreceu o preenchimento ágil e completo dos bancos de dados das redes sociais em decorrência das informações fornecidas pelos próprios usuários. Sob essa perspectiva, o acesso a tais dados mostrou-se bastante perigoso nos quesitos de privacidade e principalmente de liberdade de escolha dentro do universo cibernético. Tendo em vista a real dimensão do domínio que os algoritmos da internet têm sobre as pessoas, muitas plataformas virtuais se beneficiaram com o poder e capital gerados pela administração das opiniões de massa, como ocorreu com o “Facebook” em 2016 que direcionou as propagandas políticas de Donald Trump para os usuários que, de acordo com o banco de dados,

seriam mais propícios a votar nesse candidato, fazendo com que ele vencesse as eleições.

Em segundo lugar, é necessário ressaltar que a influência excessiva e silenciosa da internet sobre as decisões dos indivíduos reduz drasticamente a sua liberdade e cognição, tornando a sociedade menos crítica e inteligente. Nesse viés, fica nítida a supressão da autonomia e vontade, fatores imprescindíveis para que haja liberdade na visão do filósofo Pico della Mirandola e, sem ela, não haveria sentido na existência humana. Sendo assim, as filtragens de informações para alienar o usuário da internet funcionam como meios para anular a opinião individual e conseqüentemente retirar, de forma rigorosa e gradual, a racionalidade humana, devendo ser combatidas.

Portanto, medidas são necessárias para evitar a manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet. Cabe ao Ministério da Educação implantar o ensino crítico aos jovens por meio de aulas a serem ministradas por especialistas da área cibernética e por psicólogos que ensinem o valor da opinião de cada um e desmistifiquem o poder alienador das plataformas virtuais a fim de formar cidadãos não influenciáveis e entendedores do mundo em que vivem. Só assim, a ignorância dar espaço a razão nas sociedades contemporâneas e a realidade do filme “Matrix” não será repetida no mundo real.

REDAÇÃO DE TIAGO HENRIQUE RODRIGUES

O Marco Civil da Internet, criado em 2014, assegura o uso livre e democrático nas redes comunicativas. Porém, na realidade contemporânea, é evidente que o monitoramento das atividades dos usuários online por parte de empresas implica a perda da privacidade dos indivíduos que utilizam a internet. Com isso, a influência dos interesses empresariais, bem como o descaso governamental frente a tal problemática corroboram para a manutenção da mesma.

Em primeiro plano, vale destacar que, com o avanço no compartilhamento de informações, o controle de dados se tornou essencial para a divulgação de propagandas direcionadas às preferências dos usuários das redes de comunicação. Nesse sentido, a manipulação dos anúncios se assemelha ao processo de dominação descrito pelo sociólogo Foucault ao analisar o modelo panóptico, pois o monitoramento das ações dos indivíduos é de suma importância para a manutenção do poder de forma discreta. Nisso, observa-se como o controle do comportamento dos indivíduos restringe a privacidade deles.

Paralelamente a essa dimensão empresarial, o descaso do Estado, principalmente na esfera legislativa, contribui para a permanência do uso não autorizado de informações pessoais para fins comerciais. Conforme o sociólogo alemão Dahrendorf, no livro "A lei e a ordem", a anomia é a condição social em que as normas reguladoras dos comportamentos das pessoas perdem sua validade. De forma análoga a esse pensamento, nota-se que as leis que regulamentam os atos na internet encontram-se em um estado de anomia, pelo fato de serem infringidas, por vezes, sem qualquer punição ao infrator.

Portanto, é notório que a manipulação dos dados de pesquisa dos utentes se configura como um problema relativo à fragilidade das leis na rede. Logo, o Congresso Nacional

deveria elaborar uma legislação que reforçasse os direitos e deveres dos usuários no ambiente virtual, por meio de reuniões com especialistas em segurança digital, com o fito de amenizar os crimes de roubos de dados por empresas. Assim, o Governo reverteria o estado de anomia na internet.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Prouni – Último dia para concorrer às bolsas remanescentes

Vagas são para matriculados em instituições privadas de ensino superior. Estudantes do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar per capita máxima de até três salários mínimos

Atenção, candidatos matriculados em instituições privadas de ensino superior. O Ministério da Educação alerta que esta sexta-feira, 4 de outubro, é o último dia para concorrer às bolsas remanescentes do Programa Universidade para Todos (ProUni). As inscrições são pelo site do programa.

As bolsas remanescentes são mais uma chance para quem não foi contemplado na primeira e segunda chamadas, além da lista de espera. As vagas, para o segundo semestre do ano, ficam disponíveis em consequência da desistência dos candidatos pré-selecionados ou da falta de documentação, por exemplo.

Podem concorrer às bolsas remanescentes do ProUni:

brasileiros sem diploma de curso superior e que tenham participado de qualquer edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, com nota superior a 450 pontos e sem ter zerado a prova de redação;

professores da rede pública de ensino no efetivo exercício do magistério da educação básica e que não tenham participado do Enem podem se inscrever às bolsas de estudo em cursos de licenciatura.

Nesta etapa, não há chamadas ou nota de corte diária. A ocupação das bolsas é conforme a ordem de inscrição. Ao concluir a inscrição, a bolsa automaticamente é reservada ao candidato.

Quem for selecionado deverá comparecer à instituição de ensino nos dois dias úteis subsequentes ao da inscrição para comprovar as informações. O edital com o cronograma e demais procedimentos relativos à oferta de bolsas remanescentes do programa foi publicado na edição de 26 de julho do Diário Oficial da União (DOU).

ProUni

Criado em 2004, o Programa Universidade para Todos tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Em contrapartida, o programa oferece isenção de tributos àquelas instituições que a ele aderem.

“Dirigido aos estudantes do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar per capita máxima de até três salários mínimos, o ProUni conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo”, informa o MEC.

Os candidatos são selecionados pelas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para assegurar inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos.

Fonte: Portal MEC

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

G1 lança ferramenta com informações de todas as escolas do Brasil

Raio X das escolas tem indicadores educacionais, números de alunos por turma e informações sobre a infraestrutura das unidades. Página permite a comparação com escolas da mesma cidade, do mesmo estado e do país.

O G1 lança neste sábado (5) uma ferramenta exclusiva que reúne informações sobre todas as escolas do país. São dados referentes às mais de 180 mil unidades de ensino em território nacional.

Com a ferramenta, é possível consultar as notas das escolas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), por exemplo. Também estão disponíveis as taxas de aprovação, reprovação e de abandono escolar.

A página mostra ainda o número de alunos por turma, o percentual de professores com ensino superior e revela se a escola conta com algum curso de idioma (inglês, espanhol e francês).

Há também informações sobre a infraestrutura das unidades (indicando se há biblioteca, quadra de esportes, internet, entre outros itens).

Pela ferramenta, é possível fazer comparações da escola com outras - públicas e privadas - da mesma cidade, do mesmo estado e do país. Um dos objetivos é permitir que pais e educadores acessem as informações de forma fácil e intuitiva.

Os dados utilizados são do Censo Escolar (2018), Enem (2018), Ideb (2017), Saeb (2017) - os mais atualizados disponíveis. Todos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A ferramenta será sempre atualizada assim que as novas bases forem divulgadas.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Ministério da Educação estuda punir alunos com nota baixa do Enade

Resultado do exame que avalia o desempenho de quem está prestes a se formar no ensino superior revela números preocupantes.

O resultado do exame que avalia estudantes universitários prestes a se formar levou o Ministério da Educação a falar em punições para os que tiraram nota baixa.

O Enade é o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes que avalia, desde 2004, o conhecimento de quem está concluindo um curso superior. No fim de 2018, quase meio milhão de estudantes de ensino presencial e a distância foram testados. Quase nove mil cursos foram avaliados, entre eles administração, direito e psicologia. A nota vai de um a cinco.

Tiraram nota máxima cinco apenas 3,3% dos cursos da rede particular e 20,3% da rede pública.

Diante do resultado fraco, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que quer mudanças. Para o próximo Enade, em 2020, o governo estuda punir quem tirar nota muito baixa, com a possibilidade de perder até o direito de se formar. A mudança precisa ser aprovada pelo Congresso.

“A lei não permite punir, a vontade seria essa, não permitir uma pessoa que não acertar 20% da prova se forme, a gente gostaria que essa pessoa não pudesse se formar, mas isso a gente não poderia fazer porque tem que mudar a lei. Uma pessoa vai e faz a prova e não consegue acertar, acerta 10% das questões, eu acho que a pessoa não deveria ter o diploma. Não deveria ter a colação”.

O presidente do Inep, Alexandre Ribeiro Lopes, disse que o governo pretende mudar o edital para poder divulgar o nome dos alunos que tiveram os melhores resultados, como forma de incentivo para que os estudantes se empenhem durante o exame.

A ex-presidente do Inep, a educadora Maria Inês Fini, disse que não é função do MEC punir alunos.

“Não é da competência do MEC cassar diplomas de quem quer que seja. O que eu acho há nas entrelinhas da coletiva do ministro - eu acho que ele foi infeliz, não soube se explicar - é que nós precisamos fazer uma campanha para que os jovens formandos compareçam em massa e demonstrem na prova tudo aquilo que eles sabem. Isso sim”.

topo ↕

PODER 360 - DF - TEMPO REAL

Bolsonaro fez 75 críticas à imprensa no Twitter; Weintraub é o ministro que mais ataca

Desde que assumiu a Presidência, Jair Bolsonaro fez 75 posts críticos à imprensa no Twitter. Além dele, o vice-presidente Hamilton Mourão e 13 ministros também usaram a rede social para atacar ou rebater reportagens.

O Poder360 analisou os perfis do presidente, do vice-presidente Hamilton Mourão e de 17 ministros no Twitter do período em que eles assumiram os cargos até 30 de setembro. Não foram considerados os retweets e respostas a usuários.

No total, o governo fez 234 posts contra a imprensa.

Entre os ministros, Abraham Weintraub (Educação) foi o que mais criticou: fez 50 posts desde quando assumiu a pasta, em 8 de abril. Em seguida, estão: Sergio Moro (Justiça e Segurança Pública), com 25 publicações; Ricardo Salles (Meio Ambiente), com 18; Augusto Heleno (GSI), com 15; e Damare Alves (Mulher, da Família e dos Direitos Humanos), com 14.

Henrique Mandetta (Saúde), Marcos Pontes (MCTIC), Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura) e Wagner Rosário (CGU) não fizeram nenhuma publicação crítica à imprensa no período.

O Poder360 preparou 1 infográfico sobre os ministros e os posts críticos à imprensa:

Na maioria das publicações, os ministros rebateram reportagens e informações a respeito de suas ações no governo. Moro intensificou as críticas depois da Vaza Jato, série de reportagens publicadas pelo site The Intercept que revelaram conversas atribuídas ao ex-juiz federal e a procuradores da Lava Jato. Já o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, reforçou os ataques após a repercussão das queimadas e do desmatamento na Amazônia.

Reforçando o embate com a imprensa, na última 2ª feira (30.set.2019), Bolsonaro não falou com os jornalistas na saída do Palácio do Alvorada e disse que não concederia mais entrevistas enquanto a imprensa não fizesse reportagens mostrando “matéria real do que aconteceu na ONU”, quando discursou em Assembleia Geral. Alvo de críticas, para ele, houve “deturpação” dos fatos. O vídeo com a declaração foi publicado no Twitter.

Os grupos de mídia mais citados foram a Folha de S.Paulo e o Globo, principalmente por Bolsonaro e Weintraub. O ministro da Educação chegou a postar que “nem que o inferno gelasse” concederia entrevista à GloboNews.

Alcance das críticas

Do governo, o presidente Jair Bolsonaro é o que mais possui seguidores. Até 30 de setembro, tinha 5,2 milhões de usuários acompanhando suas publicações na rede. Em seguida, o ministro Sergio Moro é o que possui maior número: suas publicações chegaram a 1,5 milhão de usuários.

Damares Alves (544,1 mil); Onyx Lorenzoni (457, 3 mil) e Ernesto Araújo (398,6 mil) completam o time dos que mais possuem seguidores.

O ministro da Educação é dos críticos mais frequentes, mas tem pouco mais de 300 mil seguidores. Uma crítica do ex-juiz federal chega a 5 vezes mais usuários que uma do chefe do MEC. Uma de Bolsonaro, a 17 vezes o total de contas que acompanham Weintraub.

O ministro com menor número de seguidores é André Mendonça (AGU): 14,5 mil.

Sem Twitter

Dos 22 ministros do governo Bolsonaro, 17 têm perfil no Twitter, apenas 5 não têm:

General Fernando Azevedo (Defesa);
Paulo Guedes (Economia);
Bento Costa Lima (Minas e Energia);
Gustavo Canuto (Desenvolvimento Regional);
Roberto Campos Neto (Banco Central).

Criaram perfil pelo cargo

Presente na mídia social desde 2010, Bolsonaro definiu o Twitter como principal canal de comunicação para anúncio de decisões do governo –ainda no governo de transição. Dos 22 ministros, 10 criaram perfis após serem nomeados.

Mourão criou em 11 de novembro de 2018, 14 dias depois de ser eleito na chapa de Bolsonaro.

Eis a data em que os 10 ministros criaram seus perfis:

Ernesto Araújo: 14.nov.2018;
Tarcísio Gomes de Freitas: 28.dez.2018;
Damares Alves: 11.jan.2019;
Luiz Ramos: 11.jan.2019;
André Mendonça: 17.jan.2019;
Wagner Rosário: 24.jan.2019;
Sergio Moro: 2.abr.2019;
Abraham Weintraub: 22.abr.2019;
Jorge Oliveira: 24.jun.2019;
Augusto Heleno: 19.ago.2019

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

São Paulo adere ao programa de escolas militares do MEC

São Paulo tinha sido um dos Estados que não tinha aderido ao programa, mas mudou de ideia após esclarecimentos do MEC

O estado de São Paulo decidiu aderir ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares do Ministério da Educação (MEC). De acordo com o governador João Doria, a decisão ocorreu após esclarecimentos prestados ontem pelo ministério ao secretário de Educação do estado.

“Nós pedimos uma análise mais profunda do secretário de Educação, Rossieli Soares, que foi ministro da Educação, e de forma muito conscienciosa. Hoje de manhã, o secretário me disse que é possível a aprovação. Portanto São Paulo vai aderir”, disse Doria aos jornalistas nesta quinta (3), durante passagem por Brasília.

O MEC vai liberar R\$ 54 milhões para o programa em 2020, sendo R\$ 1 milhão por escola. O dinheiro será investido no pagamento de pessoal em algumas instituições e na melhoria de infraestrutura, compra de material escolar e reformas, entre outras intervenções.

As escolas em que haverá pagamento de pessoal são as que fizerem parceria com o MEC e o Ministério da Defesa, que contratará militares da reserva das Forças Armadas para trabalhar nos estabelecimentos. A duração mínima do serviço é de dois anos, prorrogáveis por até dez, podendo ser cancelado a qualquer tempo. Os profissionais vão receber 30% da remuneração que recebiam antes de se aposentar.

Os estados poderão ainda destinar policiais e bombeiros militares para apoiar a administração das escolas. Nesse caso, o MEC repassará a verba ao governo, que, em contrapartida, investirá na infraestrutura das unidades, com materiais escolares e pequenas reformas.

Os militares irão atuar como monitores, acompanhando os alunos e fazendo contato com as famílias.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Gestão Doria adere ao programa de escolas cívico-militares de Bolsonaro

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), confirmou nesta sexta-feira, 4, pelo Twitter, a adesão do Estado ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, proposto pela gestão Jair Bolsonaro. Segundo Doria, o Ministério da Educação (MEC) prestou esclarecimentos sobre o projeto.

Dias antes, o secretário estadual de Educação de São Paulo, Rossieli Soares, havia dito ao jornal Folha de S. Paulo que era difícil “aderir a um programa que você não sabe o que é”. Após solicitar e receber resposta do MEC, ainda na quarta-feira, 2, o Estado de SP decidiu manifestar o interesse.

Nesta quinta-feira, 3, a deputada estadual Leticia Aguiar (PSL), mesmo partido de Bolsonaro, divulgou um vídeo nas redes sociais com o secretário. Ele afirmou que o pedido de adesão ao programa já está sob análise do MEC.

“Desde a sexta-feira (passada), já estávamos conversando para buscar mais informações. Mandamos um ofício pedindo um pouco mais de prazo, com uma série de questionamentos. Fizemos o pedido de adesão (entre quarta, 2, e quinta, 3) que está para análise no Ministério da Educação”, disse Soares.

Ele reforça que São Paulo fez a adesão entendendo que ainda haverá regras que serão complicadas. “O Estado tem escolas que desejam. Tem escolas da própria rede que já conversaram para ver a possibilidade. Estamos aguardando a resposta do Ministério da Educação.”

Até o dia 1º de outubro, quinze Estados e o Distrito Federal tinham aderido ao programa. Lançada em setembro, a proposta prevê a participação de militares da reserva em atividades educacionais e administrativas das unidades. De acordo com o governo, os militares não vão substituir os professores dentro da sala de aula.

O prazo para manifestar interesse terminou na sexta-feira passada, 27, mas o Governo de São Paulo pediu sua prorrogação.

O projeto abre agora uma nova etapa, desta vez para a inscrição de municípios interessados em participar. Prefeituras terão entre os dias 4 e 11 para manifestar o interesse. Todas as cidades podem participar, incluindo as que estão inseridas em Estados que não manifestarem.

O governo federal pretende implementar a gestão em 216 escolas até 2023, sendo 54 por ano.

Devem ser contratados militares da reserva, por meio de processo seletivo. A duração mínima dos serviços é de dois anos, prorrogável por até dez. O contrato com os militares pode ser cancelado a qualquer momento. Os profissionais vão ganhar 30% da remuneração que recebiam antes de se aposentar.

Estados podem destinar policiais e bombeiros para ajudar na administração. O Ministério da Educação (MEC) repassará verba ao governo, que investirá na infraestrutura das unidades escolares, em material escolar e reformas. Serão investidos

R\$ 54 milhões por ano, sendo R\$ 1 milhão por escola.

Segundo o ministro da Defesa, Fernando Azevedo, devem ser usados, na primeira fase, 540 militares da reserva para atuar em 30 escolas. Azevedo afirmou que 203 escolas, em 23 unidades da federação, já adotaram a gestão compartilhada.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Ministério da educação estuda punir aluno que tirar nota baixa no Enade

O Ministério da Educação quer criar mecanismos para que seja possível punir o aluno que tem um desempenho muito abaixo da média no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). A proposta foi apresentada ontem pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub. “O aluno faz a prova como se não houvesse amanhã”, disse, ao comentar os resultados do Enade para os cursos de bacharelado das áreas de Ciências Sociais, Ciências Humanas e para os tecnólogos de Gestão e Negócios, Produção Cultural e Design.

Ele atribuiu parte do baixo desempenho à falta de incentivo para a realização das provas. A participação no exame é obrigatória, sob pena de atraso na colação de grau. O desempenho, contudo, não traz vantagens ou desvantagens para o estudante. Diante desse cenário, avalia, parte dos alunos acaba entregando a prova em branco. Ele destacou resultados abaixo do percentual de acerto com respostas aleatórias. “Eu gostaria que essa pessoa não pudesse se formar”, disse.

A ideia é também criar mecanismos positivos. E esse seria o primeiro passo da estratégia. O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Alexandre Lopes, afirmou que a ideia é incluir, no próximo edital, uma regra que permita a divulgação da faixa de nota do estudante que participou do exame. Isso seria feito, por exemplo, para aqueles que tivessem um nível de acerto entre 60% e 80% e na outra linha, para aqueles que tivessem um acerto acima de 80%. Tal mecanismo, na avaliação de Weintraub, poderia ser usado como incentivo, sobretudo no momento em que o estudante for procurar uma colocação no mercado de trabalho.

“Nada será feito a fórceps”, disse o ministro. A ideia é que mudanças nas regras de avaliação sejam discutidas com especialistas. Parte delas, de acordo com Lopes, poderá ter aplicação imediata. Outra necessitará de portaria ou de mudança na lei. Lopes afirmou que a ideia é apresentar até o fim do ano um conjunto de sugestões.

Públicas

Os resultados do Enade mostram um desempenho superior em cursos dados em instituições públicas. Ao mostrar os dados, porém, o ministro destacou a pequena diferença nos resultados entre cursos presenciais e a distância.

O levantamento preparado pelo Inep mostra que 12,2% dos cursos a distância tiveram classificação 4 e 5, maior do que o resultado médio. Nos cursos presenciais, a fatia que ficou com essa classificação é de 20,8%. Na outra ponta, 28,4% dos cursos a distância tiveram conceito mais baixo que a média (1 e 2), ante 18,1% dos cursos presenciais.

A comparação, contudo, tem universos bem distintos. Foram considerados no Enade 376 cursos com ensino a distância e 7.642 presenciais. O presidente do Inep atribuiu a diferença ao fato de que alguns cursos, como Direito, não apresentarem a modalidade a

distância.

Defesa

Apesar da grande diferença do universo analisado, Weintraub avalia que o desempenho das duas formas de ensino é semelhante para os cursos que fizeram parte deste Enade. Para ele é uma realidade da qual não há como escapar. “É uma modalidade mais eficiente do ponto de vista econômico.”

Ressalvas

Especialistas e representantes do setor do ensino superior lembraram que o Enade foi criado para avaliar a qualidade dos cursos e não o conhecimento dos alunos. “Há alguns anos questionamos se o formato e conteúdos cobrados são os mais adequados”, disse Maria Helena Guimarães, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e ex-secretária executiva do Ministério da Educação.

Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, disse que o Enade tem matriz curricular genérica, já que avalia cursos do País todo. Por isso, vem sendo apontado como insuficiente. Um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, na sigla em português), divulgado em dezembro, avaliou que o Enade tem objetivos “irreais”, falha na tarefa de atestar a qualidade das graduações e pode inibir inovações.

Sólon Caldas, diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes), lembrou que o setor defende há anos que essa nota seja incluída no histórico escolar. “Seria uma motivação”, disse. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Doria decide aderir ao programa de escolas cívico-militares de Bolsonaro Projeto, uma das prioridades do presidente da República, prevê a cessão de militares reformados para monitorar alunos e apoiar as ações administrativas

O Estado de São Paulo decidiu aderir ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares do Ministério da Educação (MEC). De acordo com o governador João Doria (PSDB), a decisão ocorreu após esclarecimentos prestados na quinta-feira 3 pelo ministério ao governo paulista.

“Nós pedimos uma análise mais profunda do secretário de Educação, Rossieli Soares, que foi ministro da Educação (no governo Michel Temer), e de forma muito conscienciosa. Hoje de manhã, o secretário me disse que é possível a aprovação. Portanto, São Paulo vai aderir”, disse Doria durante passagem por Brasília.

O MEC vai liberar 54 milhões de reais para o programa em 2020, sendo 1 milhão de reais por escola. O dinheiro será investido no pagamento de pessoal em algumas instituições e na melhoria de infraestrutura, compra de material escolar e reformas, entre outras intervenções.

O Ministério da Defesa irá contratar militares da reserva das Forças Armadas para trabalhar nos estabelecimentos. Os profissionais vão receber 30% da remuneração que recebiam antes de se aposentar. A duração mínima do serviço é de dois anos, prorrogáveis por até dez, podendo ser cancelado a qualquer tempo.

Os estados poderão ainda destinar policiais e bombeiros militares para apoiar a administração das escolas. Nesse caso, o MEC repassará a verba ao governo, que, em contrapartida, investirá na infraestrutura das unidades, com materiais escolares e pequenas reformas. Os militares irão atuar como monitores, acompanhando os alunos e fazendo contato com as famílias. De acordo com o governo federal, os militares não devem substituir professores em salas de aula.

Prioridade

O governo Jair Bolsonaro pretende implantar o modelo cívico-militar em 216 escolas até 2023, sendo 54 por ano. A implementação do projeto era uma das bandeiras de Bolsonaro na campanha eleitoral. Os colégios devem ter de 500 até mil alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental ou estudantes de ensino médio.

Até o dia 1º de outubro, quinze estados e o Distrito Federal tinham aderido ao programa. O prazo para manifestar interesse terminou na sexta-feira 27, mas o governo de São Paulo pediu sua prorrogação. O projeto abre agora uma nova etapa, desta vez para a inscrição de municípios interessados em participar. Prefeituras terão entre os dias 4 e 11 para manifestar o interesse. Todas as cidades podem participar, incluindo as que estão inseridas em estados que não manifestarem.

(Com Agência Brasil e Estadão Conteúdo)

topo 

PRIMEIRA HORA - TEMPO REAL

Governo Federal libera mais 679 bolsas de pós-graduação

Serão mais 271 bolsas de mestrado, 304 de doutorado e 104 de pós-doutorado

Ministério da Educação (MEC) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (**Capes**) anunciaram na quinta-feira (03) a liberação de mais 679 bolsas de pós-graduação.

Para o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a oferta é fruto do descontingenciamento e da “ótima” gestão da **Capes**. “Continuamos correndo para liberar mais verbas para áreas essenciais”, afirmou. Serão liberadas 271 bolsas de mestrado, 304 de doutorado e 104 de pós-doutorado. O mérito e o impacto científico são fatores para a liberação das bolsas.

Em setembro, foram anunciadas as bolsas com notas 5, 6 e 7, as mais bem avaliadas pela **Capes**. “O trabalho da **Capes** tem sido muito focado em métodos métricas e na melhoria da gestão”, disse o ministro.

Durante o anúncio, ele explicou que, das bolsas de programa nota 4, foram avaliados todos os programas e 280 apresentaram o Qualis, indicador usado para determinar a qualidade da publicação de artigo científico:

maior ou igual à média do índice da sua área de avaliação de 2017 e 2018; ou

com tendência positiva na série de 2013 a 2018, o que indica uma melhoria ao longo dos anos.

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, destacou que o critério de desbloqueio foi a

nota na avaliação realizada pela instituição e que as novas bolsas atendem todo o país. “Com essa abordagem [bolsas de nota 4], a gente consegue atender bem, por exemplo, a região Amazônica”, afirmou o presidente.

A medida foi possível graças ao descontingenciamento de R\$ 270 milhões para a **Capes**, do montante de R\$ 1,990 bilhão do Ministério da Educação. Os dados foram anunciados nesta semana.

Com isso, já são 3.861 bolsas liberadas nos últimos 23 dias. As bolsas de cursos com as notas 5, 6 e 7, as mais elevadas na avaliação da **Capes**, foram liberadas em setembro. Weintraub destacou a busca por qualidade. “O que a gente está fazendo é buscar eficiência, gerar recursos e colocar métricas muito claras”, afirmou.

Fonte: MEC

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Gestão Doria adere ao programa de escolas cívico-militares

Adesão está sob análise do MEC, depois que o Estado de São Paulo passou do prazo limite para a entrada no programa do governo Bolsonaro

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), confirmou nesta sexta-feira (4), pelo Twitter, a adesão do Estado ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, proposto pela gestão Jair Bolsonaro. Segundo Doria, o MEC (Ministério da Educação) prestou esclarecimentos sobre o projeto.

Dias antes, o secretário estadual de Educação de São Paulo, Rossieli Soares, havia dito ao jornal Folha de S. Paulo que era difícil “aderir a um programa que você não sabe o que é”. Após solicitar e receber resposta do MEC, ainda na quarta-feira (2), o Estado de SP decidiu manifestar o interesse.

Nesta quinta-feira (3), a deputada estadual Leticia Aguiar (PSL), mesmo partido de Bolsonaro, divulgou um vídeo nas redes sociais com o secretário. Ele afirmou que o pedido de adesão ao programa já está sob análise do MEC.

“Desde a sexta-feira (passada), já estávamos conversando para buscar mais informações. Mandamos um ofício pedindo um pouco mais de prazo, com uma série de questionamentos. Fizemos o pedido de adesão (entre quarta e quinta) que está para análise no Ministério da Educação”, disse Soares.

Ele reforça que São Paulo fez a adesão entendendo que ainda haverá regras que serão complicadas. “O Estado tem escolas que desejam. Tem escolas da própria rede que já conversaram para ver a possibilidade. Estamos aguardando a resposta do Ministério da Educação.”

Até o dia 1º de outubro, quinze Estados e o Distrito Federal tinham aderido ao programa. Lançada em setembro, a proposta prevê a participação de militares da reserva em atividades educacionais e administrativas das unidades. De acordo com o governo, os militares não vão substituir os professores dentro da sala de aula.

O prazo para manifestar interesse terminou na sexta-feira passada (27), mas o Governo de São Paulo pediu sua prorrogação.

O projeto abre agora uma nova etapa, desta vez para a inscrição de municípios interessados em participar. Prefeituras terão entre os dias 4 e 11 para manifestar o interesse. Todas as cidades podem participar, incluindo as que estão inseridas em Estados que não manifestarem.

O governo federal pretende implementar a gestão em 216 escolas até 2023, sendo 54 por ano.

Devem ser contratados militares da reserva, por meio de processo seletivo. A duração mínima dos serviços é de dois anos, prorrogável por até dez. O contrato com os militares pode ser cancelado a qualquer momento. Os profissionais vão ganhar 30% da remuneração que recebiam antes de se aposentar.

Estados podem destinar policiais e bombeiros para ajudar na administração. O MEC Ministério da Educação repassará verba ao governo, que investirá na infraestrutura das unidades escolares, em material escolar e reformas. Serão investidos R\$ 54 milhões por ano, sendo R\$ 1 milhão por escola.

Segundo o ministro da Defesa, Fernando Azevedo, devem ser usados na primeira fase, 540 militares da reserva para atuar em 30 escolas. Azevedo afirmou que 203 escolas, em 23 unidades da federação, já adotaram a gestão compartilhada.

Copyright © Estadão. Todos os direitos reservados.

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Ministério da educação estuda punir aluno que tirar nota baixa no Enade

Brasília

O Ministério da Educação quer criar mecanismos para que seja possível punir o aluno que tem um desempenho muito abaixo da média no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). A proposta foi apresentada ontem pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub. "O aluno faz a prova como se não houvesse amanhã", disse, ao comentar os resultados do Enade para os cursos de bacharelado das áreas de Ciências Sociais, Ciências Humanas e para os tecnólogos de Gestão e Negócios, Produção Cultural e Design.

Ele atribuiu parte do baixo desempenho à falta de incentivo para a realização das provas. A participação no exame é obrigatória, sob pena de atraso na colação de grau. O desempenho, contudo, não traz vantagens ou desvantagens para o estudante. Diante desse cenário, avalia, parte dos alunos acaba entregando a prova em branco. Ele destacou resultados abaixo do percentual de acerto com respostas aleatórias. "Eu gostaria que essa pessoa não pudesse se formar", disse.

A ideia é também criar mecanismos positivos. E esse seria o primeiro passo da estratégia. O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Alexandre Lopes, afirmou que a ideia é incluir, no próximo edital, uma regra que permita a divulgação da faixa de nota do estudante que participou do exame. Isso seria feito, por exemplo, para aqueles que tivessem um nível de acerto entre 60% e 80% e na outra linha, para aqueles que tivessem um acerto acima de 80%. Tal mecanismo, na avaliação de Weintraub, poderia ser usado como incentivo, sobretudo no momento em

que o estudante for procurar uma colocação no mercado de trabalho.

"Nada será feito a fórceps", disse o ministro. A ideia é que mudanças nas regras de avaliação sejam discutidas com especialistas. Parte delas, de acordo com Lopes, poderá ter aplicação imediata. Outra necessitará de portaria ou de mudança na lei. Lopes afirmou que a ideia é apresentar até o fim do ano um conjunto de sugestões.

Públicas

Os resultados do Enade mostram um desempenho superior em cursos dados em instituições públicas. Ao mostrar os dados, porém, o ministro destacou a pequena diferença nos resultados entre cursos presenciais e a distância.

O levantamento preparado pelo Inep mostra que 12,2% dos cursos a distância tiveram classificação 4 e 5, maior do que o resultado médio. Nos cursos presenciais, a fatia que ficou com essa classificação é de 20,8%. Na outra ponta, 28,4% dos cursos a distância tiveram conceito mais baixo que a média (1 e 2), ante 18,1% dos cursos presenciais.

A comparação, contudo, tem universos bem distintos. Foram considerados no Enade 376 cursos com ensino a distância e 7.642 presenciais. O presidente do Inep atribuiu a diferença ao fato de que alguns cursos, como Direito, não apresentem a modalidade a distância.

Defesa

Apesar da grande diferença do universo analisado, Weintraub avalia que o desempenho das duas formas de ensino é semelhante para os cursos que fizeram parte deste Enade. Para ele é uma realidade da qual não há como escapar. "É uma modalidade mais eficiente do ponto de vista econômico."

Ressalvas

Especialistas e representantes do setor do ensino superior lembraram que o Enade foi criado para avaliar a qualidade dos cursos e não o conhecimento dos alunos. "Há alguns anos questionamos se o formato e conteúdos cobrados são os mais adequados", disse Maria Helena Guimarães, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e ex-secretária executiva do Ministério da Educação.

Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, disse que o Enade tem matriz curricular genérica, já que avalia cursos do País todo. Por isso, vem sendo apontado como insuficiente. Um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, na sigla em português), divulgado em dezembro, avaliou que o Enade tem objetivos "irreais", falha na tarefa de atestar a qualidade das graduações e pode inibir inovações.

Sólon Caldas, diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes), lembrou que o setor defende há anos que essa nota seja incluída no histórico escolar. "Seria uma motivação", disse. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Gestão Doria adere ao programa de escolas cívico-militares de Bolsonaro

São Paulo

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), confirmou nesta sexta-feira, 4, pelo Twitter, a adesão do Estado ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, proposto pela gestão Jair Bolsonaro. Segundo Doria, o Ministério da Educação (MEC) prestou esclarecimentos sobre o projeto.

Dias antes, o secretário estadual de Educação de São Paulo, Rossieli Soares, havia dito ao jornal Folha de S. Paulo que era difícil "aderir a um programa que você não sabe o que é". Após solicitar e receber resposta do MEC, ainda na quarta-feira, 2, o Estado de SP decidiu manifestar o interesse.

Nesta quinta-feira, 3, a deputada estadual Leticia Aguiar (PSL), mesmo partido de Bolsonaro, divulgou um vídeo nas redes sociais com o secretário. Ele afirmou que o pedido de adesão ao programa já está sob análise do MEC.

"Desde a sexta-feira (passada), já estávamos conversando para buscar mais informações. Mandamos um ofício pedindo um pouco mais de prazo, com uma série de questionamentos. Fizemos o pedido de adesão (entre quarta, 2, e quinta, 3) que está para análise no Ministério da Educação", disse Soares.

Ele reforça que São Paulo fez a adesão entendendo que ainda haverá regras que serão complicadas. "O Estado tem escolas que desejam. Tem escolas da própria rede que já conversaram para ver a possibilidade. Estamos aguardando a resposta do Ministério da Educação."

Até o dia 1º de outubro, quinze Estados e o Distrito Federal tinham aderido ao programa. Lançada em setembro, a proposta prevê a participação de militares da reserva em atividades educacionais e administrativas das unidades. De acordo com o governo, os militares não vão substituir os professores dentro da sala de aula.

O prazo para manifestar interesse terminou na sexta-feira passada, 27, mas o Governo de São Paulo pediu sua prorrogação.

O projeto abre agora uma nova etapa, desta vez para a inscrição de municípios interessados em participar. Prefeituras terão entre os dias 4 e 11 para manifestar o interesse. Todas as cidades podem participar, incluindo as que estão inseridas em Estados que não manifestarem.

O governo federal pretende implementar a gestão em 216 escolas até 2023, sendo 54 por ano.

Devem ser contratados militares da reserva, por meio de processo seletivo. A duração mínima dos serviços é de dois anos, prorrogável por até dez. O contrato com os militares pode ser cancelado a qualquer momento. Os profissionais vão ganhar 30% da remuneração que recebiam antes de se aposentar.

Estados podem destinar policiais e bombeiros para ajudar na administração. O Ministério da Educação (MEC) repassará verba ao governo, que investirá na infraestrutura das unidades escolares, em material escolar e reformas. Serão investidos R\$ 54 milhões por ano, sendo R\$ 1 milhão por escola.

Segundo o ministro da Defesa, Fernando Azevedo, devem ser usados, na primeira fase, 540 militares da reserva para atuar em 30 escolas. Azevedo afirmou que 203 escolas, em 23 unidades da federação, já adotaram a gestão compartilhada.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Educação ao longo de toda vida é ferramenta para sucesso em todas as áreas Novas formas de aprender: especialistas participam de debate sobre Lifelong Education em evento em São Paulo no dia 17 de outubro

Há apenas dez anos, metade das carreiras que existem hoje não existiam. O impacto das mudanças tecnológicas não alterou somente a forma de consumir, mas também de produzir e as relações profissionais.

"Precisamos nos reinventar e aprender como aprender melhor", aponta Marcos Sanchez, diretor de Digital e Tecnologia da Saint Paul Escola de Negócios. Em sua visão, os filhos das gerações atuais precisarão de skills que ainda nem se conhece. "E isso mostra como precisamos evoluir no nosso modo de aprender. A revolução industrial aproveitava o melhor de cada um para fazer processos repetitivos, e a revolução digital vai colocar robôs e inteligência artificial para fazer esses processos. No final dessa transformação, as pessoas serão utilizadas para cuidar do que fazem de melhor: cultivar interações sociais e criatividade".

Ele é palestrante do IT Forum X, que acontece nos dias 16 e 17 de outubro, no Transamerica Expo Center, em São Paulo. Na quinta-feira (17), ele participa do painel Lifelong learning. A importância do aprendizado ao longo da vida e por que isso importa?, junto de Rodrigo Parreira (CEO da Logicalis), Bruno Leonardo (cofundador da Witseed), e Wagner Sanchez (professor da Fiap). A mediação é de Reynaldo Gama, presidente da HSM.

Sanchez explica que o conceito de lifelong education não é exatamente novo, mas o ritmo no qual ele deve ser aplicado mudou muito. "O conceito é da década de 1970, mas por muito tempo foi entendido como algo que era feito por temporadas. A pessoa fazia um curso, e um ano depois, fazia outro. E funcionava, estava tudo bem! Hoje, a necessidade de reciclagem é praticamente diária. Portanto, precisamos aprender algo toda semana, todo dia. Muitos não estão acostumados com isso, o que é natural, pois demanda disciplina, demanda tempo. Mas quem não se adaptar a isso, não vai evoluir no mercado".

O segredo está não apenas em aprender, mas aprender melhor. Para isso, uma das alternativas apontadas pelo especialista está na personalização do ensino, afinal de contas, cada um aprende de um jeito.

"Precisamos ensinar e aprender o que realmente importa. Há cada vez menos tempo para rever conteúdo. Por exemplo, não é possível aprender matemática financeira em todos os cursos de finanças". Aulas no formato blended learning, por exemplo, são uma solução interessante, principalmente no segmento de educação corporativa. Recebe esse nome porque de fato mistura aulas presenciais com ensino à distância. Dessa maneira, é possível que cada aluno dê atenção a tópicos pelos quais se interessa, e depois, tire dúvidas em sala de aula. "Esse é o conceito de sala invertida, e acredito ser o futuro da educação", diz o palestrante.

Neste ano, a IT Mídia disponibiliza formatos diferentes de credenciais: Congressista e Congressista Premium - esta última garante benefícios exclusivos como fast pass, cadeira cativa e acesso às apresentações do evento.

Anualmente, o encontro reúne executivos C-Level, startups, programadores, especialistas em recursos humanos, pesquisadores, desenvolvedores de tecnologias e outros profissionais que estão liderando o desenvolvimento digital de todo o mundo. Em 2018, foram mais de 230 palestras de 261 palestrantes em 17 palcos de conteúdo, além de toda a interação que aconteceu em 12 praças que foram montadas no Transamérica Expo Center.

Todo o universo digital passa pelo IT Forum X

- Analytics e big data
- Brasil digital
- Carreira e o futuro das carreiras
- Computação Quântica
- Cultura Hacker
- Drones
- Inteligência artificial e automação
- Internet das Coisas
- Meios de pagamento
- Segurança Cibernética
- Startups e Empreendedorismo

Serviço

IT Forum X

Data: 16 e 17 de outubro, das 7h às 18h

Local: Transamérica Expo Center

Endereço: Av. Dr. Mário Villas Boas Rodrigues, 387, São Paulo

AGORA RN - TEMPO REAL

Pesquisador potiguar publica estudo sobre extinção de animais na revista Science Pela primeira vez, em uma colaboração entre pesquisadores do Brasil, EUA e Inglaterra, cientistas avaliaram o impacto do comércio de animais silvestres sobre a biodiversidade

A última edição da revista científica Science, uma das mais prestigiadas do mundo, conta com a publicação de um pesquisador potiguar. Nascido em Natal, graduado com mestrado e doutorado pela UFRN, o cientista Bruno Oliveira emplacou a publicação do seu estudo (“Global wildlife trade across the tree of life”) sobre comércio ilegal de animais silvestres, uma prática que pode levar à extinção de diversas espécies.

Segundo Bruno, pela primeira vez, em uma colaboração entre pesquisadores do Brasil, Estados Unidos e Inglaterra, cientistas avaliaram a dimensão global do impacto do comércio de animais silvestres sobre a biodiversidade. Nesta pesquisa, o potiguar destaca que eles buscaram por evidências de comércio em mais de 31 mil espécies de aves, mamíferos, anfíbios e répteis, representando a grande maioria das espécies de animais vertebrados reconhecidas pela ciência até o momento.

“Identificamos que cerca de 20% (5.579) de todas as espécies são atualmente

comercializadas. Extraímos informação sobre caça das duas fontes mais importantes sobre comércio de animais e conservação da biodiversidade global, a CITES e a IUCN”, comenta o pesquisador.

Neste trabalho, além de identificar onde estão os locais com maior diversidade de espécies de animais comercializados globalmente (locais que contêm grande número de espécies comercializadas), incluindo a floresta Amazônica e Mata Atlântica brasileira, os autores utilizaram modelos estatísticos para prever possíveis novas espécies na lista dos caçadores.

Ou seja, foram identificadas espécies dentre aquelas que ainda não são comercializadas (ou ainda não conhecidas por serem), mas que tem alto risco de serem comercializadas no futuro devido às semelhanças que elas compartilham com as que são comercializadas atualmente. Estes modelos previram que até 3,196 espécies a mais podem ser impactadas no futuro. Essas previsões foram baseadas na proximidade filogenética e semelhança morfológica entre espécies atualmente comercializadas, que juntas totalizam 8,775 espécies em risco de extinção por causa desse comércio ilegal.

Apoio à pesquisa

Atualmente atuando como pesquisador na Universidade de Auburn, em Montgomery, Bruno destaca que sua trajetória no mundo acadêmico foi impulsionada por programas como **CAPES** e **CNPq**, que o possibilitaram, por exemplo, de realizar parte de seu doutorado na Universidade de Stony Brook, (Nova Iorque, EUA).

“Fui para Stony Brook como pesquisador visitante e isso só foi possível por causa do programa Ciência sem Fronteiras que financiou minha pesquisa fora do país. Sem sombra de dúvidas, sem as bolsas concedidas a mim, eu não teria adquirido a experiência que tenho hoje, determinante para que eu pudesse chegar aonde cheguei e publicar um artigo em umas das revistas científicas mais importantes. Foi durante meu doutorado sanduíche que conheci muitos pesquisadores (brasileiros e internacionais) e fui convidado por um desses pesquisadores, e um dos co-autores deste artigo, para um pós- doutorado na Universidade da Flórida, onde desenvolvemos diversas pesquisas, incluindo esta publicada na Science”, destaca o pesquisador potiguar.

Cortes

Instado sobre o atual corte de recursos direcionados para programas de fomento à pesquisa, o potiguar afirma que lamenta, pois, a educação, segundo ele, tem um papel transformador.

“Como cientista brasileiro, eu vejo com muito pesar os cortes de verbas direcionadas às intuições de ensino e pesquisa. Em um país com tamanha desigualdade social, investimento em educação deveria ser prioridade. Minha geração foi privilegiada por ter experimentado a melhor época de investimento de pesquisa no Brasil. Eu sou apenas um exemplo disso e do papel transformador da educação. O apoio que tive através de bolsas concedidas pela **CAPES** e **CNPq** foram fundamentais para hoje eu estar trabalhando em uma universidade fora do país. É muito triste ver a geração atual à mercê”, declarou.

Amazônia

Questionado sobre o papel da Amazônia diante da geografia global, o cientista potiguar destacou que bioma é vital para a humanidade, sendo uma questão estratégica e elementar fazer sua defesa e garantir sua proteção.

“A Amazônia é uma região especialmente única. A extensão da floresta Amazônica faz com que ela influencie o clima do mundo todo, não somente dentro do território Brasileiro. Ela tem papel fundamental no sequestro de carbono, o alimento utilizado pelas plantas para seu crescimento, que é importante gás estufa. Além disso, a Amazônia concentra grande parte de todas as espécies de animais e plantas conhecidas pela ciência. Ao mesmo tempo em que a cada ano novas espécies são descritas, muitas outras são perdidas mesmo antes de serem conhecidas pela ciência. Uma vez que uma espécie é extinta, é para sempre. Somente considerando fármacos, anualmente uma diversidade de novas substâncias com potencial farmacológico são sintetizadas a partir de espécies selvagens. É de extremo interesse nacional coibir o desmatamento”, destacou o potiguar.

topo ↕

DA HORA BATAGUASSU - TEMPO REAL

MEC libera 679 bolsas de pós-graduação

O Ministério da Educação (MEC) anunciou, hoje (3), a liberação de 679 bolsas de pós-graduação, cuja renovação havia sido congelada por falta de recursos. Segundo o presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Ribeiro Correia**, as bolsas serão disponibilizadas às instituições de ensino superior nos próximos dias.

Ao todo, serão liberadas 271 bolsas de mestrado, com valor de R\$ 1,5 mil mensais; 304 bolsas de doutorado, de R\$ 2,2 mil mensais; e 104 de pós-doutorado, de R\$ 4,1 mil por mês. Todas as bolsas serão ofertadas em cursos nota 4, com tendência de melhora. Os cursos são avaliados pela **Capes** em uma escala que vai até 7, sendo os cursos 7 os melhores avaliados. Para funcionar, os cursos devem ter, no mínimo, nota 3.

A medida, segundo o MEC, foi possível graças ao descontingenciamento de R\$ 270 milhões, do montante de R\$ 1,99 bilhão do Orçamento liberados para a pasta e por economias da própria **Capes**.

Segundo o MEC, o mérito e o impacto científico são fatores para a liberação das bolsas. “O meu objetivo não é dar bolsa, é chegar à cura da dengue, é selecionar os melhores professores para conseguir ensinar às nossas crianças a ler e a escrever melhor”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub. “[Quem recebe bolsa] tem que saber que a gente paga imposto e vira bolsa e isso tem que voltar para a sociedade de alguma forma”.

Segunda liberação

Essa é a segunda liberação das renovações das bolsas de estudos pelo MEC. Em setembro, a pasta anunciou o bloqueio de 5.613 bolsas de pós-graduação, cujos pesquisadores concluíram as pesquisas e que não seriam ofertadas este ano para novos estudantes.

Ainda em setembro, o MEC anunciou que seria possível retomar a maior parte dessas bolsas, que seriam ofertadas a novos pesquisadores. Ao todo, foram liberadas 3,1 mil bolsas, todas de programas de pós-graduação com notas 5, 6 e 7.

Agora, a pasta fez uma nova liberação, disponibilizando recursos para a oferta de 679 para cursos nota 4. Essas bolsas equivalem, segundo a **Capes**, a 40% do que é ofertado para os cursos com esse desempenho.

Além dos bloqueios, a **Capes** anunciou, no primeiro semestre, cortes em bolsas de cursos nota 3, que não deverão ser retomadas.

De acordo com o presidente da **Capes**, as bolsas vigentes não serão afetadas e os estudantes bolsistas continuam recebendo os recursos normalmente.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

O CNPq foi o ponto de partida para o desenvolvimento da ciência no Brasil Rui Albuquerque trabalhou por 37 anos no órgão que julga ter sido fundamental também para a criação do complexo do CNPEM

“O CNPq foi o ponto de partida para o desenvolvimento da ciência no Brasil, há mais de 60 anos, e para este complexo que temos hoje”, afirma o professor Rui Albuquerque, que continua dando aulas na graduação do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp enquanto assessora a Diretoria Geral do CNPEM – Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais. O CNPEM, complexo a que ele se refere, abriga em 53 hectares do Polo II de Alta Tecnologia de Campinas (próximo à Unicamp) um conjunto de quatro centros de pesquisa de referência mundial: o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), o Laboratório Nacional de Biociências (LNBio), o Laboratório Nacional de Biorrenováveis (LNBR) e o Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNNano), estando em fase final de construção o Sirius, novo acelerador de elétrons brasileiro de 4ª geração.

Rui Albuquerque é o último de três convidados a fazer uma análise da importância do CNPq para o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e da grave crise que o ameaça atualmente – anteriormente publicamos as opiniões de Lea Maria Strini Velho e André Tosi Furtado. Albuquerque opina com base na experiência de quem atuou no CNPq por 37 anos, com breves interregnos desde que foi contratado em janeiro de 1978 (dois anos antes de a sede ser transferida do Rio de Janeiro para Brasília) até se aposentar formalmente do órgão há três anos. “Foi o CNPq que viabilizou a implantação do Síncrotron, criando um grupo para construir um anel acelerador de elétrons em dezembro de 1984. A primeira medida foi mudar o nome do projeto, que se chamava Laboratório Nacional de Radiação Síncrotron – ‘radiação’ daria muito o que falar, e luz, afinal, é uma forma de radiação”, diz bem humorado o docente da Unicamp, que era então superintendente de Planejamento do órgão.

Como inventariante do LNLS, que foi criado como um Instituto do CNPq, Rui Albuquerque tratou do primeiro contrato no Brasil de transição de um órgão público (o próprio Síncrotron) para a administração de uma organização social (OS), a ABTLuS (Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron). Uma OS deve exercer atividades de interesse do Estado, no caso, a serviço da comunidade de pesquisadores acadêmicos e industriais. “O CNPQ fez um contrato com a Funcamp [Fundação de Desenvolvimento da Unicamp], que contratou funcionários, técnicos, engenheiros e

alguns pesquisadores – sob a coordenação do gestor do projeto Cylon Gonçalves da Silva – e depois passou a gestão do Laboratório à ABTLuS. Como criamos vários laboratórios nacionais, a organização deixou de ser apenas de luz síncrotron e passou a chamar-se CNPEM. É somente um pouco da história do complexo, para cuja criação o CNPq foi fundamental.”

Albuquerque recorda que nos 10 anos em que trabalhou seguidamente na sede em Brasília, de 1980 a 1990, o CNPq funcionava como uma secretaria executiva do Sistema Nacional de C&T, ajudando a formular políticas públicas na área. “O Conselho do CNPq – que era um órgão da Presidência da República – tinha representantes de todos os ministérios. Contava com coordenações técnicas e também com cerca de 40 comitês assessores, cada um com quatro ou cinco cientistas, para cuidar não apenas da caracterização dos grupos merecedores de bolsas e auxílios em infraestrutura, como para realizar avaliações de como a ciência poderia se integrar aos problemas nacionais e à dinâmica produtiva.”

Diante desta capilaridade dos comitês assessores, observa o professor, havia uma tendência natural de destinação de recursos para suas próprias áreas, mas esta competência era utilizada também para problemas estratégicos. “Quando se consegue formular perguntas amplas, como por exemplo, sobre o que fazer com a Amazônia, pesquisadores da área de física perguntavam-se como resolver problemas de energia na região; paravam de pensar em áreas temáticas e se organizavam para pensar os problemas brasileiros. Era importante que houvesse essa capilaridade, que trazia um conhecimento da dinâmica e de possíveis aplicações da ciência brasileira muito maior do que possuíam os técnicos do CNPq somente, ou do recém-criado Ministério de Ciência e Tecnologia.”

Para explicar o prestígio alcançado pelo CNPq, Rui Albuquerque remonta a 1974, quando o órgão transformou-se em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNDCT) e passou a secretariar o Sistema Nacional de C&T. Ele foi reorganizado com apoio do Ministério do Planejamento, tendo em Delfim Netto um ministro especialmente preocupado com a área. “O governo militar criou o Conselho e, devido à força da marca, manteve a sigla CNPq, que também se tornou fundação para garantir maior flexibilidade. Foram implantadas secretarias de ciência e tecnologia em cada um dos ministérios e todos os ministros se reuniam no Conselho do CNPq. Elaborou-se uma política de C&T e um sistema diferenciado de bolsas e de auxílios à pesquisa em relação ao da **Capes**. Tudo isso com grandes recursos da Finep, que era inicialmente um fundo do BNDES e depois transformou-se em organização independente. Houve uma agregação de interesses em torno de uma virada no sistema e em ligar a C&T ao desenvolvimento.”

Ponto de inflexão

Segundo o professor do Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) da Unicamp, esta competência de conhecer a evolução das áreas de conhecimento, usando-as para elaborar políticas de apoio à transformação da base produtiva e social brasileira, foi perdida a partir de 1990. “Houve um ponto de inflexão, em que se resolveu transformar o CNPq de órgão de fomento à C&T e de reflexão e formulação de diretrizes para política científica, em uma caixa de pagamento de bolsas e auxílios. O ministério passaria a fazer esta reflexão sobre o Brasil, quando sabemos que o cargo de

ministro é de caráter político e sujeito a mudanças constantes – perde-se a memória. E o CNPq nunca mais recuperou essa função de perceber como está o ordenamento científico e como aplicá-lo à realidade brasileira.”

Albuquerque lembra que o MCT trocou muito de ministros, cada um deles trazendo seus assessores, aos quais era necessário reensinar como tratar os problemas de ciência e tecnologia. “O ministério já não sabia fazer uso nem do CNPq, seu braço de reflexão sobre ciência, nem da Finep, braço de reflexão sobre inovação. Na gestão de Sérgio Rezende (2005-2010), o MCT começou a chamar para si a questão do fomento, aplicando diretamente o dinheiro em projetos que considerava estratégicos. Quando o ministério puxa para si mais da metade dos recursos de fomento, sem dar atribuições claras para as principais agências e sem utilizá-las como implementadoras da política de C&T, desestrutura-se o sistema. Por exemplo, nos últimos oito anos, tivemos nove ministros, o que é completamente irracional do ponto de vista de formulação de uma política de longo prazo – como deve ser na área de C&T, onde não há respostas rápidas.”

A situação do CNPq não melhorou ao longo da primeira década do ano 2000, em que pese o aumento substancial no fomento à pesquisa, na opinião do docente da Unicamp, que aponta uma utilização ruim e incompleta dos recursos quando se deu a este órgão a responsabilidade de implantar o programa Ciência sem Fronteiras (CsF). “Não foi exatamente o PT, mas o programa desarrumou completamente os comitês assessores e desapareceram os critérios de mérito e de articulação com problemas da realidade brasileira: capacitar pessoas no exterior para que áreas, para resolver que problemas? Nenhuma dessas análises foi feita, o objetivo era apenas pôr gente no exterior. De certa forma, essa estratégia foi uma pá de cal no CNPq como órgão de reflexão sobre política científica.”

No governo atual

Avaliando os primeiros oito meses do novo governo, Rui Albuquerque vê como questão central a falta de clareza sobre o papel do Estado e uma tendência a transformá-lo em Estado mínimo, reduzindo sua função de coordenação e o seu orçamento. “Em 46 anos trabalhando no setor público, nunca vi uma área de planejamento dizer, como agora, que precisamos planejar o papel do Estado com orçamentos decrescentes. O discurso que ouvimos em Brasília é de que o orçamento do ano que vem será 10% menor do que deste ano; mesmo que a economia cresça, a ordem é planejar esse decréscimo nos planos plurianuais. Não há uma perspectiva de organização e de investimento em C&T para coisas novas, em inovação, e sim para decrescer o orçamento público nacional, o que é uma abordagem bastante estranha.”

O docente do IG entende que tal diretriz do governo reduz a sua capacidade de influenciar em ações que coordenem o desenvolvimento do país, transferindo este papel para as empresas privadas. “Na área de ciência e tecnologia, a situação fica péssima: ‘se precisam de recursos novos, não procurem recursos no Estado’. Novas ações passariam a ser viabilizadas pelas empresas, que obviamente não visam o interesse público e sim as diretrizes de sua área de atuação. Quando o Estado não tem clareza para o que serve a C&T, não dá importância à formação de recursos humanos competentes para construir o futuro e recorre ao capital privado para superar esse decréscimo do orçamento, certamente está deixando que grandes corporações definam a sua estratégia, abdicando

do exercício de sua soberania.”

“Pensando de bate-pronto”, Rui Albuquerque considera que uma saída possível seria recuperar a capacidade de coordenação do MCT na formulação de políticas e de articulação junto aos demais ministérios, inclusive ao de Economia. “Devemos ver essa supercrise como um momento para repensar o sistema, que nos últimos anos encontra-se totalmente desorganizado. Aproveitar as experiências do passado e construir o futuro, não somente com cientistas, mas também com representantes do setor produtivo e do poder executivo que indiquem como a área de C&T pode contribuir em cada ministério, criando assim estruturas consensuais que apoiem uma pesquisa de caráter supragovernamental, não de um governo, mas voltada para o país.”

Cortes de bolsas

Para o futuro imediato, e diante do profundo corte nas bolsas anunciado pelo governo, o professor da Unicamp acha importante esclarecer a diferença entre o papel do CNPq e o papel da **Capes**. “Quando se diz que o CNPq dá bolsas de mestrado e de doutorado, e a **Capes** também; que o CNPq tem bolsas que fortalecem os programas de pós-graduação, e a **Capes** também, fica evidente para quem não conhece bem o sistema que é possível juntar as duas agências, pois ‘fazem a mesma coisa’. O essencial, nessa crise de bolsas, é mostrar que a **Capes** é um órgão do MEC, que vai fortalecer o sistema de ensino superior, e que o CNPq é um órgão do MCT, que vai organizar investimentos em torno de programas estratégicos.”

Albuquerque acrescenta que no caso do CNPq, especificamente, deve-se reorganizar os comitês assessores para que as bolsas não sejam apenas para programas de pós-graduação. “Por exemplo: para um programa de desenvolvimento da Amazônia, a área de ciências humanas é essencial, não adianta distribuir bolsas apenas a biólogos, que vão focar o aspecto técnico imediato; para o desenvolvimento de fármacos a partir de plantas, devemos envolver as áreas de biologia, saúde, infraestrutura, transporte, concedendo pacotes de bolsas de mestrado, doutorado, pós-doutorado – soube do presidente do CNPq que o órgão tem hoje 17 tipos de bolsas diferentes. Com isso, a **Capes** financiaria o sistema de ensino superior e o CNPq se aproximaria do financiamento de soluções de problemas de longo prazo.”

Pela expectativa de Rui Albuquerque, o Sistema Nacional de C&T terá menos recursos do Estado nos próximos anos, o que reforça a necessidade de mudança de modelo. “Devemos aproveitar a experiência de todos esses anos para repensar a função do CNPq e também a forma de o Estado viabilizar recursos para a área. O mote nesses 30 anos tem sido sempre de fortalecer a infraestrutura e expandir a área científica. É um mote que não possui mais sustentação dentro do modelo de financiamento público. Pedir mais recursos para simplesmente não cortar bolsas e auxílios à pesquisa é uma palavra de ordem que terá cada vez menos eco. Precisamos chegar a uma lógica que demonstre que as atividades de ciência e tecnologia causam impactos positivos para o desenvolvimento econômico e social, simultaneamente à ampliação do conhecimento”.

Jornal Unicamp

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Combinação inovadora de célula-tronco e impressão 3D produz tecido para transplante de fígado

Técnica permite produzir tecidos a partir do sangue do próprio paciente, eliminando os riscos de rejeição

Uma técnica inovadora, que combina células-tronco e impressão em 3D e que produz tecidos hepáticos humanos em 90 dias para serem usados em transplantes, foi desenvolvida em pesquisa do Instituto de Biociências (IB) da USP. O método emprega células do sangue, reprogramadas para se transformarem em células-tronco, que vão se diferenciar em agrupamentos de células hepáticas, usadas nas matrizes de impressão dos tecidos hepáticos. A técnica permite produzir tecidos a partir do sangue do próprio paciente, eliminando os riscos de rejeição.

A pesquisa é descrita em artigo que acaba de ser publicado pela revista científica *Biofabrication*. “O objetivo do trabalho era avaliar uma forma de imprimir em 3D um fígado humano funcional obtido a partir de células-tronco pluripotentes induzidas, conhecidas como IPS”, afirma o pesquisador Ernesto Goulart, primeiro autor do artigo. “A inovação do estudo está no método para imprimir células hepáticas de um mesmo doador a partir de células IPS, processo que até então não havia sido descrito na literatura científica.”

O pesquisador aponta que as células hepáticas, os hepatócitos, são células epiteliais, que ficam muito próximas umas das outras. “A maioria dos métodos de bioimpressão necessita da dispersão das células em uma matriz, também chamada de biotinta, uma espécie de hidrogel”, explica. “Ao fazer essa dispersão, ocorria uma quebra de contato entre essas células.”

Durante a pesquisa, foi desenvolvido um sistema de impressão de células hepáticas em agrupamentos chamados de esferoides, mantendo o contato célula a célula. “No futuro, esse novo sistema poderá ser utilizado na produção de tecidos hepáticos sob demanda para qualquer paciente, sem risco de rejeição”, destaca Goulart.

Impressão

O processo de produção é dividido em três etapas: a produção e diferenciação de células em formatos esferoides, a incorporação dos esferoides na biotinta de alginato e a bioimpressão no equipamento 3D. “As células extraídas do sangue são reprogramadas para regredirem a um estado de células-tronco embrionárias, com o potencial de se diferenciarem em qualquer linhagem celular”, descreve o pesquisador. “Essas células se diferenciam em esferoides hepáticos, e o estudo é o primeiro a reportar a produção de tecidos hepáticos totalmente a partir de células IPS, com um método muito superior à dispersão individual de células.”

Após a impressão, os tecidos passam por um período de maturação de 18 dias até estarem prontos para uso. “Foram gerados todos os componentes necessários para formar um tecido hepático funcional, hepatócitos, células endoteliais (vasculares) e mesenquimais, obtidas a partir de um mesmo doador”, observa Goulart. “O tecido gerado é isogênico, quer dizer, quando for transplantado no doador não será rejeitado”.

De acordo com o pesquisador, a nova técnica permite imprimir em 90 dias um fígado humano em laboratório, a partir da coleta de sangue. “Essa tecnologia pode ser aplicada

em escala maior facilmente”, ressalta, lembrando que, “no entanto ainda existem vários desenvolvimentos tecnológicos a serem aprimorados até os possíveis ensaios clínicos”.

A pesquisa foi desenvolvida no Centro de Estudos do Genoma Humano, sediado no IB e coordenado pela professora Mayana Zatz, e teve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O estudo contou com a colaboração do Laboratório Nacional de Biociências, do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), em Campinas (interior de São Paulo), da Universidade de Temple (Estados Unidos) e do grupo de pesquisa do professor Silvano Raia, da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP).

Jornal da USP

topo ↕

METRO-DF - TEMPO REAL

Capes tem edital aberto para pesquisas conjuntas entre Brasil e Portugal

Uma seleção da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** vai liberar R\$ 3,2 milhões para projetos de pesquisa conjunta entre estudantes do Brasil e de Portugal. Os interessados podem se inscrever até 29 de outubro.

Serão selecionados dez projetos com, no máximo, dois anos de duração nas seguintes áreas de conhecimento: Ciências do Espaço, Ciências do Mar, Alterações Climáticas, Inteligência Artificial, Computação Avançada e Medicina Oncológica.

Cada projeto receberá até R\$ 328 mil. Por ano, serão R\$ 40 mil para custeio de até duas missões de trabalho, R\$ 10 mil para os recursos de manutenção do projeto e R\$ R\$ 278 para bolsas. O apoio financeiro será repassado ao longo da vigência do projeto.

Os critérios de participação para cada modalidade (doutorado-sanduíche, pós-doutorado e professor visitante júnior e sênior) e para comprovar o nível de proficiência em língua estrangeira estão especificados no edital, que pode ser acessado no site da **Capex**.

O resultado será divulgado até 31 março de 2020 e a previsão para início das atividades dos projetos é abril de 2020.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Nova técnica usa célula-tronco e impressão 3D em transplante de fígado

Uma técnica inovadora, que combina células-tronco e impressão em 3D e que produz tecidos hepáticos humanos em 90 dias para serem usados em transplantes, foi desenvolvida em pesquisa do IB (Instituto de Biociências) da USP (Universidade de São Paulo). O método emprega células do sangue, reprogramadas para se transformarem em células-tronco, que vão se diferenciar em agrupamentos de células hepáticas, usadas nas matrizes de impressão dos tecidos hepáticos. A técnica permite produzir tecidos a partir do sangue do próprio paciente, eliminando os riscos de rejeição.

A pesquisa é descrita em artigo que acaba de ser publicado pela revista científica Biofabrication. "O objetivo do trabalho era avaliar uma forma de imprimir em 3D um

fígado humano funcional obtido a partir de células-tronco pluripotentes induzidas, conhecidas como IPS", afirma o pesquisador Ernesto Goulart, primeiro autor do artigo. "A inovação do estudo está no método para imprimir células hepáticas de um mesmo doador a partir de células IPS, processo que até então não havia sido descrito na literatura científica."

O pesquisador aponta que as células hepáticas, os hepatócitos, são células epiteliais, que ficam muito próximas umas das outras. "A maioria dos métodos de bioimpressão necessita da dispersão das células em uma matriz, também chamada de biotinta, uma espécie de hidrogel", explica. "Ao fazer essa dispersão, ocorria uma quebra de contato entre essas células."

Durante a pesquisa, foi desenvolvido um sistema de impressão de células hepáticas em agrupamentos chamados de esferoides, mantendo o contato célula a célula. "No futuro, esse novo sistema poderá ser utilizado na produção de tecidos hepáticos sob demanda para qualquer paciente, sem risco de rejeição", destaca Goulart.

Impressão

O processo de produção é dividido em três etapas: a produção e diferenciação de células em formatos esferoides, a incorporação dos esferoides na biotinta de alginato e a bioimpressão no equipamento 3D. "As células extraídas do sangue são reprogramadas para regredirem a um estado de células-tronco embrionárias, com o potencial de se diferenciarem em qualquer linhagem celular", descreve o pesquisador. "Essas células se diferenciam em esferoides hepáticos, e o estudo é o primeiro a reportar a produção de tecidos hepáticos totalmente a partir de células IPS, com um método muito superior à dispersão individual de células."

Após a impressão, os tecidos passam por um período de maturação de 18 dias até estarem prontos para uso. "Foram gerados todos os componentes necessários para formar um tecido hepático funcional, hepatócitos, células endoteliais (vasculares) e mesenquimais, obtidas a partir de um mesmo doador", observa Goulart. "O tecido gerado é isogênico, quer dizer, quando for transplantado no doador não será rejeitado".

De acordo com o pesquisador, a nova técnica permite imprimir em 90 dias um fígado humano em laboratório, a partir da coleta de sangue. "Essa tecnologia pode ser aplicada em escala maior facilmente", ressalta, lembrando que, "no entanto ainda existem vários desenvolvimentos tecnológicos a serem aprimorados até os possíveis ensaios clínicos".

A pesquisa foi desenvolvida no Centro de Estudos do Genoma Humano, sediado no IB e coordenado pela professora Mayana Zatz, e teve apoio da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), da **Capes** (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). O estudo contou com a colaboração do Laboratório Nacional de Biociências, do CNPEM (Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais), em Campinas (interior de São Paulo), da Universidade de Temple (Estados Unidos) e do grupo de pesquisa do professor Silvano Raia, da FMUSP (Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo).

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

MEC estuda punição a aluno que tiver nota baixa no Enade

Quem faz a prova e acerta 10% das questões não deveria se formar, afirma ministro Abraham Weintraub; ideia é também criar mecanismos positivos, como divulgar faixa de acerto para beneficiar quem vai bem

BRASÍLIA - O Ministério da Educação quer criar mecanismos para que seja possível punir o aluno que tem um desempenho muito abaixo da média no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). A proposta foi apresentada nesta sexta-feira, 4, pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub.

“O aluno faz a prova como se não houvesse amanhã”, disse, ao comentar os resultados do Enade para os cursos de bacharelado das áreas de Ciência Sociais, Ciências Humanas e os tecnólogos de Gestão e Negócios, Produção Cultural e Design. Ele atribuiu parte do baixo desempenho à falta de incentivo dos alunos para a realização das provas. “Uma pessoa que faz a prova e acerta 10% das questões não deveria se formar”, afirmou.

A participação no exame é obrigatória, sob pena do atraso na colação de grau. O desempenho, contudo, não traz atualmente vantagens ou desvantagens para o aluno. Diante desse cenário, avalia, parte dos alunos acabam entregando a prova em branco. Ele observou que resultados abaixo do percentual de acerto com resposta aleatórias.

A ideia é também criar mecanismos positivos. E esse seria o primeiro passo da estratégia.

O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Alexandre Lopes, afirmou que a ideia é incluir, no próximo edital, uma regra que permita a divulgação da faixa de nota do estudante que participou do exame. Isso seria feito, por exemplo, para aqueles que tivessem um nível de acerto entre 60% e 80% e na outra faixa, para aqueles que tivessem um acerto acima de 80%. Tal mecanismo, na avaliação de Weintraub, poderia ser usado como incentivo, sobretudo no momento em que o estudante for procurar uma colocação no mercado de trabalho.

“Nada será feito a fórceps”, disse Weintraub, ao apresentar as propostas. A ideia é que mudanças nas regras de avaliação sejam discutidas com especialistas.

Parte delas, de acordo com Lopes, poderão ter aplicação imediata. Outras, necessitarão de portaria ou de mudança na lei. Lopes afirmou que a ideia é apresentar um conjunto de sugestões para melhorar as avaliações preparadas pelo Inep até o fim deste ano.

topo ↕

CONGRESSO EM FOCO - TEMPO REAL

Rodrigo Maia se opõe a aumento para 40% de recursos da União no Fundeb

O aumento dos atuais 10% para 40% da participação da União no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) não encontrará resistência apenas na equipe econômica de Jair Bolsonaro. Um aliado do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse nesta sexta-feira (4) ao Congresso em Foco que o deputado fluminense também é contra a mudança, que pode tirar R\$ 600 bilhões dos cofres da União pelos próximos dez anos.

Maia ainda não se pronunciou oficialmente sobre o assunto. “Ele não compra essa história dos 40%”, conta o parlamentar, que pediu para não ser identificado. “Para aprovar um percentual maior, Maia é fundamental. Se ele não aceita, dificilmente isso passará”, acrescenta.

O clima entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e defensores do aumento da participação da União no Fundeb azedou nos últimos dias. Guedes convidou a relatora e o diretor de Estratégia Política do Todos pela Educação, João Marcelo Borges, para uma reunião de alinhamento nesta semana.

“A reunião seria com secretários [do Ministério da Economia], mas decidimos não ir e os parlamentares tampouco foram. A reunião foi marcada e desmarcada tantas vezes que todo mundo desistiu”, disse Borges ao Congresso em Foco.

No entanto, no dia 27 de setembro, apesar de Guedes não ter se reunido com os congressistas, os secretários do Ministério da Economia Waldery Rodrigues (Fazenda) e Alexandre Manoel (Planejamento) receberam deputados e um senador.

Participaram Dorinha, o presidente da comissão especial do Fundeb na Câmara, deputado Bacelar (Podemos-BA), o vice-presidente da comissão, deputado Idilvan Alencar (PDT-CE), a deputada professora Rosa Neide (PT-MT) e o senador Flávio Arns (Rede-PR).

Setores da Câmara avaliam que o relatório de Dorinha, responsável pelo aumento da participação da União no bolo dos recursos, ficou “muito corporativista”. A relatora é professora, como indica seu nome parlamentar, e já foi secretária estadual da Educação em Tocantins. Dorinha tem dito que está aberta ao debate e que aceita contribuições ao seu relatório.

O deputado ouvido pela reportagem esteve recentemente em reunião com o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

No encontro, o ministro defendeu 15% como participação da União no fundo e a criação de uma avaliação de desempenho nas escolas, com critérios que analisem como está o esforço de cada estado.

O sentimento na Câmara é de que a participação da União no Fundeb será algo pouco além de 15%, mas ainda não há um percentual de consenso na Casa. Na reunião, Weintraub defendeu que a parte do Fundeb que é financiada pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) poderia ser usado de forma mais livre pelos estados.

“Weintraub tem essa discordância do texto apresentado [pela deputada Dorinha] que coloca um modelo mais engessado, tem a obrigatoriedade de usar 10% dos 20% [do ICMS] para educação. Ele falou que isso não pode ser assim e que cada estado tem que decidir seu modelo de incentivo”.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Termina nesta sexta prazo para inscrição em bolsas remanescentes do ProUni

Os estudantes matriculados em instituições privadas de ensino superior tem até esta sexta-feira, 4, para se inscrever nas bolsas remanescentes do Programa Universidade para Todos (ProUni). A previsão inicial de encerramento era na segunda-feira passada, dia 30. As inscrições devem ser feitas no site do programa.

(<http://siteprouni.mec.gov.br>)

As bolsas remanescentes são para quem não foi contemplado nas primeira e segunda chamadas, além da lista de espera. O Ministério da Educação (MEC) explica que as vagas, voltadas para o segundo semestre do ano, ficaram disponíveis por causa da desistência dos candidatos pré-selecionados ou falta de documentação, por exemplo.

Quando nem bolsa integral basta para sonho da faculdade

Podem concorrer às bolsas remanescentes do ProUni os brasileiros sem diploma de curso superior e que tenham participado de qualquer edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, com nota superior a 450 pontos e sem ter zerado a prova de redação

Professores da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e que não tenham participado do Enem podem se inscrever às bolsas de estudo em cursos de licenciatura.

Nesta etapa, não há chamadas ou nota de corte diária. A ocupação das bolsas é realizada conforme a ordem de inscrição. Ao concluir o procedimento, a bolsa automaticamente é reservada ao candidato.

Quem for selecionado deverá comparecer à instituição de ensino nos dois dias úteis subsequentes ao da inscrição para comprovar as informações prestadas.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Quase metade dos concluintes de graduação recebeu bolsa ou financiamento

Dos estudantes que chegaram ao último ano da graduação, 48,1% receberam algum tipo de bolsa ou financiamento durante o curso. Outros 15,7% dos concluintes estudam em instituições públicas. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira, 4, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), que apresentou o resultado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) para os cursos de bacharelado das áreas de Ciências Sociais, Ciências Humanas e os tecnólogos de Gestão e Negócios, Produção Cultural e Design.

A cada ano o Enade se dedica a um ciclo avaliativo trienal. Entre os concluintes desses cursos, 30,3% chegaram ao final da graduação porque conseguiram o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) ou uma bolsa do Programa Universidade para Todos (ProUni), ambos do governo federal. Outros 17,8% conseguiram bolsas e financiamento com a própria instituição privada ou por empresas e organizações não governamentais (ONGs).

Na semana passada, o ministro Abraham Weintraub disse que "não faria nada" para recuperar o Fies. O programa vem encolhendo nos últimos anos, depois que as regras de acesso ao financiamento foram alteradas. Neste ano, 61% das vagas ofertadas para o Fies ficaram ociosas.

Especialistas em ensino superior defendem que o País precisa ter alguma política de financiamento estudantil, uma vez que as universidades públicas só são responsáveis por 35% das matrículas na graduação.

Dados do Censo da Educação Superior também mostram que alunos com bolsa ou financiamento são os que menos abandonam ou desistem de concluir a graduação.

O que é o Enade?

Criado em 2004, o Enade é obrigatório para conclusão da graduação em instituições de ensino privadas e nas públicas federais. Ele integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

O exame avalia o rendimento dos alunos em duas partes: em relação aos conteúdos específicos dos cursos em que estão matriculados e em conhecimentos gerais. A prova visa a avaliar a qualidade das graduações no País. As notas do exame são convertidas em uma escala por faixas, que vai de 1 a 5.

No entanto, a eficácia do exame já foi criticada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que questionou a continuidade da aplicação do Enade. Segundo o relatório da organização, que fez a avaliação a pedido do Ministério da Educação (MEC), o exame não permite saber se um curso melhorou ou piorou sua qualidade ao longo dos anos e também não estabelece níveis mínimos de desempenho esperado dos alunos.

